

# **A Singularidade da Colaboração Política em Portugal. O Caso do PSD durante a Pandemia de COVID-19**

**Rodolfo Santos Gaspar Silva**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Ciência política**  
(2<sup>o</sup> ciclo de estudos)

Orientadora: Professora Doutora Gisela Marques Pereira Gonçalves

**Junho de 2025**

**Folha em branco**

### **Declaração de Integridade**

Eu, Rodolfo Santos Gaspar Silva, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M13324 do curso de Ciência Política da Faculdade de Letras, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 9 /06 /2025

(assinatura conforme Cartão de Cidadão ou preferencialmente  
assinatura digital no documento original se naquele mesmo formato)

**Folha em branco**

# Dedicatória

*Aos meus pais à minha irmã à minha avó e à minha namorada.*

**Folha em branco**

## Agradecimentos

A presente dissertação mostrou-se uma tarefa hercúlea que nunca poderia ter sido concluída sem a minha constante persistência, mas sobretudo sem o contributo de todos os que me auxiliaram ao longo deste processo. A todos os que me ajudaram, cabe-me dedicar algumas palavras.

Em primeiro lugar, quero expressar o meu agradecimento à minha orientadora por quem nutro um profundo respeito, a Professora Doutora Gisela Marques Pereira Gonçalves, por toda a disponibilidade demonstrada às minhas incessantes dúvidas ao longo desta caminhada, refletida na sua orientação atenta e nos seus sábios conselhos. Sem a sua exigência intelectual e incentivo permanente, nunca teria sido possível concluir esta etapa.

Em segundo lugar, quero agradecer aos meus pais por todo o apoio, amor e carinho que sempre me proporcionaram ao longo da minha vida, mas também desta jornada. Sem a vossa dedicação e sem o vosso sacrifício, nada disto seria alcançável. À minha irmã, quero deixar algumas palavras de apreço por estares comigo em todos os momentos da minha vida, dos mais felizes aos mais tristes. À minha avó, um reconhecimento muito especial por todo o carinho, sabedoria e força que sempre me transmitiu em todos os momentos da minha vida.

Em terceiro lugar, um agradecimento muito especial à minha namorada e melhor amiga Bruna, por todo o amor, compreensão e principalmente paciência demonstrada ao longo de toda esta etapa. Obrigado por acreditares em mim em todos os momentos e por me motivares nos dias mais difíceis.

Por fim, queria deixar um agradecimento aos meus amigos Afonso e Nelson, por toda a ajuda na realização desta dissertação, mas principalmente a todos os momentos de descontração e companhia refletidos em várias gargalhadas, e ao meu amigo Roberto, por todo o interesse e curiosidade que sempre demonstrou ao longo deste processo.

**Folha em branco**

## Resumo

O que levou o Partido Social Democrata a optar por uma postura e uma comunicação colaborativa com o governo socialista durante a pandemia de COVID-19? Que fatores explicam a manutenção desta colaboração ao longo dos vários estados de emergência? O que levou a que a resposta da oposição portuguesa fosse tão distinta das de Espanha e Itália, onde prevaleceu o confronto partidário? Em Portugal, o PSD destacou-se no contexto europeu ao adotar uma comunicação e uma atitude política vincada na colaboração e no apoio ao executivo. Esta dissertação procura responder a estas questões. Para isso, analisa as opções estratégicas da liderança de Rui Rio e as dinâmicas internas que condicionaram o posicionamento do PSD entre março de 2020 e abril de 2021.

Esta dissertação propõe-se a compreender as razões pelas quais o Partido Social Democrata abdicou de ganhos políticos imediatos em nome da estabilidade política em Portugal. Para o efeito, foram utilizados dados recolhidos através dos meios de comunicação oficiais do partido, assim como de uma entrevista exclusiva ao outrora líder social-democrata, Rui Rio. Deste modo, pretendeu-se analisar a diferença entre os posicionamentos do líder e dos atores políticos do PSD, em relação ao apoio face ao executivo na colaboração do PSD entre março de 2020 e abril de 2021.

Os resultados revelam que a liderança ímpar de Rui Rio, ancorada na sua ideia de responsabilidade institucional e na sua moderação comunicativa, foi o elemento que suportou a colaboração com o executivo socialista. Porém, esta investigação elucida a existência de pressões e divergências internas à atuação do líder social-democrata, que em determinados momentos condicionaram o processo de colaboração e evidenciaram os limites e os desafios intrínsecos a este processo.

## Palavras-Chave

Rui Rio; Partido Social Democrata; Comunicação colaborativa; COVID-19; Rally ‘Round the Flag.

**Folha em branco**

## **Abstract**

What led the Social Democratic Party (PSD) to choose a collaborative stance and communication with the Socialist government during the COVID-19 pandemic? What factors explain the maintenance of this collaboration throughout the various states of emergency? What led to the Portuguese opposition's response being so different from that of Spain and Italy, where party confrontation prevailed? In Portugal, the PSD stood out in the European context by adopting communication and a political attitude marked by collaboration and support for the executive. This dissertation seeks to answer these questions. To this end, it analyses the strategic choices of Rui Rio's leadership and the internal dynamics that conditioned the PSD's positioning between March 2020 and April 2021.

This dissertation aims to understand the reasons why the Social Democratic Party gave up immediate political gains in the name of political stability in Portugal. For this purpose, data collected through the party's official communication channels were used, as well as an exclusive interview with the former social democratic leader, Rui Rio. Thus, the intention was to analyse the difference between the positions of the leader and the political actors of the PSD, regarding support for the executive in the collaboration of the PSD between March 2020 and April 2021.

The results reveal that the unique leadership of Rui Rio, anchored in his idea of institutional responsibility and communicative moderation, was the element that supported collaboration with the Socialist executive. However, this research points to the existence of pressures and internal divergences regarding the actions of the social democratic leader, which at certain times conditioned the process of collaboration and highlighted the limits and intrinsic challenges of this process.

## **Key Words**

Rui Rio; Social Democratic Party; Collaborative communication; COVID-19; Rally 'Round the Flag.

**Folha em branco**

# Índice

Dedicatória .....	v
Agradecimentos.....	vii
Resumo.....	ix
Abstract.....	xi
Lista de Tabelas .....	xvii
Introdução .....	1
Capítulo 1 – Revisão de literatura .....	5
1.0. Crises e Liderança Política.....	5
1.1. Natureza das crises.....	5
1.2. A Comunicação política dos líderes em contexto de crise .....	7
1.2.1. Diferentes estilos de liderança e os seus impactos nas crises .....	11
1.2.2 O impacto da comunicação nos diversos tipos de crise .....	13
1.2.3. A voz da liderança em crise: O impacto da mensagem e do emissor.....	15
1.2.4. A comunicação dos governos durante a COVID-19.....	17
1.3. “Rally ´ Round the Flag” .....	22
1.3.1. Origem e desenvolvimento do conceito .....	22
1.3.2. O Fenómeno de <i>rally</i> durante a pandemia de COVID-19 .....	24
1.3.3. O declínio do efeito rally e o papel dos media na pandemia .....	27
1.3.4. O fenómeno “Flight to Safety” .....	29

1.4. Crises e Polarização.....	30
1.4.1. Efeitos da polarização nas decisões governamentais.....	30
1.4.2. A Polarização como obstáculo: o fracasso da resposta coesa à pandemia em Espanha e Itália.....	32
1.4.3. A Baixa polarização política em Portugal.....	35
1.4.4. Dimensões da baixa polarização política em Portugal.....	37
1.5. A Resposta Portuguesa à Pandemia.....	39
1.5.1. O curioso caso português.....	40
1.5.2. A ação dos partidos de menor dimensão em Portugal.....	43
1.5.3. A liderança de Rui Rio: Um caso claro de colaboração.....	44
Capítulo 2 – Opções Teórico-Metodológicas.....	47
2.1. Fundamentos analíticos e dimensões explicativas.....	47
2.2. O Estudo de Caso.....	49
2.2.1. Pergunta de investigação.....	50
2.2.2. Hipóteses de investigação.....	51
2.2.3. Unidade de análise.....	52
2.2.4. Fontes de dados.....	53
2.2.4.1. Análise da entrevista a Rui Rio.....	53
2.2.4.2. Declarações dos atores políticos do PSD no site do partido.....	54
2.2.4.3. Análise das notícias de destaque no jornal Povo Livre.....	55
Capítulo 3 – O Estudo de Caso.....	57
3.1. O Impacto da Pandemia na Dinâmica de Colaboração entre o PSD e o PS.....	57

3.2. A evolução da comunicação do PSD nos seus canais oficiais.....	59
3.2.1. O site do PSD .....	59
3.2.2. O jornal Povo Livre.....	69
3.4. A Liderança de Rui Rio e o seu Impacto na Estratégia do PSD .....	78
3.4.1. Um estilo político em contraciclo .....	78
3.4.2. A liderança contra a corrente .....	81
Capítulo 4 – Discussão dos Resultados.....	85
Conclusão .....	91
Bibliografia .....	95
Webgrafia .....	106
Apêndices .....	109
Anexos .....	126

**Folha em branco**

## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Votações sobre o Estado de Emergência (COVID-19) .....	58
Tabela 2 – Caracterização das declarações políticas analisadas no site Povo Livre.....	60
Tabela 3 – Distribuição do tom das declarações por ator político do PSD.....	61
Tabela 4 – Distribuição do tom das declarações por tema e ator político.....	62
Tabela 5 – Distribuição do tom dos títulos por ator político do PSD.....	69
Tabela 6 – Atitude do PSD com o governo por ator político.....	72
Tabela 7 – Distribuição dos temas abordados por figura política.....	73
Tabela 8 – Atitude PSD-Governo por Tema e Figura Política.....	74

**Folha em branco**

## Introdução

A pandemia de COVID-19 constituiu um momento crítico que impactou o funcionamento de toda a sociedade. E a esfera política, não foi exceção. Os partidos de governo e da oposição, viram-se inseridos num território onde a urgência, o desconhecido, a incerteza e o medo reestruturaram as regras do jogo político. A habitual dialética do confronto parlamentar foi substituída, durante os primeiros momentos da crise por uma procura ansiosa de unidade, traduzida numa suspensão quase inédita do conflito partidário um pouco por toda a Europa. Esta unidade, contudo, revelar-se-ia frágil e permeável à passagem do tempo. A colaboração excecional que se sentiu nos primórdios da pandemia, deu início a uma nova fase marcada pelo ressurgimento do antagonismo, da crítica e, em muitos casos, pela intensificação da polarização partidária.

Em grande parte da Europa, e de modo mais notório nas democracias do Sul, a erosão da colaboração inicial levou rapidamente ao acirramento do confronto entre o governo e a oposição. Em países como Espanha e Itália, o espaço público tornou-se palco de disputas intensas, acusações mútuas e tentativas recorrentes de responsabilização política por parte dos partidos que se encontravam na oposição. Portugal porém, seguiu uma dinâmica diametralmente oposta. Enquanto os vizinhos do Sul mergulhavam em confrontos partidários e num clima de suspeita mútua, a oposição social-democrata seguia uma via inesperada de cooperação institucional. Sob a chefia de Rui Rio, o PSD assumiu as rédeas de estabilidade e tornou-se num parceiro inegável do executivo socialista. Esta postura não passou despercebida além-fronteiras. A imprensa espanhola elogiou as intervenções do líder social-democrata, considerou-as uma "lição no momento da pandemia" e afirmou de forma perentória: "a política portuguesa volta a dar um exemplo ao resto do planeta, ao mostrar apoio entre partidos para superar esta crise sanitária global". Mas os elogios, não ficaram retidos em Espanha, estenderam-se igualmente a Itália. A imprensa italiana destacou o caso português, com o jornal *La Stampa* a referir-se à atuação de Rui Rio como parte fulcral do "milagre português" no combate à pandemia.

A exceção do comportamento português, elogiado e reconhecido internacionalmente, levanta questões sobre a natureza e os limites da colaboração institucional do Partido Social Democrata. Embora a existência de uma colaboração ímpar durante o período da pandemia seja reconhecida na literatura, as causas que permitiram que este fenómeno colaborativo se mantivesse ativo para além do instante inicial da emergência sanitária, permanecem, contudo, por explorar. O que tornou possível que, em Portugal, ao contrário das democracias do sul europeu, a oposição abdicasse

voluntariamente do confronto e dos ganhos partidários em nome de uma estabilidade coletiva? Quais foram os dilemas, riscos e tensões internos que atravessaram o PSD nesse período? Que consequências advieram desta escolha para o partido e para a liderança de Rui Rio? É a estas questões e, ao estudo das condições que tornaram esta colaboração possível, a que se dedica esta dissertação. Ao iluminar as condições, os dilemas e as consequências desta escolha estratégica, esta dissertação pretende preencher uma lacuna existente na literatura nacional e oferecer uma perspetiva inovadora sobre a excecionalidade da colaboração portuguesa num quadro europeu que, já à data da pandemia, era fortemente marcado pelo crescimento dos extremos partidários e da polarização ideológica.

Com o intuito de responder ao propósito deste estudo, foi delineada a seguinte pergunta de investigação: “O que levou o PSD a manter uma comunicação colaborativa e o apoio ao governo durante a crise de COVID-19?”. Esta questão procura compreender, de forma abrangente, os motivos que estiveram na origem e na persistência desta atitude colaborativa. Pretende, adicionalmente, clarificar as condições que tornaram possível ao PSD, enquanto principal partido da oposição, manter de forma consistente o apoio ao executivo socialista nos momentos mais críticos da pandemia. Com o desígnio de alcançar respostas à questão levantada, esta dissertação assenta numa abordagem mista, que combina a análise de conteúdo às declarações públicas dos atores políticos do PSD, contidas nas notícias vinculadas aos meios de comunicação oficiais dos sociais-democratas, e o recurso a uma entrevista semiestruturada realizada ao antigo líder partidário, Rui Rio.

Tendo como principal objetivo responder a esta pergunta de investigação, o argumento central desta dissertação, reside na premissa de que a liderança de Rui Rio foi um fator determinante para a manutenção da comunicação colaborativa do Partido Social Democrata e para o apoio do PSD ao executivo socialista durante a crise pandémica. Parte-se da hipótese de que a orientação estratégica da liderança social-democrata, ancorada numa aposta deliberada na responsabilidade institucional e na moderação comunicativa, tornou possível que o PSD se distinguisse das abordagens mais polarizadas que existiam no panorama sul europeu. Especialmente, por apoiar de forma consistente todas as renovações do estado de emergência. Neste sentido, pretende-se compreender até que ponto esta orientação colaborativa se estendeu ao grupo parlamentar no seu todo, ou se ficou circunscrita única e exclusivamente à liderança do partido, Para tal, serão analisadas e identificadas as eventuais divergências que possam ter existido.

Esta dissertação, encontra-se estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma revisão da literatura, que incide sobre os principais contributos teóricos e

empíricos relativos à comunicação política em tempos de crise e à preponderância dos líderes nesse processo. Aborda ainda o enquadramento teórico da relação entre os governos e a oposição em contextos de grande instabilidade. Neste âmbito, exploram-se, os conceitos de "rally 'round the flag" e de "flight to safety", com a finalidade de compreender as razões que levam os partidos, os líderes de oposição e as populações a colaborarem com os governos em momentos de crise bem como, os fatores que os levam a preferir manter o status quo durante períodos de grande incerteza. É igualmente discutido o papel das lideranças enquanto fator de orientação estratégica dos partidos, não como uma dimensão exclusivamente individual, mas como um elemento que pode potenciar ou limitar a abertura ao compromisso institucional. Este capítulo incide ainda numa abordagem comparativa que integra o caso português no contexto das democracias do sul da Europa, para realçar as especificidades da colaboração que ocorreram em Portugal durante a pandemia de COVID-19, com especial destaque aos fatores que verdadeiramente interagem e estão diretamente relacionados com a pergunta de investigação. Para finalizar, são realçadas às singularidades do caso português e a sua relação com a liderança de Rui Rio.

Posteriormente, no segundo capítulo está patenteado o desenho desta investigação, bem como todas as questões teórico-metodológicas que orientam este estudo.

No terceiro capítulo, inicia-se a análise do estudo de caso estudo centrado na singularidade da colaboração portuguesa durante o período que contempla todos os estados de emergência. Para tal, neste capítulo, optou-se por realizar uma análise quantitativa às notícias que continham declarações de importantes atores políticos do Partido Social Democrata, veiculadas aos meios de comunicação oficiais do partido. Nestes, são identificadas a evolução dos temas, do tom político, e da atitude do Partido Social Democrata face ao Partido Socialista. Paralelamente, é realizada uma análise qualitativa à entrevista semiestruturada realizada ao Dr. Rui Rio, que permitiu confrontar a perspetiva da liderança social-democrata chefiada por Rio, com os dados obtidos através da análise de conteúdo dos meios de comunicação do PSD. Deste modo, este capítulo, procura clarificar as dinâmicas internas do partido, as motivações e os dilemas que sustentaram a excecionalidade colaborativa do PSD, assim como as eventuais tensões ou divergências detetadas ao longo do período em análise nesta dissertação.

Por fim, o quarto e derradeiro capítulo desta dissertação, estabelece a ligação entre os resultados empíricos, e o enquadramento teórico que fundamentam este estudo. Este capítulo discorre sobre os resultados obtidos através da análise de conteúdos, articulando-os com a literatura e com a entrevista realizada ao Dr. Rui Rio, permitindo compreender os mecanismos e dinâmicas que possibilitaram ao PSD sustentar uma postura colaborativa

com o Executivo socialista entre março de 2020 e abril de 2021. Neste sentido, a liderança de Rui Rio, é analisada não só para compreender o seu papel, mas também para aferir a sua real influência neste alinhamento colaborativo, como também para compreender as tensões que a posição de Rio, gerou no seio do partido. Este capítulo visa, assim, identificar e sistematizar as situações de convergência e de possível conflito interno, de forma a clarificar a extensão e os limites deste fenómeno de colaboração, que marcou o cenário político português durante a pandemia provocada pela COVID-19.

# Capítulo 1 – Revisão de literatura

## 1.0. Crises e Liderança Política

### 1.1. Natureza das crises

Uma crise representa uma ocorrência inesperada que se encontra frequentemente inclinada para resultados imprevisíveis e geralmente, adversos (Fearn-Banks, 2010, p. 2). No entanto, as crises não surgem de um contexto isolado, pelo contrário, possuem diversas origens e abrangem desde fatores económicos a sanitários e até questões militares ou atos ligados ao terrorismo (Dinesen & Jæger, 2013; Woods, 2011). Segundo Coman et al. (2021), as crises configuram-se como eventos específicos, inesperados e disruptivos, que colocam elevados níveis de incerteza no sistema político. As mudanças que as crises impõem nos sistemas políticos, dificultam a concretização dos objetivos que os governos estabelecem à partida, como prioritários, e por isso, é precisamente na fase inicial da leitura dos riscos associados às crises que, com frequência surgem o maior número de falhas que exibem as fragilidades governativas, ou mesmo quando estas se tornam incontrolláveis (Boin et al., 2005).

Para compreender melhor a extensão dos impactos de uma crise Boin et al. (2005), indicam que os cenários de crise tendem a apresentar três características principais: (1) uma ameaça aos valores essenciais de uma sociedade; (2) incerteza sobre a extensão do impacto da crise e quais as respostas adequadas à mesma; (3) a existência de um elevado grau de urgência no momento das decisões, o que obriga à tomada de decisões sob pressão. Uma crise, é assim, geralmente caracterizada pela emergência de uma ameaça aos valores fundamentais do sistema político (Johansson et al., 2021), o que ajuda a compreender a incerteza que paira durante estes momentos. De facto, Boin et al. (2005) e Watkins et al. (2021) indicam que as crises desafiam a ordem estabelecida e são interpretadas como uma causa de rutura no quadro de valores que suporta a ordem sociopolítica vigente.

A pandemia de COVID-19, colocou em destaque a complexidade inerente à gestão das crises. Os governos foram obrigados a enfrentar desafios de gestão sanitária e económicos sem precedentes no século, que aliados à urgência na tomada de decisões resultou em várias flutuações da opinião pública, que impactaram na confiança das populações nas instituições democráticas assim como, na própria resposta à crise (Colloca et al., 2024). O cenário de grande incerteza que advém de uma crise torna a sua gestão uma tarefa hercúlea para os sistemas políticos, assim como, para os seus líderes. Como indicam Boin et al. (2005) as

decisões nos momentos de crise, são tomadas debaixo de grande pressão, e frequentemente com informações incompletas (Boin et al., 2005). A conjugação dos vários fatores de incerteza associados a uma crise, comprometem a capacidade dos líderes políticos de avaliarem corretamente a situação e responderem de forma adequada às exigências que estas impõem (Pearson & Clair, 1998). A volatilidade das crises, obriga à ação imediata das lideranças para mitigar os efeitos nefastos que possam ocorrer através das respostas tardias (Rosenthal et al., 1989; Sellnow & Seeger, 2013). Todavia, e embora implique uma resposta imediata para minimizar os danos, as crises não são eventos meramente isolados, mas sim, fenómenos recorrentes e inerentes aos sistemas políticos (Boin et al., 2005). A gestão de uma crise está envolta em torno de múltiplos atores e subjugada ao forte escrutínio mediático, mas também está subjugada ao escrutínio das populações, o que condiciona a operacionalização de uma crise, e exige uma maior articulação entre os diversos atores e instituições da sociedade (Sellnow & Seeger, 2013). A natureza intrínseca das crises obriga a que a sua resolução não dependa apenas de respostas rápidas, mas também da capacidade de aprendizagem institucional de uma sociedade que permita às estruturas existentes armazenar informações relevantes de como dar respostas às crises, de forma a produzir o conhecimento necessário para minimizar o impacto de crises futuras (Boin et al., 2005). Neste sentido as crises, não devem ser apenas vistas como ameaças, mas também como oportunidades para orquestrar reformas profundas na qualidade das instituições democráticas (Boin et al., 2005).

No entanto, dentro da imensidão de crises, existem algumas que se destacam pela dificuldade de gestão acrescida que acarretam. Embora qualquer tipo de crise possa reconfigurar o sistema político, a complexidade e o alcance de algumas, exige medidas acrescidas (Boin et al., 2005). As crises não dispõem de um impacto uniforme e estão sujeitas a imensas variações ao longo do tempo, o que dificulta o reconhecimento de toda a sua extensão e do seu impacto. Embora não exista uma fórmula correta para minimizar os impactos destes eventos, Boin et al. (2005) e Coman et al. (2021), indicam que para minimizar o impacto das crises é imperativo que exista uma coordenação muito bem articulada entre os vários órgãos da sociedade, mas também que também exista capacidade de adaptação às mudanças inseridas na sociedade. A imprevisibilidade associada a determinadas crises, ultrapassa, na maioria das vezes a capacidade de resposta das organizações, e por isso, exigem uma articulação política robusta e uma administração flexível que consiga acompanhar os imprevistos que surgem durante a gestão de uma crise (Boin et al., 2005). Como indica Boin (2009) se não existir uma resposta eficaz as crises podem colocar em causa a sobrevivência das instituições mais afetadas e colocar em causa a própria sobrevivência do próprio sistema político.

A Pandemia de COVID-19 evidencia esta necessidade de gerir eficazmente e de forma articulada a resposta às crises. O intervalo amplo em que operam as crises sanitárias expõe a importância da gestão da narrativa pública nos meios de comunicação, como indicam Boin et al. (2005), a gestão estratégica dos meios de comunicação e da perceção pública é essencial para prevenir o surgimento de crises secundárias. As crises secundárias, são por norma desencadeadas aquando da imposição de medidas mais duras nas sociedades, como restrições às liberdades individuais das populações (Coman et al., 2021). De onde se podem destacar o confinamento obrigatório, a limitação da mobilidade entre regiões, a proibição de concentrações no espaço público ou, a exigência de certificados de vacinação para o acesso a determinados espaços. De um modo geral, a gestão das crises não se limita apenas à resposta inicial, mas estendem-se à capacidade de gerir os efeitos a médio e longo prazo do seu impacto. No caso da pandemia de COVID-19, os desafios foram particularmente complexos, isto porque além das restrições impostas para conter a propagação do vírus, os governos tiveram de lidar com fatores como, a confiança pública que se mostrou instável (Coman et al., 2021). Estas oscilações ocorrem porque nos momentos iniciais de uma crise, com as ações rápidas e decisivas dos governos a opinião pública tende a crescer. Já quando existem repostas ineficazes ou quando a crise se normaliza no sistema político, os níveis tendem a recuar (Colloca et al., 2024).

## **1.2. A Comunicação Política dos Líderes em Contexto de Crise**

A resposta às crises, no entanto, não se define apenas na capacidade técnica dos governos e na necessidade de respostas rápidas. Fundamenta-se essencialmente na dimensão comunicativa. Em momentos de elevada incerteza, a liderança alicerça-se sobretudo nos processos comunicativos que são cruciais para o sucesso no combate aos efeitos mais adversos que as crises podem infligir nas sociedades (Liu et al., 2020). Segundo Coman et al. (2021), a liderança em momentos de crise, deve ser clara, assertiva e, fundamentada em três pilares: (1) o desempenho da liderança; (2) a gestão dos meios de comunicação; (3) o controlo da narrativa. Neste sentido, a gestão das crises, é sobretudo uma atividade política, que envolve múltiplas disputas em torno do poder político, da legitimidade democrática e da capacidade de influência sobre os meios de comunicação (Boin et al., 2008). Como já mencionado, a importância de manter a narrativa coesa dentro dos meios de comunicação é essencial, no entanto, os líderes possuem desafios adicionais, e nesse sentido é crucial que a narrativa associada à gestão da crise não se descontrole na esfera mediática sobretudo para que os líderes políticos no rescaldo das crises, possam proteger a sua legitimidade democrática e evitarem eventuais processos de culpabilização

(Boin et al., 2008). De facto, a forma escolhida para comunicar durante e após as crises, é decisiva para a sobrevivência dos líderes na esfera política. Acresce que, em sociedades democráticas, este desafio é ainda mais acrescido. Se em sociedades onde os valores democráticos são escassos, os líderes podem tomar decisões sem prestar contas, em sociedades democráticas, os líderes são obrigados a agir dentro dos limites do estado de direito, mas também das normas democráticas. Esta necessidade de proteger os direitos fundamentais das populações, obriga a uma articulação entre a responsabilidade política e a eficiência na resposta às crises, que deve sempre respeitar os valores de um Estado de Direito (Boin et al., 2005).

Num processo em que a comunicação assume um papel central, a gestão da sobrevivência política fundamenta-se em grande parte nos meios de comunicação e na opinião pública, já que estes, são decisivos para a construção da narrativa e para a definição da perceção da competência das lideranças (Boin et al., 2005). Segundo Liu et al. (2020), a comunicação estratégica, é fundamental para preservar tanto o poder político como a confiança das populações, sobretudo porque as crises podem provocar alterações profundas no equilíbrio político, e podem reforçar ou fragilizar as lideranças. Durante as crises, os líderes são obrigados a tomar decisões que impactam diretamente a vida das populações. Estas decisões são comunicadas a um público que se encontra tolhido pelo medo, pela ansiedade e por um sentimento generalizado de vulnerabilidade e incerteza. Nestes contextos, é exigido aos líderes uma ponderação acrescida na seleção e na formulação das expressões a utilizar nas mensagens. Estas mensagens, devem ser formuladas com o intuito de gerar o menor número de interpretações por parte da população que possam destabilizar a qualidade da resposta à crise (Comfort et al., 2020; Körösényi et al., 2016; Hyland-Wood et al., 2021; Antwi-Boasiako & Nyarkoh, 2021). Mais do que tomar decisões operacionais, os líderes são obrigados a comunicar com clareza e a construir sentidos partilhados que fundamentem a sua legitimidade (Boin et al., 2005; Klann, 2003), mas que também preserve o apoio dos seus eleitores e, assegure a sua segurança e a da equipa designada para a gestão da crise (Boin et al., 2010; Comfort et al., 2020; Körösényi et al., 2016).

Não obstante, a constante necessidade de respostas rápidas nem sempre facilita este processo. Em diversos momentos, os líderes têm de ponderar sobre qual a melhor mensagem a transmitir, mas também decidir sobre quais as medidas mais adequadas a implementar num processo que sobretudo está envolto em grande pressão (Lawton, 2013). Para minimizar os impactos negativos, todo o processo comunicativo tem de ser necessariamente pensado ao detalhe, o que torna não só a comunicação durante as crises um exercício de transmissão de informações, mas também num meio de gerir expectativas e preservar a legitimidade da liderança (Lawton, 2013; Boin et al., 2005). Nesse sentido, os

líderes estão constantemente envoltos no dilema de que comunicar em excesso pode enfraquecer a sua credibilidade e que adotar uma comunicação demasiado alarmista pode minar a sua base de apoio e ser visto, sobretudo como uma forma de oportunismo político (Boin et al., 2008; Kritzinger et al., 2021). Isto coloca a eficácia da comunicação política, na forma de um ativo indispensável para preservação da autoridade política, sobretudo em crises prolongadas (Lawton, 2013; Körösényi et al., 2016).

A eficácia comunicativa é igualmente preponderante para a sobrevivência na esfera política. Vulgarmente, quem mais pode beneficiar de uma crise são os opositores políticos que anseiam impacientemente pelos erros dos líderes encarregues de responderem às crises, para que possam capitalizar ganhos eleitorais sobre as falhas e erros que ocorrem durante a gestão de uma crise. Sobretudo, são momentos que a oposição utiliza para descredibilizar os líderes que se encontram no poder (Boin et al. 2005). Para Boin et al. (2008), esta ocorrência constitui um dos principais desafios enfrentados pelos líderes que têm de gerir uma grande crise, isto porque, as falhas além de serem ampliadas pelos seus adversários políticos, são igualmente destacadas pelos media através de um escrutínio mediático intenso. Para diminuir o impacto das falhas de gestão, os líderes recorrem a estratégias comunicacionais criadas principalmente para minimizar a sua responsabilidade durante a gestão, mas também, para redistribuir a culpa por vários intervenientes (Boin et al., 2008). Dentro destas estratégias, destacam-se a delegação de responsabilidades para os especialistas ou entidades técnicas, ou a ênfase na imprevisibilidade da crise e nos efeitos adversos que daí poderiam advir (Boin et al., 2008).

Embora a preponderância das lideranças seja inegável, em contextos de crise não se limita à mera figura de um indivíduo carismático assume sim a forma de um processo coletivo, que envolve várias camadas de atores institucionais (Boin et al., 2005). A visão mais tradicionalista de que um “grande líder”, sozinho é capaz de conduzir a resposta à crise, é uma ideia idílica que em grande parte, não conduz à verdade. De um modo mais explícito, a resposta a uma crise fundamenta-se na liderança partilhada entre múltiplos atores que partilham entre si os vários papéis críticos (Boin et al., 2005). Com esta ideia em mente, Boin et al. (2005, p.10) identificaram cinco dimensões essenciais da liderança para a gestão das crises: compreensão da crise (*sense making*), tomada de decisão (*decision making*), construção de significado (*meaning making*), encerramento da crise (*terminating*) e aprendizagem pós-crise (*learning*). Estas tarefas não ocorrem de forma linear mas sim, na forma de vários processos que se interligam entre si.

A primeira tarefa o *sense making*, indica que os líderes devem possuir a capacidade de interpretar sinais ambíguos e contraditórios, assim com distinguir entre incidentes

isolados e ameaças universais (Boin et al., 2005, p.10). Como as crises, enquanto fenómenos dinâmicos, tendem a desenvolver-se rapidamente e de forma imprevisível, a perceção da sua gravidade nos estágios iniciais é particularmente difícil o que compromete a eficácia inicial na resposta à crise. Esta dificuldade é agravada pela presença de múltiplos decisores com interpretações e visões distintas que complicam as decisões. Para contornar este efeito, as lideranças devem ser capazes de recolher, processar e reinterpretar informações de forma contínua e ajustá-las à medida que novos dados emergem (Boin et al., 2005, p. 11).

A segunda dimensão, *decision making*, exige que os líderes atuem com rapidez e eficácia, mesmo perante informações incompletas. Para contornar este fator, as abordagens na resposta às crises podem variar entre dois tipos de modelos: (1) os modelos centralizados, que concentram a autoridade das decisões num grupo fechado, permitindo respostas mais céleres, embora por vezes, limitadas a número ínfimo de perspetivas; (2) os modelos descentralizados, que envolvem um maior número de atores nos processos de decisão. No entanto, enquanto valorizam a resiliência organizativa e as múltiplas visões, estes modelos geralmente implementam as medidas a uma velocidade inferior (Boin et al., 2005, p. 11).

A terceira dimensão, o *meaning making* salienta o papel fulcral da comunicação. Esta dimensão indica que os líderes devem possuir a capacidade de moldar a perceção pública da crise e criar um propósito coletivo para as populações. Para o sucesso deste processo, devem ser seguidos três pilares: (1) a transparência e coerência da comunicação, garantindo que o público recebe as mensagens de forma clara e consistente; (2), a gestão das expectativas, essencial para evitar promessas irrealistas e assegurar o apoio às medidas adotadas; (3) a liderança simbólica, que indica que os líderes devem assumir o papel de referência durante as crises e transmitir confiança e estabilidade às populações (Boin et al., 2005, p. 12).

A quarta dimensão, o *terminating*, estabelece que um dos desafios mais desafiantes da liderança é saber qual o momento e quais os meios mais adequados para encerrar a fase de emergência de uma crise (Boin et al., 2005 p. 14). Muitas crises não possuem desfechos claros e prolongam-se em ciclos (como foi o caso da COVID-19), o que torna a transição para a normalidade um processo político particularmente delicado. Nesse contexto o retorno à normalidade envolve dois elementos críticos: (1) a gestão das expectativas das populações; (2) a prestação de contas, que muitas vezes resulta em investigações ou processos políticos que pretendem validar as escolhas tomadas durante as crises (Boin et al., 2005, p. 14).

A quinta e última dimensão, o *learning*, remete para a capacidade de extrair lições de uma crise e implementar mudanças estruturais que previnam fracassos futuros. Embora declarada como uma prioridade a aprendizagem institucional está envolta em vários desafios e enfrenta diversos entraves tanto políticos, como burocráticos. Desde resistência à mudança por parte de instituições que procuram retomar a normalidade sem adotar reformas estruturais, até à existência de pressões políticas que procuram evitar responsabilizações, o que naturalmente, conduz muitas vezes a revisões superficiais e ineficazes. A isto junta-se o risco da denominada, falta de memória institucional, que decorre em momentos onde os conhecimentos adquiridos durante uma crise são perdidos devido à rotatividade nas lideranças e à ausência de registos disciplinados (Boin et al., 2005, p. 15).

### **1.2.1. Diferentes estilos de liderança e os seus impactos nas crises**

O estilo de liderança dos líderes políticos está na base das respostas que estes adotam para combaterem os momentos de crise. Embora o estilo de liderança não deva ser o único fator a considerar para analisar todos os líderes políticos (visto que a natureza das crises e do contexto sociopolítico podem desempenhar papéis igualmente relevantes), é um fator crucial para compreender e analisar a abordagem de alguns líderes em momentos de grande incerteza. A recente pandemia de COVID-19 destacou este fenómeno ao revelar os estilos de liderança como elementos cruciais na gestão da pandemia, com efeitos ao nível das respostas políticas e da perceção pública (Bhalla, 2021). A literatura destaca alguns estilos de liderança na resposta às crises, de onde se destacam quatro: (1) a liderança transacional; (2) a liderança transformacional; (3) participativa; (4) autoritária (Burns, 1978; Bass & Riggio, 2006; Bhalla, 2021). Para além destes estilos clássicos a literatura mais recente enfatiza também a liderança adaptativa, que consiste na capacidade de aprender e ajustar as estratégias à medida que a crise evolui, assim como de transcender disputas para envolver múltiplos atores na resposta à crise (Heifetz et al., 2009).

Dentro dos estilos de lideranças destacados, a literatura existente destaca uma distinção importante entre a liderança participativa e a liderança autoritária. Enquanto a liderança participativa envolve múltiplos atores no processo de tomada de decisão e legitima as instituições democráticas, a liderança autoritária é caracterizada pela centralização clara do poder nas mãos de um só indivíduo que exclui a ponderação assente em várias bases em troca de decisões mais rápidas e centradas na sua visão pessoal, o que origina erosões mais precoces da sua credibilidade, e na próprio desgaste político destes líderes (Antwi-Boasiako & Nyarkoh, 2021; Bhalla, 2021). Já a liderança transacional é focada num estilo de recompensas e penalizações que deve ser implementado diretamente

nos subordinados abaixo da liderança (Bass & Riggio, 2006; Burns, 1978). Neste modelo, o líder normalmente institui um sistema de recompensas que é desenhado para maximizar a eficiência operacional e manter níveis elevados de desempenho, com foco específico para a execução técnica que se revela, numa parca capacidade de resolução de problemas (Bass & Riggio, 2006). No entanto, este estilo de liderança muitas vezes não tem em conta o desgaste psicológico de todos os envolvidos (Bass & Riggio, 2006; Burns, 1978), o que o apenas a torna eficaz em crises de curta duração.

A liderança transformacional, por sua vez, apresenta uma disposição um pouco mais distinta dos estilos de liderança tidos como convencionais. Especialmente se os líderes que se enquadram neste estilo residirem na oposição e não no governo. A liderança transformacional como desenvolvida por Burns (1978), indica que um líder transformacional mobiliza os seus seguidores e a sua própria orientação para atingir objetivos comuns que muitas vezes transcendem interesses individuais, com o objetivo de valorizar o bem comum. Este estilo é sobretudo orientado para a inspiração e para a mudança (Burns, 1978). Neste sentido, os líderes transformacionais destacam-se sobretudo pela sua capacidade de mobilizar a confiança pública e promover a resiliência através de uma comunicação carismática (Bass & Riggio, 2006; Burns, 1978).

Se o foco recair na recente pandemia de COVID-19 existem dois modelos de liderança que predominaram na literatura. Os modelos da proeminência do político e a proeminência do perito nomeado. No primeiro modelo descrito, todas as decisões giram em torno das conceptualizações do líder político, o que torna o líder político na figura predominante na comunicação das informações e na tomada de decisões. Embora possa receber conselhos de peritos, a forte personalização da sua liderança dialoga diretamente com as populações e mantém intacta a sua preponderância na crise, assim como mantém intacta a devoção da população (Coman et al., 2021; Bhalla, 2021). O modelo de proeminência do perito nomeado, por sua vez possui uma abordagem bastante distinta. Em vez de centralizar em si todas as dimensões da gestão da crise, este modelo, delega as principais decisões e a comunicação para especialistas técnicos, aos quais é assegurado o apoio político. Esta abordagem necessita igualmente de uma maior partilha entre os vários porta-vozes, o que confere maior credibilidade científica às medidas adotadas (Coman et al., 2021).

Para além dos vários estilos de liderança, a gestão das crises está igualmente assente na capacidade de os líderes adotarem posições e decisões que combinem a transparência com a necessária preservação da sensibilidade das populações (Beilstein et al., 2021; Austin & Jin, 2017). Esta dimensão foi necessária para preservar a legitimidade das lideranças

durante a pandemia, mas também para evitar a disseminação de crises secundárias num ambiente que ficou marcado pela crescente disseminação de desinformação (Beilstein et al., 2021; Bhalla, 2021). De facto, a literatura sublinha que em crises, as lideranças que respeitem os princípios democráticos, tendem a reforçar a estabilidade das instituições (Boin et al., 2005). Durante a última pandemia, os líderes políticos que voltaram a sua atuação para princípios éticos, e para estratégias de comunicação claras e pragmáticas destacaram-se pela coesão social e resiliência que obtiveram (Coman et al., 2021; Bhalla, 2021). Dentro deste sucesso, pode ser destacada o exemplo de liderança concretizado por Jacinda Ardern na Nova Zelândia, onde a sua abordagem foi extremamente eficaz para fortalecer a resiliência coletiva e o sucesso das medidas adotadas (Bhalla, 2021), o que valorizou as qualidades intelectuais que são exigidas aos líderes políticos em situações de elevada pressão. Tais qualidades refletem-se na ponderação ética das vantagens e desvantagens de cada abordagem, assim como na predisposição de cada líder para atualizar as suas crenças e opiniões à medida que surgem novas evidências científicas (Bhalla, 2021).

A última pandemia demonstrou de facto, que nem todos os líderes políticos se encontraram à altura de um desafio de tamanha magnitude como o acarretado pela COVID-19. O estilo de liderança ajuda a compreender os motivos do sucesso de algumas lideranças, mas de um modo geral, parece claro que os líderes que se mobilizaram de uma forma mais egocêntrica sofreram mais erosão junto da sua base de eleitores, principalmente pelos fracassos derivados da sua gestão (Maak, et al., 2021). Em contraste, os exemplos de liderança mais compassiva, fundamentada na criação e na manutenção da confiança dos cidadãos, demonstraram possuir maior sucesso na gestão da pandemia, que se refletiu igualmente na aprovação superior destes líderes. A literatura, aponta diretamente para a necessidade dos líderes desempenharem uma variedade de papéis, de acordo com as necessidades criadas pelas situações, para alcançarem maior sucesso em situações de crise (Bhalla, 2021; Maak, et al., 2021).

### **1.2.2 O impacto da comunicação nos diversos tipos de crise**

As mudanças ocorridas do ímpeto das inovações tecnológicas transformaram a capacidade de disseminação e receção de informação em tempo real. Esta nova dinâmica de transmissão de informação aliada às transformações ocorridas no panorama político e económico, reforçaram a importância da comunicação dos líderes, especialmente durante períodos de grandes crises (Antwi-Boasiako & Nyarkoh, 2021). Num contexto mediático, em que cada vez mais as informações relativas às crises são disseminadas a uma velocidade avassaladora, e que cada comunicação é analisada ao ínfimo detalhe torna-se imperativo

para qualquer líder político a necessidade de dominar as várias dimensões da comunicação (Hyland-Wood et al., 2021).

É precisamente na comunicação que os líderes mais estão sujeitos a pressões mediáticas nos contextos de crises. É em casos de manifesta incapacidade de transmitir informações precisas e fidedignas às suas populações, que os líderes correm o maior risco de corroer a sua base de apoio (Antwi-Boasiako & Nyarkoh, 2021; Hyland-Wood et al., 2021). Neste contexto, a liderança em tempos de crise é “o processo de liderar os membros de um grupo através de uma circunstância súbita e em grande parte imprevista, intensamente negativa e emocionalmente desgastante” (DuBrin, como citado em Liu et al., 2020, p. 128 tradução própria). As últimas crises deixaram a descoberto a existência de uma correlação entre a capacidade de prestar informações precisas e a manutenção da credibilidade dos líderes, que se manifesta sobretudo através da maior confiança da sua base de seguidores. Segundo Klann (2003) e Antwi-Boasiako e Nyarkoh (2021), o aumento da popularidade dos líderes que possuem boas práticas comunicativas destaca a importância dos líderes preferirem empregar estratégias de comunicação que se baseiem em critérios de transparência para conseguirem preservar e promover a integridade das suas lideranças. Haddon et al. (2015), confirmam a relevância da transparência da comunicação ao demonstrarem que as necessidades das populações mudam drasticamente em cenários de crise. Os resultados associados ao seu este estudo, revelaram que os apoiantes e as populações quando inseridos em momentos de crises esperam sobretudo uma comunicação rápida nos momentos iniciais, que se deve manter assertiva e clara ao longo do período em causa enquanto estimula a existência de uma consciência de proximidade à comunidade que deve transmitir valores de credibilidade e confiança (Haddon et al., 2015).

Segundo Hyland-Wood et al. (2021), independentemente do setor em causa estes princípios são cruciais para a manutenção e preservação dos níveis de confiança e estabilidade nas populações. A gestão dos meios de comunicação social, é fundamental para a comunicação em tempos de crise, segundo Austin e Jin, (2017, p. 1) esta gestão é essencial para a produção e disseminação das informações fundamentais para o sucesso da crise. Austin e Jin (2017), salientam igualmente a existência de três fases distintas para responder às crises: (1) a preparação da comunicação; (2) a resposta na comunicação; (3) a recuperação da crise. Para além de toda a manutenção da comunicação, Beilstein et al. (2021), salientam que a aptidão de um líder em utilizar eficazmente os canais de comunicação social pode influenciar significativamente a perceção pública da resposta da comunidade à crise, o que é crucial para reforçar a sua legitimidade. Para uma comunicação eficaz em tempos de crise, é necessário adotar uma abordagem empática, honesta,

transparente e compreensível, que possa promover a confiança e a resiliência das populações (Beilstein et al., 2021). A incorporação de feedback contínuo da comunidade também é benéfica, dado que permite aos líderes ajustarem as suas abordagens com base nas preocupações e nas expectativas dos seus apoiantes e assegurar uma comunicação mais eficaz e alinhada com as necessidades emergentes de cada fase (Liu et al., 2020). Liu et al. (2020), apontam para a existência entre as populações, de um sentimento que de um modo geral tende a valorizar a cooperação dos líderes em circunstâncias de crise. A crise sanitária derivada da COVID-19 enfatizou esta realidade ao salientar os níveis de aprovação superiores dos líderes que optaram por facilitar entendimentos para superar os efeitos nefastos da pandemia (Louwerse et al., 2021). A pandemia mostrou igualmente a necessidade dos líderes adotarem uma comunicação não apenas exímia mas focada num senso de pertença que permita mitigar os efeitos nefastos de uma crise (Antwi-Boasiako & Nyarkoh, 2021).

### **1.2.3. A voz da liderança em crise: O impacto da mensagem e do emissor**

Como discutido nos capítulos anteriores, a mensagem e quem a comunica dispõem de uma importância central na contenção dos efeitos mais nefastos das crises. Contudo, nem todas as crises representam a mesma intensidade, nem as mesmas necessidades de resposta. No entanto, quando falamos de uma pandemia, estamos possivelmente a mencionar uma das formas mais graves de uma crise. Esta hipótese é evidente se pensarmos no impacto que a COVID-19 causou na sociedade. As pandemias estão fora do controlo de qualquer interveniente, e exigem uma abordagem não apenas ponderada, mas também intrinsecamente complexa (Kahn, 2020; Hyland-Wood et al., 2021). Se os contornos de eficiência comunicacional são fundamentais para mitigar os efeitos iniciais de qualquer crise, durante grandes crises, a transmissão das informações aos grupos mais vulneráveis depende de uma comunicação absolutamente eficaz, já que falhas neste processo podem resultar em consequências irreversíveis (Kahn, 2020). As crises pandémicas são extremamente sensíveis aos timings de ação, a incerteza destes momentos exige que toda a informação disponível seja disponibilizada às populações. Tanto sobre o que já é conhecido, quanto sobre tudo o que permanece incerto, com o intuito de proteger o maior número de indivíduos possível (Kahn, 2020; Hyland-Wood et al., 2021). Todavia, a necessidade de informar as populações com o máximo detalhe, não se sobrepõe à importância primordial de conservar a coerência da narrativa dentro do espaço mediático, sobretudo para evitar a disseminação de informações erradas através de meio de comunicação alternativos (Coleman et al., 2011; Coman et al., 2021). Além disso, é crucial combater a circulação de informações deturpadas por interesses partidários, visto que, frequentemente estas

informações possuem um carácter tendencioso para manipularem o discernimento das camadas mais vulneráveis da população e levá-las a adotar medidas sem qualquer tipo de base científica, que coloca em risco a sua segurança (Hyland-Wood et al., 2021; Coleman et al., 2011; Liu et al., 2020). Os meios de comunicação social desempenham ainda o importante papel de servirem como pontes entre os líderes políticos e a população. De acordo com Kahn et al. (2013), a forma de comunicar adotada pelos meios de comunicação, impacta diretamente nos resultados da gestão de uma crise, quando escolhem ser mais colaborativos, os resultados de gestão das crises tendem a ser superiores, já quando o fazem, os resultados pioram drasticamente. De facto, para Beilstein et al. (2021) e McLean e Ewart (2015), os meios de comunicação influenciam diretamente a opinião pública das populações.

Com o avanço de uma crise, torna-se imperativo agir com celeridade e comunicar com prudência (Coman et al., 2021). A necessidade de preservar a sanidade das populações e de assegurar que as informações cruciais são transmitidas e compreendidas dita que a mensagem veiculada aos meios de informação tenha de ser o mais precisa e coerente possível (Liu et al., 2020; McLean & Ewart, 2015). Os líderes políticos enfrentam deste modo o duplo desafio de gerir a sua relação com os meios de comunicação, que é a principal fonte de divulgação das informações fidedignas (Liu et al., 2020; McLean & Ewart, 2015), mas também o de manter a sua comunicação o mais transparente, exata, e fundamentada em bases científicas possível (Coman et al., 2021). De acordo com Olsson (2014), a comunicação de crise deve igualmente fundamentar-se em dois grandes eixos. O primeiro eixo, a comunicação operacional fundamenta-se na necessidade de transmitir mensagens informativas de forma imediata e concreta, para preservar a qualidade da informação concedida às populações nos diferentes momentos de uma crise. A comunicação estratégica, por sua vez, é formulada a pensar no longo prazo, e possui o intuito de reforçar a confiança no plano institucional, mas também de adaptar perceção pública da gestão da crise aos moldes desejados. Não obstante às informações prestadas, Liu et al. (2016) indicam que independentemente da crise e da sua natureza, não existe uma resposta universal que assegure que todos os princípios da contenção são seguidos ou executados. Na verdade, estes princípios apenas são formulados para atenuar os impactos da crise e preservar a estabilidade necessária (Liu et al., 2016).

Se a mensagem possui uma importância preponderante para o controlo das crises, a credibilidade do mensageiro que a comunica também não pode ser descredibilizada. Segundo Liu et al. (2020) e Boin et al. (2005), a perceção da credibilidade do mensageiro é fundamental para a adoção de comportamentos preventivos e para a perceção do risco de uma crise, o que torna os mensageiros tão relevantes quanto as mensagens. Segundo,

McLean e Ewart (2015), durante as crises a confiança do público tende a ser significativamente maior sempre que a informação é transmitida por especialistas, em detrimento dos políticos. No entanto, os líderes políticos continuam a ter um papel essencial, principalmente na coordenação estratégica e na manutenção da estabilidade institucional. O desafio reside em encontrar um equilíbrio entre estes dois tipos de comunicadores, e garantir que os políticos não monopolizem a comunicação técnica, mas também não se ausentam do processo de comunicação (McLean & Ewart, 2015). Deste modo, a existência de uma comunicação desalinhada entre os políticos e os especialistas pode comprometer a confiança pública e favorecer a resistência às diretrizes sanitárias (McLean & Ewart, 2015). Para tentar contrariar esta tendência, McLean e Ewart (2015), sugerem que durante as fases mais críticas das crises a comunicação deve ser partilhada entre políticos e especialistas, para garantir que a mensagem é coordenada, clara e fundamentada em evidências científicas. De acordo com McLean e Ewart (2015) e Olsson (2014), a distribuição da comunicação durante as crises, procura sobretudo reforçar a credibilidade institucional e evitar a existência de informações contraditórias. Embora não exista algo como um modelo de resposta única, esta tipologia é muito próxima ao modelo proposto por Olsson (2014), que defende a implementação de um modelo híbrido de comunicação, segundo as suas informações, este modelo deve articular entre uma dimensão orientada para a resiliência comunicativa, e uma dimensão orientada para a preservação da reputação institucional.

#### **1.2.4. A comunicação dos governos durante a COVID-19**

As pandemias possuem contornos distintos das demais crises o seu contexto de alta imprevisibilidade aliado à volatilidade que compõe a sua génese, influencia diretamente a comunicação dos governos (Bolleyer & Salát, 2021). Os impactos da pandemia de COVID-19, conduziu à remodelação da comunicação política que abandonou os seus contornos mais típicos e adotou uma abordagem altamente personalizada das lideranças que facilitou o surgimento de figuras carismáticas e com diálogos retóricos capazes de unificar as populações (Lilleker et al., 2021; Hyland-Wood et al., 2021). Durante a última pandemia, os líderes que adotaram uma comunicação mais centralizada na sua pessoa, e na ênfase de combater os desafios sanitários alcançaram resultados interessantes na gestão da pandemia e colocaram a sua figura de liderança numa posição hegemónica, muito devido a sua centralidade comunicativa (Lilleker et al., 2021). As mudanças decorrentes da COVID-19, espelharam a realidade dos desafios impostos à comunicação governamental, não só devido à rápida evolução da crise sanitária, mas também por culpa da "infodemia" declarada pela Organização Mundial da Saúde (Gonçalves et al., 2022). O excesso de informação, tanto fidedigna como falsa, dificultou a perceção pública das medidas de combate à pandemia e

contribuiu para a desconfiança face às orientações governamentais (Gonçalves et al., 2022). A COVID-19, reforçou mais uma vez a necessidade da comunicação em contextos de crise se reger pelos princípios da coerência e transparência (Colloca et al., 2024; Johansson et al., 2021; Hyland-Wood et al., 2021). Mas se formos mais explícitos na formulação deste pressuposto, é notório que a inexistência de um epicentro da pandemia permitiu que a COVID-19 permanecesse uma ameaça, e dificulta-se a atuação dos governos (Colloca et al., 2024). As dificuldades impostas aos governos durante a COVID-19, colocaram a comunicação institucional no cerne da gestão política, e colocaram nos líderes políticos a difícil tarefa de utilizarem eficazmente os meios de comunicação, para garantirem a adesão das populações às medidas de combate à pandemia (Lilleker et al., 2021).

A personificação da comunicação foi notória durante a última pandemia, segundo Lilleker et al (2021) esta comunicação assente nas imagens dos líderes foi por vezes essencial para agrupar as várias franjas da população e congregar as diferentes opiniões que residiam dentro das populações. Todavia a comunicação centrada na personificação comunicacional não foi um fenómeno exclusivo dos líderes de governo. Várias figuras de relevo institucional, como Ministros ou deputados, emergiram em grande destaque na comunicação social, quer pela sua relevância, quer pela especialização técnica que dispunham, o que os colocou igualmente como figuras capazes de transmitir e captar níveis elevados de confiança das populações (Lilleker et al., 2021; Bolleyer & Salát, 2021). Porém, em momentos em que estas personalidades emergiram com uma retórica distinta à linha de comunicação dos governos, Lilleker et al. (2021) e Bolleyer e Salát (2021), constataram o surgimento de conflitos internos. Muitos destes conflitos, foram derivados do desacordo em adotar um enquadramento conjunto de resposta à crise, ou mesmo pela falta de consenso quanto à resposta mais adequada a cada fase da crise sanitária. De facto, ambos os autores, denotaram que esta existência de conflitos internos levou à redução da qualidade da gestão da pandemia e à redução da unidade inicial das populações (Lilleker et al., 2021; Bolleyer & Salát, 2021).

A COVID-19 não alterou apenas a comunicação política dos governos, o seu impacto no sistema político é igualmente inegável. Um pouco por toda a Europa, a relação interpartidária de oposição e confronto esfriou-se e fundamentou-se antes numa colaboração temporária entre os governos e alguns partidos de oposição (Louwerse et al., 2021). Porém Vande Walle et al. (2021), percebiam uma dinâmica característica da pandemia, nem todos os partidos seguiram este ímpeto de apoio inicial. Determinadas famílias de partidos ligadas aos extremos do espectro políticos afastaram-se desta dinâmica de colaboração inicial e polarizaram o espectro partidário. Inequivocamente Louwerse et al. (2021) verificaram através da análise das intervenções parlamentares durante a pandemia

de COVID-19 que os partidos com maior experiência parlamentar e com maior representação de deputados cooperaram mais facilmente e eficazmente com os governos. Já os partidos de menor dimensão ou com menor experiência parlamentar, facilmente adotaram retóricas mais radicais. Na verdade, vários partidos com menor experiência parlamentar viram na pandemia uma oportunidade única para apelar aos sentimentos mais negativos das populações e capitalizaram esses sentimentos para obterem um ímpeto no crescimento eleitoral (Louwerse et al., 2021; Jungkunz, 2021).

Segundo Vande Walle et al. (2021), a crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19 impactou a base das dinâmicas partidárias devido à oscilação constante das diferentes posições de colaboração e oposição ao longo da pandemia. O avanço da crise sanitária levou a que o sentimento de colaboração que uniu os partidos na fase inicial da pandemia se deteriorasse e estimulasse o crescimento da polarização partidária (Jungkunz, 2021; Vande Walle et al., 2021). O crescimento das divisões partidárias deveu-se sobretudo aos custos que ficaram associados à gestão da crise e aos impactos que a sua gestão provocou no quotidiano das populações (Bitonti et al., 2023; Louwerse et al., 2021). Por toda a Europa, o avançar do período pandémico reforçou a visão negativa da gestão da crise (Bitonti et al., 2023), em países como, a Holanda, a Espanha, ou a Polónia, a visão negativa da gestão da crise sanitária, levou os partidos da oposição a expressarem críticas mais severas aos partidos de governo e às medidas que estes tinham adotado para diminuir os impactos da COVID-19 (Castaños & Rodríguez, 2021; Pirro, 2022; Rydzewska, 2021; Vande Walle et al., 2021).

Mesmo nos países europeus onde existiu inicialmente um consenso superior, o aumento massivo do número de infeções provocadas pela COVID-19 acabou por dificultar a manutenção da colaboração, e acabou mesmo por aumentar o número de discursos com intervenções críticas (Christensen et al., 2023; Peralta-Santos et al., 2021; Rydzewska, 2021). Na verdade, esta mudança de postura, traduziu-se numa oposição mais crítica às medidas de contenção adotadas pelo governo (Conti et al., 2021) e no crescimento da contestação promovida pelos partidos dos extremos, que preferiram adotar uma comunicação inflamada que captasse os sentimentos reprimidos das populações (Martínez Fuentes & Natera, 2024; Wondreys & Mudde, 2022). Neste sentido, o avanço da pandemia funcionou como um catalisador que reconfigurou a posição das estratégias e da oposição e que ampliou as tensões partidárias pré-existentes (Vande Walle et al., 2021; Louwerse et al., 2021). Esta mudança estratégica influenciou o crescimento dos discursos populistas um pouco por toda a Europa, o que não foi benéfico ao combate da crise pandémica (Peralta-Santos et al., 2021; Wondreys & Mudde, 2022; Pirro, 2022).

Este padrão foi ainda mais notório nas democracias do sul europeu, por exemplo em Itália, o partido de extrema-direita LEGA, beneficiou do crescimento dos sentimentos mistos das populações em relação à gestão da pandemia para intensificar o seu discurso crítico ao governo liderado por Conte (Conti et al., 2021), e além disso, procurou potenciar os sentimentos de insatisfação que já existiam no norte do país (Bitonti et al., 2023). Nas democracia do Sul, a dialética dos partidos mais extremos, regeu-se sobretudo por ataques constantes aos governos. Estes partidos acusavam os líderes de adotarem medidas ineficazes, e demasiado restritivas no combate à crise sanitária, que apenas eram impostas para prevaricarem poderes políticos e minarem os direitos das populações (Pirro, 2022; Peralta-Santos et al., 2021). Autores como Vande Walle et al. (2021) e Pirro, (2022), denotaram que o surgimento ou o aumento da inflamação da retórica coincidiu com a aproximação das eleições, que estes partidos usaram para tentar potencializar o seu crescimento. Segundo Kaltwasser e Taggart (2022), os partidos de extrema-direita serviram-se das eleições para capitalizar a frustração popular, que já se encontrava muito desgastada das inúmeras restrições sanitárias.

A subida de contestação segundo Vande Walle et al. (2021), permitiu que estes partidos fortalecessem a sua base de eleitores e reforçassem a sua composição parlamentar. Mas os partidos de extremos não viveram exclusivamente do ataque aos governos. Em Espanha, o partido populista de esquerda Podemos embora critica-se o governo escolheu uma abordagem crítica distinta, que visava melhorar a qualidade das medidas impostas mas que também incidia no reforço dos meios de combate à crise sanitária. Os partidos que seguiram a mesma linha de atuação do Podemos procuravam demonstrar críticas que não visassem diretamente executivo mas sim, aplicar críticas em áreas específicas que poderiam ser aperfeiçoadas. Porém, como indicam Martínez Fuentes e Natera (2024), esta atuação era essencialmente delineada para alcançarem lugares na composição dos governos, e não fruto de um imperativo de preocupação desprovido de interesses.

Outro elemento que merece ser destacado é a maneira como os partidos mais ao centro procuraram atuar durante a crise sanitária provocada pela COVID-19. Em vários países como a Alemanha ou o Reino Unido a polarização não foi imediata e seguiu antes uma tendência de crescimento mais lenta, que de forma gradual foi afastando os partidos políticos sobretudo, à medida que os impactos socioeconómicos surgiam na esfera mediática (Louwerse et al., 2021). Por outro lado por exemplo, a Suécia na ausência de um confinamento rigoroso decretado pelo governo, levou os partidos da oposição a afastarem-se das típicas críticas que se viam na Europa um pouco por toda a Europa. Segundo, Christensen et al, (2023) em vez de criticarem os excesso de restrições às liberdades individuais, os partidos suecos criticavam os riscos inerentes à saúde pública e ao aumento

da mortalidade que poderiam advir da falta de medidas de contenção. Com isto, a resposta política à pandemia esteve longe de ser homogénea na Europa. Existiram diversos tipos de abordagem no combate à crise sanitária, com países a adotarem abordagens mais cautelosas e colaborativas como a Finlândia ou a Alemanha (Christensen et al., 2023; Louwerse et al., 2021) ou países que testemunharam uma polarização rampante, como a Polónia e a Hungria. Na Polónia, o partido PiS (Lei e Justiça), utilizou a pandemia como uma oportunidade para reforçar o seu controlo sobre as instituições democráticas o que levou os partidos que se deparavam na oposição a afastarem-se do executivo e a subirem o número de críticas à gestão da crise sanitária (Turska-Kawa et al., 2022). De forma semelhante na Hungria, Viktor Orbán utilizou o surgimento da pandemia para expandir os poderes do seu executivo com uma duração indefinida (Drinóczi & Bień-Kacała, 2020), o que motivou os partidos de oposição, e mesmo a União Europeia a criticar os excessos de concentração de poderes numa só pessoa. Para além disso, os partidos que se encontravam na oposição foram igualmente críticos da falta de medidas para combater a crise sanitária e à aparente descontração do governo com a pandemia (Drinóczi & Bień-Kacała, 2020).

O caso espanhol e o caso belga ajudam igualmente a ilustrar a inexistência de uma resposta homogénea na Europa. Em Espanha, o governo liderado pelo PSOE enfrentou duras críticas dos partidos à sua direita que rapidamente adotaram uma postura de forte oposição ao governo (Royo, 2020). Esta postura, segundo Royo (2020), foi acerbada pela polarização típica que caracteriza o sistema político espanhol que inflamou os ânimos dos partidos mais críticos do executivo. O executivo liderado por Pedro Sánchez foi igualmente contestado pelos meios de comunicação social, devido à recusa do Primeiro-Ministro espanhol para responder a várias perguntas que lhe eram dirigidas. A exclusão de algumas perguntas aliada à polarização inerente ao sistema político espanhol abriu uma oportunidade única para os partidos mais críticos explorarem as falhas governativas e, acusarem o governo de incorrer em falhas estratégicas graves (Castaños & Rodríguez, 2021; Royo, 2020). A situação belga, foi ainda mais complexa, no parlamento a maioria dos partidos abraçaram um comportamento muito ambíguo. Esta escolha foi sobretudo intensificada pelas especificidades inerentes ao sistema federal Belga, que levou alguns partidos da oposição, a assumirem uma postura mais colaborativa a nível nacional, visto que possuíam responsabilidade governativas ao nível regional, e não pretendiam perder o apoio nessas regiões (Vande Walle et al., 2021). Embora existissem partidos que apoiavam o governo, este só o faziam para não perderem o apoio governativo a nível regional, ou para tentarem integrar a estrutura governativa (Vande Walle et al., 2021). Enquanto isso, os partidos mais radicais optaram por manter ou intensificar a sua postura crítica para capitalizarem votos com o descontentamento da população (Vande Walle et al., 2021).

## 1.3. “Rally ‘Round the Flag”

### 1.3.1. Origem e desenvolvimento do conceito

O fenómeno de colaboração inicial em crises descrito no capítulo anterior não é desconhecido dos cientistas sociais. Pelo contrário, há largas décadas que os cientistas sociais reconhecem que em situações de ameaça excepcional à integridade nacional existe um aumento sustentado do apoio à liderança política em funções, sobretudo nos momentos iniciais da crise. Mueller, 1973; Baum, 2002).

O exemplo mais emblemático deste fenómeno, é o denominado: “rally ‘round the flag effect” (Mueller, 1973). Este pressuposto teórico foi introduzido no léxico da ciência na década de 1970 por Mueller (1973). Desde então o “rally ‘round the flag” compõe um dos fenómenos mais relevantes para compreender o apoio inicial que é prestado aos governos em circunstâncias de elevado perfil internacional. Mueller (1973) introduziu este fenómeno após observar que os presidentes dos Estados Unidos da América desfrutavam de picos de aprovação (geralmente curtos) imediatamente após eventos inesperados ligados à política externa do país. Nos primórdios da sua conceção este fenómeno foi sobretudo estudado em situações de conflitos militares e guerras (Dinesen & Jæger, 2013; Mueller, 1973). O que levou Baum (2002), a constatar que os líderes em funções que se viam envolvidos em guerras conseguiam subir tendencialmente na consideração da opinião pública. Para Baum (2002) a subida da opinião pública nessas ocasiões, permitia aos líderes legitimarem a sua governação, mas também legitimarem a sua própria autoridade, mesmo em momentos em que eram considerados impopulares pelos eleitores.

Contudo, existem três critérios essenciais para que uma crise possa desencadear um fenómeno de *rally*. Em primeiro lugar, a crise deve ter dimensão internacional. Em segundo lugar, deve envolver diretamente a nação. E em terceiro lugar, a crise deve possuir contornos dramáticos e ser intensamente focalizada (Mueller, 1973, p. 208). A literatura, reforça também, que quanto mais popular for um líder, maior será a probabilidade de se registar o fenómeno de “rally ‘round the flag” (Baum, 2002).

Existem várias explicações para o “rally ‘round the flag”. Mas as principais resumem-se à subida da popularidade de um líder e à redução temporária das críticas vindas da opinião pública (Baker & O’Neal, 2001; Baum, 2002), assim como, na união da população em torno dos líderes políticos em momentos de grandes crises internacionais (Chatagnier, 2012; Dinesen & Jæger, 2013; Mueller, 1973). De facto, a redução do número de críticas aos líderes, assim como a união da população, cria um fenómeno que leva as populações a

inclinarem-se no apoio ao executivo, mesmo que antes da crise, não sentissem qualquer conexão com o líder em causa (Baker & O'Neal, 2001). Este apoio inequívoco aos executivo após os momentos iniciais de uma crise, sugere que as populações tendem a unir-se em torno das lideranças para se protegerem das ameaças a que estão expostas (Baker & O'Neal, 2001; Chatagnier, 2012). Porém, o reforço de apoio à liderança não possui um contorno fixo. Este reforço, está sujeito ao tipo de crise, à intensidade da crise e também à forma de comunicar empregue pelos líderes, pelo que é impossível à partida conhecer o impacto que uma crise pode ter na aprovação de cada líder político (Chatagnier, 2012; Baum, 2002), apenas se pode presumir que quanto mais dramática for uma a crise, maiores são as possibilidades dos líderes obterem ganhos políticos concretos durante o período de *rally* (Chatagnier, 2012)

Apesar da maioria dos estudos relacionados com o fenómeno de *rally* se centrar nas aprovação momentânea dos líderes, este fenómeno não se resume apenas a esta dimensão (Knudsen et al., 2023). Na verdade, o fenómeno de *rally*, pode manifestar-se nas diferentes áreas da esfera política e aumentar a confiança e o apoio nos diversos setores da sociedade (Baekgaard et al., 2020; Knudsen et al., 2023). Segundo Baekgaard et al. (2020) e Knudsen et al. (2023), após grandes crises internacionais, as instituições políticas e os meios de comunicação, podem receber por parte das populações grandes picos de apoio assim como os recebidos pelos líderes políticos. Na mais recente pandemia, Knudsen et al. (2023) constataram esta suspeita, ao verificarem que antes da pandemia de COVID-19 o nível de confiança da população norueguesa nos meio de comunicação era fraca e objetivamente baixo, e que imediatamente após o início da pandemia os níveis de confiança nos meios de comunicação subiram rapidamente.

Como já mencionado neste capítulo, o fenómeno de aprovação política associado ao “*rally 'round the flag*”, é sobretudo um fenómeno passageiro, a confiança e a aprovação depositada nos líderes políticos, tende a esmorecer ao fim de poucas semanas e assim, regressar ao níveis iniciais (Mueller, 1973). Kam e Ramos (2008) verificaram precisamente este cenário, ao verificaram a existência de duas fases distintas dentro do fenómeno de *rally*: a “*formação do rally*” e a “*depressão do rally*”. A existência destas duas fases, evidencia que o fenómeno de aumento da aprovação dos líderes é transitório e está condicionada por uma duração que embora imprecisa, é nitidamente temporária (Kam e Ramos, 2008). Esta queda no apoio acontece tanto entre os eleitores de esquerda como de direita, ainda que em graus diferentes (Kam e Ramos, 2008). Vale a pena sublinhar que o cansaço e o desgaste das populações ao longo do tempo são fatores importantes para explicar a queda do apoio inicial (Kam e Ramos, 2008; Johansson et al., 2021). A queda do efeito de *rally* é por esse motivo, um forte indicador da opinião das populações à atuação dos líderes políticos,

embora o efeito seja transitório, os líderes que o conseguirem preservar durante mais tempo, possuem maiores hipóteses de retirar proveitos da sua aprovação (Kam e Ramos, 2008; Johansson et al., 2021).

### **1.3.2. O Fenómeno de *rally* durante a pandemia de COVID-19**

Se tivermos em consideração os pressupostos teóricos do “rally ‘round the flag”, a crise provocada pela COVID-19 enquadra-se como um fenómeno suscetível de desencadernar o fenómeno de *rally* como proposto por Mueller (1973) nos critérios que definiu como fundamentais. Pelo que não seria difícil de esperar a manifestação deste fenómeno durante a pandemia. De facto à chegada dos primeiros efeitos nefastos associados à COVID-19, a aprovação dos governos disparou (Dietz et al., 2023) e as populações, mostraram-se recetivas para adotar as medidas que os governos procuravam impor para minimizar os riscos da pandemia (Kritzinger et al., 2021). Face à evolução da incerteza associada à pandemia, e à verdadeira magnitude do vírus, as camadas mais frágeis das populações adotaram rapidamente as medidas mais severas que os governos impuseram (Bolleyer & Salát, 2021; Hegewald & Schraff, 2024). A adoção das medidas mais severas, como os confinamentos, produziu um aumento sustentado do apoio político, que se refletiu nos fortes níveis de aprovação dos líderes independentemente das preferências políticas das populações, mas também no aumento de confiança nas instituições democráticas (Bækgaard et al., 2020; De Vries et al., 2020; Hegewald & Schraff, 2024). Bol et al. (2021), ao analisarem questionários sobre o impacto da pandemia realizados em 15 países após as primeiras semanas da pandemia, verificaram que as medidas adotadas nos primeiros momentos da crise, aumentaram as intenções de voto nos partidos que se encontravam no governo, assim com ao aumento da sua aprovação. Porém, existem outros investigadores como Schraff (2021), que salientam que o aumento da confiança institucional, observado durante a pandemia, não foi uma consequência direta das medidas de confinamento, mas sim um efeito direto da crise sanitária e de outros efeitos políticos.

Deste modo, o este aumento súbito no apoio aos governos durante a pandemia não pode ser apenas atribuído às medidas impostas, deve igualmente ser atribuído a outros fatores como o efeito de “rally ‘round the flag” (Hegewald & Schraff, 2024). Se nos primórdios do fenómeno “rally ‘round the flag”, a importância era apenas concedida à correlação entre as situações de crise e o apoio do público ao governo, os estudos mais recentes têm procurado ultrapassar esta conceção e mapear o mecanismo causal por detrás desta relação (Vande Walle et al., 2021). Entre os fatores destacados, os pesquisadores tem apontado consistentemente para a relevância assumida pelas elites políticas e, em particular, para o papel que os partidos políticos da oposição desempenham na manutenção

do fenómeno de *rally* (Vande Walle et al., 2021). Ao analisarem a pandemia de COVID-19, Vande Walle et al. (2021), constataram que a imprevisibilidade da pandemia fortaleceu a extensão do efeito de *rally* mas também a relação entre os vários partidos políticos durante um curto período de tempo. Yam et al. (2020), verificaram a mesma evidência, quando verificaram a existência de uma correlação entre o número de infeções de COVID-19 e os índices de aprovação do governo que eram refletidos na forte colaboração interpartidária que os partidos de oposição concederam aos governos. Baekgaard et al. (2020) identificaram igualmente que o efeito de *rally* se estendeu para outras dimensões democráticas, particularmente para as instituições judiciais e legislativas, sugerindo que o aumento de confiança nos governos pode expandir-se para os restantes órgãos da democracia. Não obstante, como aponta Colloca et al. (2024), embora muitos destes estudos possuam informações relevantes sobre o efeito de *rally* na pandemia, grande parte destes, não compara os novos dados com dados anteriores à pandemia, o que impede uma avaliação mais robusta das conclusões obtidas.

Todavia, a colaboração inicial consequente do fenómeno de *rally* foi apenas notória nas primeiras semanas da pandemia, desvanecendo rapidamente à medida que a crise socioeconómica provocada pela COVID-19 propagava pela Europa (Turska-Kawa et al., 2022; Yam et al. 2020). A passagem das primeiras semanas fragilizou as relações de colaboração entre o governos e os partidos de oposição, o que levou a lógica de colaboração a ser substituída por relações interpartidárias ligadas à crítica e ao confronto. O desvanecimento da unidade inicial resultou na rutura da colaboração inicial e no aumento da oposição e do confronto partidário que se foi tornando cada vez mais polarizado (Vande Walle et al., 2021; Castaños & Rodríguez, 2021; Louwerse et al., 2021; Peralta-Santos et al., 2021; Pirro, 2022). Porém o fenómeno não foi homogéneo na Europa. Em países como a Áustria, a colaboração inicial provocada pelo “*rally ‘round the flag*” dissipou-se à medida que os apoiantes dos partidos que se encontravam na oposição começaram a criticar o governo e as medidas impostas para combater à pandemia (Kritzinger et al. 2021). A perceção da ineficácia das medidas impostas para combater o aumento das infeções provocadas pela COVID-19, aliada ao inerente desgaste das populações resultou no declínio da colaboração inicial e no crescimento das divisões partidária que complicaram a permanência do fenómeno de *rally* (Kritzinger et al. 2021). Na Polónia e na Eslováquia, o efeito foi semelhante, os níveis de confiança nos governos subiram rapidamente à medida que os primeiros impactos da pandemia eram sentidos (Turska-Kawa et al., 2022). Contudo, de forma semelhante com o que aconteceu na Áustria, a normalização da pandemia e o aumento dos custos sociais associados à crise sanitária fizeram recuar os níveis de confiança e de apoio ao governo para níveis inferiores ao registados antes da pandemia (Turska-Kawa

et al.,2022). A Alemanha, por sua vez, seguiu uma tendência algo distinta, segundo Teufel et al. (2020) a liderança de Angela Merkel foi responsável por diminuir os impactos psicológicos da pandemia na população alemã, além de ter consolidado a continuidade do efeito de colaboração originado pelo “rally ’round the flag” por um período temporal mais alargado.

As democracias do sul europeu são reconhecidas por apresentarem níveis de polarização mais elevados que as restantes democracias europeias. Itália, por exemplo, é uma democracia que é tradicionalmente discutida por apresentar tanto níveis elevados de polarização partidária, como de instabilidade no sistema político. Nas últimas décadas Itália foi marcada pela abstenção eleitoral, mas também pelo crescimento de vários partidos de cariz populista que beneficiaram dos níveis de abstenção para o seu crescimento (Novelli, 2021). Com estes dados em mente, Itália constitui um dos exemplos mais curiosos da colaboração inicial gerada pelo efeito de *rally*. Em primeiro lugar, a pandemia de COVID-19 originou o crescimento da popularidade do Primeiro-Ministro Italiano Giuseppe Conte, num contexto polarizado, e numa conjuntura onde antes da pandemia, Conte apresentava níveis de popularidade baixos (Pagnoncelli, 2020 *as cited in* Novelli, 2021, p. 143). Ao contrário de outras democracias mais estáveis, onde o efeito de rally se dissipou, em Itália, o incremento na popularidade de Conte conseguiu sustentar o “rally ’round the flag” por um período temporal mais alargado (Diamanti, 2020 *as cited in* Novelli, 2021 p. 143).

A manutenção da popularidade de Conte fundamentou-se em grande parte na preponderância que o líder italiano atribuiu à sua comunicação política. Conte recorreu desde o princípio da pandemia a uma retórica focada na necessidade do sacrifício coletivo, onde empregou discursos manifestamente emocionais, que reforçaram a sua ligação com a população italiana (Novelli, 2021). Conte utilizou mensagens ancoradas à sua personalidade que pretendiam aproximar a população da sua pessoa, dentre as declarações mais marcantes, Novelli (2021, p. 142 tradução própria) salientou a seguinte expressão: “fiquemos distantes hoje para nos abraçarmos com mais força amanhã”. A personificação das mensagens foi uma característica do Primeiro-ministro Italiano, que entre janeiro e junho de 2020, realizou mais de 20 conferências ao país para centralizar a narrativa em torno da sua liderança que se mostraram frutífera para a subida da sua popularidade nos instantes iniciais (Novelli, 2021).

Contudo e apesar dos esforços de Conte para manter a sua popularidade alta, e a população unida em torno da sua liderança, os impactos avassaladores sentidos em Itália pandemia deram alento ao crescimento da pandemia na comunicação da oposição italiana. Embora estes partidos, como o LEGA ou a Fratelli d’Italia tenham seguido a lógica de

colaboração inicial do "rally 'round the flag" e evitado críticas mais sonantes no início da pandemia, Matteo Salvini e Giorgia Meloni viram na pandemia uma oportunidade ímpar para capitalizar o descontentamento da população para isso, ambos começaram a denunciar os impactos económicos das restrições sanitárias e a centralização do poder político no executivo (Novelli, 2021). O aumento das críticas acabou por levar a uma rutura política que culminou com a queda do governo italiano em fevereiro de 2021 (Novelli, 2021).

### **1.3.3. O declínio do efeito rally e o papel dos media na pandemia**

Durante a pandemia de COVID-19, Fukuyama (2020) afirmou que a principal linha divisória na resposta às crises não era a linha que separa as autocracias das democracias mas antes, a linha que distinguia entre os governos com elevada confiança, dos governos com baixa confiança (Fukuyama, 2020). No capítulo anterior, discutimos que o fenómeno de *rally* é suscetível à passagem do tempo, no entanto não foram construídas explicações que sustentassem esta dinâmica. Autores como Bol et al. (2021) e Schraff (2021), verificaram que um dos principais motivos para a erosão da confiança dos governos esteve ligada às vagas de contestação que surgiram junto da população e à mudança da posição colaborativa dos partidos da oposição, para uma oposição explícita ao governo e desmarcada da sua colaboração inicial. Também as instituições políticas foram vítimas desta dinâmica, se na fase inicial da pandemia a confiança nas instituições teve um padrão ascendente, a normalização dos riscos associados à pandemia e à gestão da crise, ditaram o retorno aos níveis pré pandemia (Baekgaard et al., 2020; Bol et al., 2021; Schraff, 2021; Kritzinger et al., 2021). Uma dinâmica corroborada por Louwerse et al. (2021) que constataram que os debates parlamentares das primeiras semanas da pandemia eram marcados pela colaboração interpartidária, que se erodiu, e deu espaço para o aparecimento de debates mais críticos. A tendência ocorrida na pandemia respeita as descobertas já conhecidas da literatura que indicam exatamente a existência desta dinâmica de afastamento da colaboração inicial (Schraff, 2021; Mueller, 1973). Esta hipótese é também defendida por Sniderman et al. (2019), que salienta que as alterações na opinião pública ocorridas em tempos de crises internacionais, são por norma temporárias e não revelam a existência de uma estabilidade relativa a médio e longo prazo.

A degradação do apoio aos governos e às instituições políticas, não foi um fenómeno centralizado, mas sim bastante disperso. Na Europa, os governos foram acusados de instrumentalizar a crise sanitária para fins políticos e de terem níveis baixos de transparência governamental, na escolha das medidas sanitárias de combate à COVID-19, o que desgastou a opinião pública e acabou por se refletir na degradação entres os governos e a população ao longo do tempo (Turska-Kawa et al., 2022). Porém, não só na Europa a

degradação do apoio inicial foi aparente. Na Coreia do Sul, os partidos impuseram-se contra o governo central e questionaram as escolhas de gestão que eram adotadas. Os partidos Sul Coreanos, foram principalmente mordazes nas críticas às medidas restritivas que consideravam ser manifestamente insuficientes para conter a propagação da COVID-19 (Kim & Choi, 2021). Na Austrália, o cenário foi ainda mais crítico, embora numa fase muito inicial o Primeiro-Ministro tenha recuperado alguma popularidade com a adoção de um conjunto de medidas mais restritivas, o líder da oposição rapidamente ultrapassou os níveis de aprovação do líder de governo australiano, que teve muita dificuldade em reverter este cenário (Wade, 2021).

Não obstante, continuam latentes mais motivos que ajudem a compreender o desvanecimento acelerado do fenómeno de colaboração inicial. Segundo Gollust et al. (2020), a COVID-19 não proporcionou apenas uma crise sanitária, esteve igualmente na origem de uma crise na comunicação política que dificultou ainda mais a atuação das elites políticas. A imensidão de narrativas envolta em torno da crise sanitária criou inúmeras informações contrastantes à linha de comunicação dos governos, o que expôs as populações a múltiplos estímulos que complicaram a gestão da crise sanitária (Hegewald & Schraff, 2024). Um cenário que foi amplamente estimulado pelo crescimento da utilização das redes sociais durante a pandemia (Bennett & Livingston, 2020; Belim, 2022). As redes sociais foram responsáveis pela divulgação de quantidades avassaladoras de desinformação, que se refletiram no crescimento da desconfiança em relação às instituições democráticas, mas também pelo crescimento da polarização ideológica entre os indivíduos que mais consumiram este tipo de conteúdo (Bennett & Livingston, 2020; Belim, 2022).

A disseminação de desinformação nas redes sociais, assim como das teorias da conspiração, foi bastante ampliada pelo alcance das redes sociais, que aumentou a fragmentação política e diminuiu a confiança nas autoridades, o que, de facto, acabou por contribuir para o declínio do efeito “rally ’round the flag”. A realidade de alguns países compõe um exemplo bastante explícito deste fenómeno, que segundo Hegewald e Schraff (2024), atenuou a expansão do efeito de *rally*. De facto, Bol et al. (2021) repararam que em várias democracias o aumento da confiança nos governos foi moderado pelo consumo de notícias, mesmo daquelas veiculadas aos meios de comunicação tidos como tradicionais. Deste modo, os problemas da comunicação durante a pandemia de COVID-19, não ficaram circunscritos aos novos meios de comunicação. Embora a comunicação social tivesse conservado níveis elevados de confiança entre a população, e registado alguns picos em março de 2020, sobretudo após a OMS declarar a COVID-19 como uma pandemia, os dados de Knudsen et al. (2023), indicam que os meios de comunicação social nunca foram totalmente capazes de voltar aos níveis médios de confiança que possuíam antes da crises

sanitárias. Este fenómeno, pode ter sido também ampliado pela presença dos partidos políticos na esfera mediática, dado que os partidos possuem a capacidade de se infiltrarem no espaço mediático em momentos mais críticos e disseminar as suas narrativas nos canais que mais se alinham com a sua orientação partidária (Hallin & Mancini, 2004). O possível aumento do espaço mediático dos partidos, associado à elevada confiança que as populações depositam nos meios de comunicação, poderá ter sido propício para os indivíduos consumirem conteúdos mediáticos alinhados com as suas crenças pré-existentes (Steppat et al., 2021). Em Portugal constata-se uma dinâmica um pouco distinta, segundo Gonçalves et al. (2022) os indivíduos que consumiram com maior frequência notícias dos meios de comunicação mais tradicionais, possuíram uma menor tendência para aderir a notícias que continham desinformação nos seus conteúdos.

#### **1.3.4. O fenómeno “Flight to Safety”**

Durante a pandemia de COVID-19, existiram dois fenómenos principais para explicar a reunião das populações e dos partidos políticos em torno dos governos, o “Rally ‘round the flag” e o “Flight to Safety”.

De forma distinta do efeito de *rally*, o “Flight to Safety”, inclina-se mais para o efeito psicológico que as crises podem causar nos indivíduos. Em momentos de grande incerteza, este efeito indica que as populações e os partidos políticos tendem a associar-se a indivíduos ou partidos que possam ser facilmente associados a figuras da ordem vigente (Bisbee & Honig, 2021). De acordo com os pressupostos teóricos deste efeito, as populações tendem a associar-se e a prestar auxílio às figuras políticas que reconhecem como pertencentes ao *status quo*, em detrimento de figuras mais radicais ou desconhecidas da esfera política. De acordo com Bisbee e Honig (2021), os efeitos psicológicos inerentes às situações de crise, inclinam os indivíduos a adotarem posições e escolhas mais conservadoras, sem que necessariamente sejam a sua escolha predileta, apenas procuraram um senso de segurança em figuras que tipicamente estão associadas a este perfil.

A preferência por candidatos associados ao *status quo* não é uma novidade na ciência política e encontra eco em estudos que procuraram medir o comportamento de aversão ao risco das populações, segundo Kahneman e Tversky (1979), o medo associado às diversas perdas em momentos de crise, leva os indivíduos a selecionarem candidatos que considerem familiares, e que não sua ótica minimizem a possibilidade de riscos. Para testarem os pressupostos deste fenómeno, Bisbee e Honig (2021), fizeram vários testes a diferentes indivíduos, onde procuraram avaliar os comportamentos associados à ansiedade típica das situações de crise. Para isso, os indivíduos deste estudo, foram induzidos a

estímulos que despertavam a ansiedade. Graças a isto, Bisbee e Honig (2021), conseguiram compreender que em situações de alta ansiedade, os indivíduos possuem a inclinação para se alinharem aos candidatos que preservam o *status quo*. Os resultados do estudo foram ainda reforçados por evidências reais no período da pandemia, neste caso, as eleições municipais francesas e as primárias à Câmara dos representantes nos Estados Unidos da América. Nestas eleições, Bisbee e Honig, (2021), voltaram a constatar a mesma evidência, as populações inseridas em cenários indutores de ansiedade tendem a atribuir o seu voto político a candidatos mais alinhados com os padrões do regime vigente. A inclinação para candidatos associados ao status quo, não deve ser confundida com a preferência dos indivíduos por candidatos conservadores, mas sim para situações que representem maior segurança aos indivíduos (Bisbee & Honig, 2021).

Embora não estudado nesta área os pressupostos do “Flight to Safety”, podem ser úteis para compreender as posições adotadas pelos partidos mais tradicionais em momentos de crises internacionais. Se tivermos em conta que nas eleições municipais francesas, segundo Bisbee e Honig, (2021), as populações preferiram confiar o seu voto em candidatos mais alinhados ao status quo, não é descartável que “Flight to Safety”, possa assim, afetar as campanhas partidárias em momentos de maior ansiedade coletiva. Segundo Mudde e Kaltwasser (2018), os partidos mais tradicionais podem ajudar a limitar o crescimento de partidos mais disruptivos. Neste contexto de incerteza pode ser muito útil os partidos explorarem os sentimentos das populações para obterem vantagens em diferentes atos eleitorais. O “Flight to Safety” deve sobretudo ser entendido como uma peça num quadro amplo das respostas políticas à ansiedade coletiva.

## **1.4. Crises e Polarização**

### **1.4.1. Efeitos da polarização nas decisões governamentais**

Segundo Palonen (2009), a polarização é uma situação em que dois grupos se criam mutuamente através da demarcação das fronteiras que os delimitam. Nesse sentido, a fronteira política dominante cria um ponto de identificação e confronto no sistema político, onde o consenso é apenas encontrado dentro dos próprios campos políticos. Na visão de Palonen (2009), não existe um meio para a polarização política. Existe antes a necessidade de escolher um lado. Os adversários políticos, são transformados em inimigos e vistos como uma ameaça para o “status quo”. A polarização exige um consenso em ambos os lados da principal fronteira. O que, evidentemente deixa pouco espaço para diversidade. McCoy e Somer (2019), completam esta ideia ao informarem que a polarização deve ser compreendida de uma forma geral como um processo em que as atitudes mais extremas se

aproximam da identidade partidária, o que inerentemente corrói o espaço para consensos interpartidários.

De acordo com Druckman et al. (2013), a polarização partidária origina-se à medida que as atitudes das elites políticas e dos indivíduos se agrupam em torno das suas preferências partidárias. Para Iyengar et al. (2019), existem duas formas sob as quais a polarização partidária se pode manifestar de forma mais recorrente: (1) A polarização ideológica, que se relaciona com a tendência dos eleitores ou das elites políticas para adotarem posições mais polarizadas em relação a determinados temas políticos, que influenciam o aparecimento de mais clivagens nas políticas públicas a adotar (Reiljan, 2020); (2) e a polarização afetiva, que reflete sobretudo os sentimentos de antipatia que os apoiantes de um determinado partido desenvolvem em relação aos apoiantes dos partidos adversários (Lelkes, 2016; Druckman et al. 2013).

Em segundo lugar, é necessário distinguir entre a polarização institucional e a polarização discursiva. A polarização institucional baseia-se nas clivagens dos sistemas políticos e manifesta-se sobretudo nas dinâmicas dos sistemas, que impedem a produção de consensos mínimos entre os blocos partidários e os principais atores políticos o que inerentemente, compromete a governabilidade de um sistema (McCoy & Somer, 2019). Enquanto isso, a polarização discursiva manifesta-se sobretudo na retórica escolhida e empregue pelos líderes políticos, em situações ou contextos de crise para inflamar a opinião pública e assim radicalizar a perceção das populações (Carothers & O'Donohue, 2019). Durante a COVID-19, a polarização foi responsável por colocar inúmeros desafios às respostas governativas. Segundo Bernacer et al. (2021), numa primeira fase a pandemia foi severamente afetada pela polarização ideológica, que se encarregou de minar a confiança nos meios de comunicação, que foram afetados sobretudo pelos eleitores dos partidos mais extremistas, seguidamente, a polarização ideológica foi igualmente responsável por minar a confiança nos sistemas políticos, o que naturalmente afetou o seu funcionamento (Bernacer et al., 2021). Para Bavel et al. (2020), a forma como os partidos e os líderes políticos escolheram para comunicar e conduzir a crise sanitária foi o principal motivo para o crescimento da polarização na Europa. Porém, como indicam Green et al. (2020) a polarização não foi um fenómeno homogéneo, possuindo perímetros distintos de democracia para democracia. Em algumas nações, a polarização foi acerbada pelas mensagens contraditórias que eram emitidas pelas elites políticas, enquanto noutras o crescimento esteve ligado a fatores intrínsecos à natureza dos sistemas políticos (Green et al., 2020).

### **1.4.2. A Polarização como obstáculo: o fracasso da resposta coesa à pandemia em Espanha e Itália**

Como discutido no subcapítulo anterior, a polarização política constituiu um dos principais obstáculos à eficácia da resposta institucional às crises (McCoy & Somer, 2019).

Em situações de emergência como a provocada pela crise sanitária da COVID-19 é essencial que a confiança pública e a coordenação política se mantenham estáveis ao longo de todo o processo de gestão para se evitarem as crises secundárias (Bernacer et al., 2021; Charron et al., 2023). A existência de níveis de polarização, seja qual for a sua intensidade podem resultar na quebra dos consensos interpartidários e fragmentar o apoio às medidas que os governos tentam implementar (Green et al., 2020; Charron et al., 2023). Durante a mais recente pandemia, algumas democracias do sul da Europa foram afetadas pelo crescimento da polarização. Neste caso em particular, destacam-se as democracias espanhola e italiana. Embora a existência de níveis superiores de polarização nas democracias do sul não seja uma novidade (Novelli, 2021), a fragmentação da unidade nacional nestas democracias dificultou ainda mais o processo de gestão da crise sanitária (Barbieri & Bonini, 2021; Rodríguez Teruel et al., 2022).

Em Itália, o sistema partidário fragmentado e permeável ao surgimento de partidos de extrema-direita impulsionou a atuação dos líderes políticos mais críticos. Matteo Salvini, líder da Lega Nord, que já era conhecido pela sua retórica inflamada, viu na crise sanitária uma oportunidade única para aumentar a base de apoio do seu partido (Bitonti et al., 2023). Durante os primeiros meses, Salvini optou por suavizar a sua postura para se alinhar com a unidade governativa pedida pelo governo de Conte (Novelli, 2021), sobretudo devido à magnitude do impacto que a COVID-19 teve em Itália nos primeiros momentos (Bitonti et al., 2023). Porém à medida que a crise se começou a normalizar no quotidiano das populações Salvini mudou a sua atitude inicial vincadamente neutra, para uma atitude de rutura total com o executivo liderado por Conte (Novelli, 2021; Peralta-Santos et al., 2021). Salvini começou por criticar em praça pública todas as medidas adotadas pelo governo italiano para combater a pandemia, até criticar a centralização da narrativa personificada de Conte (Novelli, 2021; Peralta-Santos et al., 2021). As contestações colocadas a descoberto por Salvini tiveram impacto direto no cumprimento das medidas de confinamento, sobretudo nas regiões italianas onde a Lega Nord detinha maior influência (Novelli, 2021). A oposição prestada por Salvini foi uma das razões para a quebra da confiança política em Itália e para a menor adesão às políticas de combate à pandemia, assim como para o aumento da polarização ideológica em determinadas regiões do norte de Itália (Barbieri & Bonini, 2021).

O comportamento disruptivo dos apoiantes da Lega Nord contrastava fortemente com o comportamento das regiões que apoiavam com maior intensidade o partido de governo, o Movimento 5 Stelle (Novelli, 2021; Bitonti et al., 2023), netas regiões as populações respeitavam mais facilmente as medidas que o Governo pretendia impor para minimizar os impactos da COVID-19. o que acabou por revelar uma forte divisão entre estes dois grupos políticos, o que complicou a resposta à pandemia e aumentou a polarização (Barbieri & Bonini, 2021; Bitonti et al., 2023). O avanço temporal aumentou ainda mais esta divisão partidária com Salvini a utilizar os meios de comunicação para polarizar a sua retórica em torno de questões divisivas, com o intuito de minar a base de apoio do governo central italiano, o que naturalmente, complicou a base de entendimento em Itália nos diferentes espectros políticos (Bitonti et al., 2023).

Matteo Salvini, concentrou-se sobretudo nas críticas ao governo durante a COVID-19, acusando-o de falhar na proteção dos interesses da população (Bitonti et al., 2023; Russo & Valbruzzi, 2022). Apesar da comunicação adotada por Salvini, ter obtido impacto nos seus apoiantes, e nas franjas da população mais insatisfeitas com a atuação do governo, as facções mais moderadas acabaram por não subscrever o discurso de Salvini, pois viam na união nacional um fator preponderante no combate à crise sanitária (Barbieri & Bonini, 2021; Bitonti et al., 2023). O aumento da tensão política, combinado com as dificuldades socioeconómicas motivadas pela pandemia, tornaram o cenário político italiano particularmente instável (Russo & Valbruzzi, 2022). A situação pandémica colocou igualmente em exposição as fragilidades da coligação política em Itália. Após os momentos de coesão inicial, o partido de governo, o Movimento 5 Stelle sofreu vários ataques políticos para além dos apresentados por Salvini e pelos partidos mais à sua direita. A conjuntura chefiada por Conte foi visada também pelos partidos que compunham a coligação de governo, o que dificultou ainda mais a tarefa de gestão da crise em Itália (Bitonti et al., 2023).

Em Espanha a polarização condicionou a resposta à crise sanitária, e reforçou dinâmicas políticas anteriores à COVID-19. Segundo Orriols e León (2020) o sistema político espanhol tinha sofrido alterações profundas antes da pandemia de COVID-19. As mudanças ocorridas no sistema político espanhol resultaram no aumento da fragmentação partidária e no crescimento da polarização ideológica entre os blocos partidários. A fragmentação dos sistema espanhol trouxe igualmente o surgimento de novas forças políticas tanto à esquerda quanto à direita, que intensificaram as divisões regionais e ampliaram o fosso ideológico do parlamento espanhol (Orriols & León, 2020). De acordo com Bernacer et al. (2021) as principais tensões pré-existentes exacerbadas pela pandemia

estavam ligadas à centralização das políticas de saúde e à clivagem territorial das regiões autónomas espanholas.

As mudanças no sistema político reforçaram ainda mais a desconfiança em relação aos meios de comunicação que já gozavam de uma confiança muito ténue por parte dos cidadãos espanhóis (Orriols & León, 2020). A descrença nos media espanhóis foi sobretudo aproveitada pelo VOX, que utilizou a pandemia para recolher apoio através das redes sociais, onde a sua mensagem não era filtrada (Bernacer et al., 2021; Zanotti & Turnbull-Dugarte, 2020). A comunicação não filtrada do VOX atingiu as camadas mais críticas da população espanhola, o que contribuiu para aumentar a polarização através da divisão da sociedade espanhola (Bernacer et al., 2021). A situação do aumento da polarização em Espanha tornou-se ainda mais delicada devido à composição multipartidária do governo, que aliada à necessidade de articular em conjunto as medidas de gestão com os governos regionais, alguns sob a gestão do Partido Popular (PP), dificultou todo o processo de gestão da crise sanitária (Rodríguez Teruel et al., 2022).

Espanha seguiu igualmente a tendência europeia de colaboração nos momentos iniciais da pandemia, todavia este fenómeno foi mais curto do que na generalidade das democracias europeias, devido à fragmentação do parlamento espanhol, da dificuldade de criar consensos interpartidários, e pela recusa do VOX em colaborar com o executivo (Gallardo, 2020; Royo, 2020; Rodríguez Teruel et al., 2022). A recusa de colaboração do VOX com o executivo aumentou a polarização afetiva em Espanha e as divisões partidárias (Bernacer et al., 2021). O aumento da polarização no seio do parlamento traduziu-se em posições incongruentes por parte do PSOE, que foram aproveitadas pelos dois maiores partidos da oposição, o VOX e o PP para atacarem diretamente o executivo e aumentarem a dureza das suas críticas (Rodríguez Teruel et al., 2022). Ambos os partidos denunciaram as medidas de centralização implementadas pelo PSOE, que levaram Pablo Casadó (líder do PP), a criticar as escolhas do Primeiro-Ministro espanhol e, a acusar o governo de tentar implementar uma mudança de regime (Rodríguez Teruel et al., 2022).

Embora tenha possuído uma posição crítica ao longo da Pandemia, o PP ainda apoiou as três primeiras votações do estado de emergência, embora tenha rejeitado pragmaticamente as seguintes. O VOX, por sua vez, só apoiou a primeira votação do estado de emergência, nas seguintes preferiu utilizar as sessões de votação para denunciar as falhas do governo que tinham originado a morte de milhares de espanhóis por culpa da COVID-19 (Rodríguez Teruel et al., 2022). O tom acusatório do VOX também colocou o PP numa situação delicada, enquanto o partido se opunha à prorrogação do estado de emergência no parlamento nacional, a maioria dos seus representantes nos governos regionais apoiavam a

manutenção das medidas mais rigorosas (Rodríguez Teruel et al., 2022; Zanotti & Turnbull-Dugarte, 2020). De facto, segundo Rodríguez Teruel et al. (2022) no caso espanhol a polarização dificultou a eficácia da resposta à crise sanitária e impediu o alcance de consensos duráveis no parlamento, o que inerentemente dificultou a governação da legislatura multipartidária chefiada pelo PSOE.

### **1.4.3. A Baixa polarização política em Portugal**

Se os exemplos das democracias do Sul apresentadas salientaram que a fragmentação partidária e a existência de níveis elevados de polarização criaram um ambiente político pouco propício à cooperação interpartidária durante a crise sanitária (Bitonti et al., 2023; Rodríguez Teruel et al., 2022). O caso português apresentou uma realidade diametralmente oposta. Portugal à data da pandemia ainda detinha um quadro partidário pouco permeável a retóricas mais estereis, e uma polarização manifestamente baixa em comparação às duas democracias analisadas, de acordo com Santana-Pereira e De Giorgi (2023 tradução própria), os níveis de politização da pandemia foram “inicialmente muito baixos em Portugal”, e existiu “um clima de colaboração entre partidos”, apenas com “raras bolhas de contestação vindas dos partidos mais à direita” (p. 306). Uma dinâmica que segundo Santana-Pereira e De Giorgi (2023) não foi totalmente surpreendente se tivermos em conta o declínio dos níveis da polarização em Portugal desde 2019, bem como as diferenças marcantes face às democracias sul europeias (Torcal & Comellas 2022; Bosco & Verney 2020 *as cited in* Santana-Pereira & De Giorgi, 2023; De Giorgi & Santana-Pereira 2021; Silva et al., 2021).

Os dados do projeto Varieties of Democracy (V-Dem-15) suportam esta ideia de que Portugal à data da pandemia apresentava um ambiente de maior consenso. O indicador “Polarization of Society” (V-Dem-15), que mede a polarização nas sociedades atestou que, Portugal alcançou valores positivos entre 2019 e 2021 (o indicador varia entre -4 (polarização extrema) e +4 (consenso elevado)). Em 2019, Portugal, registou o valor de 0,96, e alcançou o pico de 1,30 em 2020 (período que corresponde ao surgimento da pandemia de COVID-19). Decaindo para 0,45 em 2021. Embora, o valor do indicador se tenha mantido positivo, a redução face a 2020 sugere um aumento da polarização social que poderá ter resultado do desgaste da pandemia. Em contraste, Espanha apresentou valores negativos de forma consistente durante o período anterior à pandemia, com -1,50 em 2019, que se agravou para -2,22 em 2020, (o que contrasta diretamente com Portugal que viu atenuada polarização com o surgimento da pandemia), e manteve o valor em -2,20 em 2021, o que indica a manutenção das divisões sociais em Espanha. Embora Itália tenha registado valores mais moderados de polarização na sociedade que Espanha, os valores mantiveram-

se sempre negativos, e oscilaram entre -0,75 em 2019 e -0,66 em 2020 (a diminuição poderá ter acontecido devido à centralização governativa de Conte), mantendo-se em -0,66 em 2021.

Segundo dados do Eurobarómetro (Standard Eurobarometer 94, Inverno 2020/2021), a menor polarização política em Portugal durante a pandemia parece também, ter sido sustentada por níveis superiores de confiança institucional em Portugal, mas também por níveis de confiança superiores nos órgãos políticos. De acordo com os dados do Eurobarómetro (Standard Eurobarometer 94, Inverno 2020/2021), 38% dos portugueses declaravam confiar no governo nacional, ao passo que apenas 20% dos espanhóis e 26% dos italianos inquiridos afirmavam o mesmo. De forma semelhante, a confiança registada no parlamento nacional alcançou os 40% em Portugal, em contraste com os 16% registados em Espanha e os 27% em Itália. No plano local, a tendência dos portugueses em atribuírem confiança superior às instituições manteve-se, as autarquias portuguesas recolheram 55% de respostas positivas, uma percentagem superior aos 40% de Espanha e aos 45% em Itália. O que completa a ideia de que a confiança dos portugueses nas suas instituições era efetivamente superior àquela vislumbrada pelos seus pares sul europeus.

Estes dados são ainda mais relevantes, especialmente porque a literatura tem demonstrado que níveis mais elevados de confiança institucional reduzem a tendência para comportamentos polarizadores e podem ser propícios ao favorecimento de atitudes de colaboração política (McCoy & Somer, 2019). Além disso, Portugal destacou-se na perceção pública da pandemia. De acordo com De Giorgi e Santana-Pereira (2020), Portugal apresentou, durante este período níveis de confiança no governo superiores aos de Espanha, e registou igualmente, melhores resultados na perceção de corrupção, e na confiança geral nas instituições públicas. Também ao nível da avaliação das medidas de resposta à pandemia Portugal, destacou-se de forma positiva, os dados do (Standard Eurobarometer 94, Inverno 2020/2021), assinalam que 49% dos portugueses afirmavam-se satisfeitos com as medidas adotadas pelo governo no combate à pandemia, em contraste com os 30% em Espanha e os 39% em Itália. A solidez da colaboração entre o governo e a oposição em Portugal, durante a pandemia também pode ser parcialmente explicada pelos níveis relativamente elevados de confiança no governo durante os momentos mais críticos da crise. De acordo com os dados do *Government at a Glance 2021 da OCDE*, Portugal registou, entre abril e maio de 2020, no pico da primeira vaga da COVID-19, uma média de 6,1 numa escala de 1 a 10 no indicador que expressava a confiança no governo. A média de 6,1 em Portugal, mostrou-se muito superior aos 4,5 de Espanha e aos 5,2 de Itália. Apesar da confiança ter registado uma tendência decrescente nos meses seguintes, os dados

referentes ao período de junho a julho de 2020 mostram que Portugal manteve um nível médio de confiança de 5,4, que foi superior aos 4,8 verificados em Espanha e aos 5,1 em Itália. No entanto, a redução registada em Portugal, foi muito superior às reduções de Espanha e Itália, embora os níveis de confiança se tenham mantido superiores, apontam para um desgaste ligeiramente superior na confiança atribuída ao governo, de qualquer forma, os portugueses continuaram a confiar mais no governo.

Já segundo os dados de Santana-Pereira e De Giorgi (2023), Portugal assistiu a uma ligeira erosão do consenso ao longo da pandemia, que no entanto, não impactou severamente nos níveis de apoio parlamentar às medidas relacionadas com a pandemia. O consenso recuou de 95% de votos favoráveis na primeira vaga da pandemia, para cerca de 82% no período de outono de 2020 com uma recuperação para 88% com a chegada de janeiro de 2021. No sentido inverso, a opinião positiva dos portugueses sobre a atuação do executivo aumentou com a passagem do tempo. Em Fevereiro de 2020 apenas 30% dos cidadãos portugueses avaliavam como positiva a atuação do executivo porém esta percentagem aumentou para 47% no início de março e atingiu praticamente 70% em meados de abril (Santana-Pereira & De Giorgi, 2023). Esta conjugação de fatores, para Silva et al. (2021), explica o fenómeno a que os autores designaram como o “milagre português”, para salientar o sucesso de Portugal no combate à pandemia à primeira vaga da pandemia<sup>1</sup>.

#### **1.4.4. Dimensões da baixa polarização política em Portugal**

Outra dimensão em que Portugal se desmarcou dos seus vizinhos europeus foi na existência de partidos populistas de direita com relevo no parlamento. Ao contrário de Espanha e Itália, onde estes partidos tinham uma forte representação parlamentar, em Portugal os partidos de direita que se apresentaram mais críticos à gestão da pandemia detinham apenas 7 deputados em 230 o que lhes conferia uma dimensão bastante reduzida. De facto segundo De Giorgi e Santana-Pereira (2021), Portugal não só era peculiar por não registar uma procura por discursos populistas, como até 2019, não possuía uma verdadeira oferta populista no parlamento. Este contexto estrutural foi acompanhado por uma escolha política clara. Em Portugal nem o maior partido da oposição procurou politizar a pandemia, como referem Santana-Pereira e De Giorgi (2023), o PSD “foi extremamente cooperativo com o governo socialista em funções” (p. 306). As restantes democracias do sul europeu, nunca lograram alcançar este nível de colaboração durante a pandemia para enfrentar os

---

<sup>1</sup> No estudo de Silva et al. (2022), a expressão o “milagre português” foi utilizada para explicar o sucesso que Portugal obteve na gestão da primeira fase da pandemia de COVID-19, quando muitas democracias europeias tinham falhado.

desafios iniciais impostos pela COVID-19 (Rodríguez Teruel et al., 2022; Martínez Fuentes & Natera, 2024; Peralta-Santos et al., 2021; Bitonti et al., 2023).

Num olhar mais atento às democracias sul europeias analisadas nos capítulos precedentes (Espanha e Itália), é notória a ausência desta colaboração centralizada em torno da causa pandémica. Como mencionado nos capítulos anteriores, os governos de Espanha e Itália estiveram em contacto direto com uma presença muito mais acentuada da polarização, mas também dos conflitos partidários que dificultaram à atuação dos respetivos executivos (Bitonti et al., 2023; Rodríguez Teruel et al., 2022). Em contraste, Portugal manteve um quadro partidário com menor permeabilidade às retóricas polarizadas e, apresentou níveis de politização da pandemia bastante inferiores (Santana-Pereira & De Giorgi, 2023). No entanto, é essencial dizer que, a estabilidade do sistema político português não estava à partida garantida. Até à data da pandemia o PSD nunca se tinha posicionado como um partido que colaboraria com o executivo socialista. Para além disso, a opção colaborativa que o PSD adotou foi alvo de vários ataques por parte dos partidos emergentes Assembleia da República nomeadamente o Chega e a Iniciativa Liberal.

O Chega desde cedo posicionou-se de forma crítica perante a atuação do executivo socialista, muito à imagem da sua família política europeia, e numa postura completamente distinta da posição altamente cooperativa que o PSD de Rui Rio tinha adotado. Em várias entrevistas, André Ventura acusava Rui Rio de ter “deixado de ser oposição” e que o líder social-democrata, “está sempre de mão dada com o PS” e “à espera que caia do céu um lugar de vice-primeiro-ministro ou de ministro das Finanças” (Ralha, 3 de julho de 2020). Também a Iniciativa Liberal, pela voz do seu líder e único deputado assumia uma postura crítica à posição de cooperação de Rui Rio, para com o partido socialista. A par das críticas explícitas à atuação dos sociais-democratas, tanto o Chega como a Iniciativa Liberal mantiveram durante a pandemia um discurso sistematicamente hostil ao Governo socialista. Cotrim de Figueiredo acusava a “burocracia socialista” de não largar “as garras do processo” mesmo quando se vivia em plena crise (Expresso, 22 de abril de 2020). A IL, também se posicionava constantemente contra as medidas de combate à pandemia implementadas pelo executivo socialista, acusando-as de terem “eficácia duvidosa”, e criticava igualmente o Governo pela sua “desorientação e incapacidade” na gestão da pandemia (Lusa, 8 de novembro de 2020). As críticas à gestão da pandemia nunca estiveram ausentes do discurso dos liberais, com críticas a incidirem nas mais variadas áreas da governação socialista. A IL, acusava a “falta de sentido de urgência” do governo e a ausência de uma estratégia eficaz de desconfinamento, especialmente no plano da educação e da testagem (Lusa, 22 de fevereiro de 2021).

Também o líder do Chega, André Ventura, adotou um discurso mais hostil perante a atuação governativa do PS. Ventura denunciava o “otimismo irreal” do executivo e apontava que os apoios sociais eram insuficientes, face à expansão e prejuízos que a pandemia causava: “nada é mais falso do que isso. 214 euros de apoio a trabalhadores independentes?” (Expresso, 28 de maio de 2020). Mas a retórica adotada pelo líder do Chega também se destacava pelos constantes ataques à posição do PSD, ao acusar os socialistas de permitirem a “mexicanização do regime”, num comentário às as opções colaborativas do PSD, e ainda insinuava que “ou o Dr. Rui Rio acorda ou nós um dia acordamos com o PS a mandar em tudo” (Lusa, 26 de janeiro de 2021). Esta posição de constante ataque, também se centrou na figura de Rui Rio, com André Ventura a criticar diretamente Rio, por não exercer uma verdadeira oposição de direita, onde defendia ao seu estilo que “a esquerda merece pancada política em vez de bombons” (Antena 1, 26 de maio de 2021).

Mas também a Iniciativa Liberal acabou por seguir esta linha, Cotrim de Figueiredo acusava o PS de ter capturado o Estado: “o PS tem tomado conta do aparelho do Estado”, mas também não se continha de dirigir duras críticas ao PSD por ter viabilizado diversas iniciativas dos socialistas, onde apontava que: “quando o PSD se presta a várias iniciativas do PS (...) está a fazer o jogo dessa mesma esquerda, para isso não contem connosco” (Relvas, 2021). A existência destas declarações à direita do PSD demonstra que o discurso mais crítico à direita não esteve ausente em Portugal durante a pandemia, simplesmente não teve força institucional suficiente para condicionar a linha política do PSD. Especialmente, porque à data estes partidos possuíam uma expressão muito diminuta. De facto, tanto o CDS-PP quanto o Chega, tentaram politizar a crise sanitária, desde muito cedo para tentarem maximizar ganhos eleitorais em cima de críticas à atuação do governo socialista. Porém segundo Moniz et al. (2024), a maioria destes ataques esbarraram na figura do Primeiro-Ministro António Costa e não causaram o efeito pretendido. É também de destacar outra das descobertas de Moniz et al. (2024), segundo os autores, a dialética mais inflamada que foi visível fora do Parlamento, não se traduziu numa presença marcante de discursos populistas nas sessões parlamentares (Moniz et al., 2024).

### **1.5. A Resposta Portuguesa à Pandemia**

A existência de colaboração entre os dois maiores partidos do sistema político português (PS e PSD), não é uma novidade absoluta. Em momentos de austeridade ocorridos no passado, ambos os partidos ajudaram-se mutuamente para aprovarem algumas medidas económicas suplementares (De Giorgi et al., 2015; Afonso et al., 2015). No estudo dos momentos de austeridade, De Giorgi et al. (2015) verificaram que a

composição dos governos poderia influenciar a predisposição para a adoção de prestações mais colaborativas. Os autores constataram que os partidos de oposição tendem a ser mais predispostos a colaborar com governos minoritários, enquanto na presença de governos maioritários tendem a prestar uma posição mais distante. Não é possível saber se este fenómeno se transpôs para o cenário da pandemia de COVID-19, mas de facto, alguns partidos em Portugal, e em particular o maior partido da oposição mostram-se colaborativos durante a crise sanitária.

Em Portugal, a resposta inicial à COVID-19 ficou marcada pela elevada adesão às medidas de combate à pandemia por parte dos partidos políticos e da população, mas sobretudo pelo consenso político alargado registado entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata. A confiança institucional revelou-se um fator decisivo nesta resposta durante a pandemia os portugueses demonstraram níveis elevados de confiança nas autoridades de saúde e nos especialistas, embora a confiança nos líderes políticos e nos meios de comunicação se tenha mostrado mais volátil (Gonçalves et al., 2021). Porém as oscilações não foram suficientes para romper com a confiança que os portugueses depositaram na gestão da pandemia, tendo a confiança continuado estável (De Giorgi & Santana-Pereira, 2023). Graças a isso, a comunicação governamental portuguesa foi mais eficaz, o que gerou um maior alinhamento da população à causa pandémica. Esta situação afastou Portugal da dinâmica da vizinha Espanha mas também da dinâmica italiana, onde a fragmentação partidária, a crescente desinformação nos meios de comunicação e a instrumentalização da crise foram exploradas pela oposição para derrubar a confiança no governo e acerbos os sentimentos mais negativos em relação ao governo (Zanotti & Turnbull-Dugarte, 2020; Rodríguez Teruel et al., 2022; Orriols & León, 2020; Bitonti et al., 2023).

### **1.5.1. O curioso caso português**

Para o caso português torna-se evidente a existência de um paralelismo em relação à Europa, mas também ao mundo. Primeiramente, as decisões institucionais tomadas pelo executivo socialista, tiveram sempre o suporte dos sociais-democratas, o que facilitou a tomada de decisões, graças à garantia de colaboração assegurada por Rui Rio (Silva et al., 2021). Em Portugal, existiu mesmo uma narrativa inicial conjunta entre a presidência da República, a oposição e o Governo para coordenar a abordagem à pandemia e, garantir o maior sucesso possível da resposta, o que criou uma organização de resposta sem precedentes (Rivas-de-Roca et al., 2021; Silva et al., 2021). Esta abordagem conjunta, pretendia garantir a proteção social da população, mas também garantir os estímulos

necessários à economia, e preservar a sustentabilidade da sociedade portuguesa (Caleiras & Carmo, 2024).

No entanto o paralelismo português não se fica por aqui a sua verdadeira extensão está no comportamento registado pela oposição em Portugal, onde existiu desde o início da pandemia e durante grande parte da mesma, uma cooperação assinalável entre os dois maiores partidos portugueses (Santana-Pereira & De Giorgi, 2023; Silva et al., 2021). Mas também no consenso que se registou nos meios de comunicação e entre as elites (Santana-Pereira & De Giorgi, 2023). Este fenómeno de clara colaboração, na visão de Santana-Pereira e De Giorgi, (2023), enquadra-se diretamente com a existência de um certo nível de "rally 'round the flag" que explica a forte colaboração inicial das várias elites com o governo, especialmente após o aumento da preocupação com a verdadeira expansão da pandemia. Algo que também pode ser facilmente confirmado, já que em Portugal, a reação política à pandemia apresentou uma ligeira despolitização dos temas entre os principais atores políticos, que preferiram inúmeras vezes evitar disputas para promoverem a estabilidade e cooperação que foram de extrema importância para a resiliência do sistema político português no período inicial da pandemia (Moniz et al., 2024). Algo que também vai ao encontro da literatura europeia, que confirma que no eclodir da pandemia, os governos beneficiaram nitidamente de um aumento da sua aprovação nas discussões parlamentares (Louwerse et al., 2021), embora este efeito se tenha acabado por mostrar como passageiro dentro da maioria dos países europeus.

É a partir deste ponto que se denota a grande colaboração do PSD para com o PS. Se nas restantes democracias europeias, com o desvanecimento do efeito de "rally 'round the flag" os partidos que prestaram um forte apoio inicial, acabaram por saltar para a oposição com a passagem do tempo (Louwerse et al., 2021). Em Portugal, não se verificou esse fenómeno. Na realidade, o PSD garantiu uma cooperação exemplar ao longo de todo o período da pandemia, especialmente no plano institucional. Para este fenómeno, podem ser relevantes vários fatores. Na realidade portuguesa durante o período da pandemia, existiu um sentimento de confiança superior relativamente às instituições em comparação aos seus pares sul europeus, o que pode ter, validado a facilidade de colaboração que se registou (De Giorgi & Santana-Pereira, 2020). Um dado que se torna algo fácil de comprovar, onde se observa que 43% dos espanhóis discordavam da forma empregue para lidar com a pandemia, após a passagem dos estágios iniciais da crise (De Giorgi & Santana-Pereira, 2021). Algo que também era notório ao compreender que em Portugal, os níveis de populismo eram mais elevados antes do início da pandemia do que durante a pandemia, algo estranhamente oposto ao que se registava na Europa do Sul, que constatou uma subida clara destes indicadores (Moniz et al., 2024).

Estes dados contrastam diretamente com as informações que existem da maioria dos países europeus, e ainda mais, se observarmos atentamente as restantes três democracias do sul-europeias (Espanha, Itália). Neste caso comparativo específico, Portugal destaca-se como o caso mais notório de colaboração entre o principal partido da oposição e o governo. Tanto em Espanha como em Itália, o parlamento e a sociedade enfrentaram elevados níveis de polarização. Onde se verificava uma preferência por parte dos partidos espanhóis e italianos, em adotar uma postura de confronto e apatia em relação ao governo. Este paralelismo foi até sublinhado pelo partido Podemos, (coligado com o PSOE em Espanha), que publicou um vídeo de um discurso parlamentar de Rui Rio, acompanhado de uma mensagem no Twitter, onde se poderia ler, "Esta é a oposição em Portugal. Tão perto, mas tão longe" que pretendia salientar a facilidade colaborativa que se vivia na realidade portuguesa no eclodir da pandemia (De Giorgi & Santana-Pereira, 2020). Mas também nas declarações do primeiro-ministro espanhol Pedro Sánchez, que invocou a pessoa de Rui Rio para ilustrar um exemplo de cooperação que acreditava faltar em Espanha (Peralta-Santos et al., 2021).

Outro dado de relevo do caso português visualiza-se na mudança de paradigma um pouco por toda a Europa, onde já se observava um crescimento da contestação dentro do seio de vários governos. Enquanto em Portugal, até nos partidos de oposição que se mostraram mais descontentes com a gestão da pandemia foi possível verificar uma ligeira diminuição da inflamação do seu discurso (Moniz et al., 2024). O Caso de colaboração do PSD, foi tão claro, que mesmo nos meios de comunicação mais informais, a grande maioria das mensagens era de foro positivo e manteve sempre a linha da colaboração com o executivo em funções, algo não tão expectável ao considerar que estamos a mencionar o principal partido de oposição que nunca deu aso às possíveis manifestações internas que poderiam existir no seio do próprio partido (Aparício et al., 2021)

O que parece claro é que a grande maioria das tentativas de inflamar a pandemia esbarraram sempre na presença do PSD, que nunca tirou vantagem da sua posição, bem como na confiança que os portugueses depositaram em António Costa e no seu governo (Silva et al., 2021). Todavia, torna-se evidente que os baixos níveis de polarização existentes dentro do seio do governo português, poderão ter sido essenciais para explicar a resposta à pandemia que se conseguiu realizar em Portugal, ainda mais quando se alia esta informação à posição cooperativa adotada por Rui Rio (Silva et al., 2021). Dados estes, que também são relevantes, ao observar que na Europa os principais partidos de oposição saltaram rapidamente para a oposição, e abandonaram as suas posições conciliatórias iniciais. Enquanto isso, em Portugal continuava a observar-se uma colaboração contínua entre O PS e PSD, muito graças à gestão empregue por Rui Rio. De uma forma geral o apoio prolongado

do PSD aponta diretamente para sintomas inerentes ao efeito de “rally ‘round the flag” (Santana-Pereira et al., 2024). Algo que também pode ser reforçado, ao constatar que o executivo liderado pelo PS, consistia num governo minoritário, que nunca foi verdadeiramente ameaçado pelo PSD (Santana-Pereira et al., 2024). Segundo, Belchior et al. (2023) o apoio à democracia em Portugal manteve níveis elevados durante a grande maioria da pandemia, sem nunca ter sofrido com abalos significativos, mesmo à medida que eram efetuadas restrições significativas às liberdades civis da população. Numa situação contrária à de outros países onde a pandemia alimentou tendências populistas e a desconfiança em relação às instituições democráticas (Orriols & León, 2020; Wondreys & Mudde, 2022; Christensen et al., 2023; Peralta-Santos et al., 2021; Rydzewska, 2021; Bitonti et al., 2023; Martínez Fuentes & Natera, 2024).

### **1.5.2. A ação dos partidos de menor dimensão em Portugal**

Em Portugal, a tendência europeia apenas foi seguida de perto pelas atitudes dos partidos com menor representação parlamentar, embora mesmo assim, de uma forma menos crítica. Tanto à esquerda, quanto à direita do parlamento português, os partidos com menor representação mostraram-se mais críticos que o PSD e apresentaram níveis de polarização ligeiramente superiores (Santana-Pereira et al., 2024). A escalada crítica dos partidos com menor representação parlamentar só se tornou evidente quando a pandemia em Portugal começou a abandonar o relativo sucesso da contenção inicial e a entrar em fases de gestão mais críticas (Santana-Pereira et al., 2024). O crescimento da oposição transcendeu a esfera mediática e instalou-se nas votações parlamentares, numa fase inicial nenhum partido se opôs à imposição do estado de emergência (existiram apenas três abstenções) mas o crescimento da pandemia e a passagem do sentimento provocado pelo “rally ‘round the flag”, levaram, o PCP, o PEV, o CH, a IL e o CDP-PP a oporem-se manifestamente às medidas que impunham restrições individuais e sociais às populações (Santana-Pereira et al., 2024).

A menor colaboração face ao executivo socialista foi observada sobretudo nos partidos mais à direita do parlamento, de onde se destacaram o CDS-PP, a IL e o Chega, que assumiram ao longo da pandemia várias posições efetivamente críticas à atuação do executivo. De acordo com Santana-Pereira et al. (2024) foi destes partidos que veio o menor apoio às medidas governamentais (com destaque para o CH e IL), visto que se mostraram propensos a não votar favoravelmente em várias medidas de gestão da crise sanitária. Porém o caso mais curioso reside nos partidos que na anterior legislatura (XIII) tinham sido parceiros do PS, na denominada “geringonça”, nomeadamente o BE, e o PCP-PEV. Se numa fase inicial estes partidos apoiaram mais ou menos as medidas do governo, ao longo da

pandemia foram distanciando-se e tornaram-se progressivamente menos favoráveis às medidas legislativas apresentadas pelo governo (Santana-Pereira et al., 2024). Mesmo nas votações sobre o estado de emergência, o BE passou de uma postura de apoio consistente para a abstenção, enquanto o PCP-PEV não aprovou uma única vez o estado de emergência (Santana-Pereira et al., 2024).

No entanto, foi do Chega e da IL que vieram os casos mais explícitos de indignação às medidas legislativas do executivo. O Chega, tentou canalizar ao longo da pandemia as camadas mais descontentes da população portuguesa através de uma retórica mais populista que a dos restantes partidos, utilizando para isso dados ou suposições sem base, numa tentativa de dar o mote para o seu crescimento político (Belchior et al., 2023; Silva et al., 2021). O tom mais agressivo do Chega e da IL, era direcionado sobretudo às medidas que continham restrições às liberdades individuais, de onde se destacavam os confinamentos. Mas o Chega reservou igualmente as críticas mais inflamadas para a postura adotada pelo PSD, que para André Ventura, era “excessivamente” colaborativa (Santana-Pereira et al., 2024). Outra tendência merecedora de atenção na atuação dos partidos com menor representação parlamentar está efetivamente na sua comunicação, embora Moniz et al. (2024) indiquem que estes partidos tenham elevado o seu tom crítico ao longo da pandemia, o efeito de "rally 'round the flag" parece ter contido a polarização do discurso minimizando a adoção de discursos com cariz populista. Um dado que os autores comprovaram, ao apurarem que em Portugal a pandemia não estimulou o crescimento sustentado das mensagens de cariz populista nas sessões parlamentares apesar da mudança de atitude de grande parte dos partidos ao longo da pandemia (Moniz et al. 2024).

### **1.5.3. A liderança de Rui Rio: Um caso claro de colaboração**

Se existiu uma garantia de colaboração em Portugal, grande parte desse processo deve-se a Rui Rio. A postura de Rui Rio destacou-se pela responsabilidade cívica e pela rejeição de estratégias oportunistas durante a pandemia que o mesmo salientou ao garantir que o estilo do PSD não é gritar (Sá, 2021). Ao longo do período pandémico, Rio demonstrou inúmeros gestos de apoio ao governo, que ficaram célebres pelos vários momentos de colaboração dispostos na comunicação social. Uma das declarações que causou maior impacto neste cenário de colaboração, foi a frase proferida por Rio à comunicação social em virtude da imprevisibilidade da pandemia: “A vossa sorte é a nossa” (Santana-Pereira & De Giorgi, 2023 p.306). Estava assim, lançado o mote para a colaboração com o governo em funções.

O papel desempenhado pelo PSD, viria a ser crucial para reforçar a narrativa do governo, ao incitar os militantes do partido a demonstrar união e solidariedade com o executivo, e ao alegar que opor-se às medidas governamentais durante a pandemia seria um ato “antipatriótico” (Sá, 2021), Rui Rio reforçou, a narrativa do inimigo comum, o que contribuiu para o aumento do apoio ao governo, mas também para a confirmação clara da sua figura cooperativa. No entanto, a colaboração nunca se viria a ficar por aqui. Durante a primeira vaga, Rui Rio, enviou uma carta pública aos apoiantes e militantes do PSD, onde afirmava que explorar estrategicamente a situação de emergência “não era uma postura eticamente correta” (Silva, 2020 p.1), naquela que era uma mensagem de Rio para todos os que: “não resistem à tentativa de atacar o governo, aproveitando as fragilidades que a gestão de uma realidade tão complexa acarreta” (Silva, 2020 p.1). Este tom conciliador de Rio promoveu um afastamento dos cidadãos em relação a possíveis preconceitos partidários que poderiam ser responsáveis por minar o sucesso no combate à pandemia. A liderança de Rio foi amplamente caracterizada por esta garantia de colaboração com o executivo, o que deixou em aberto, para os especialistas, a possibilidade de um futuro governo apoiado pelo PSD (Fernandes, 2020 *as cited in* em Silva et al., 2021).

A estratégia colaborativa adotada durante o estado de alerta e transposta para o estado de emergência foi fulcral para o sucesso português no combate à primeira vaga da pandemia em Portugal ao ter permitido a estabilidade política necessária para o “milagre português” (Silva et al., 2021). O comportamento do PSD é díspar do comportamento da maioria dos principais partidos de oposição na Europa, e ainda mais saliente nas comparações com as democracias do sul europeu onde os ataques aos governos foram permanentes (De Giorgi & Santana-Pereira, 2020; Louwerse et al., 2021). O que parece ficar claro é a posição adotada por Rui Rio. A liderança cooperativa que escolheu parece envolver uma capacidade de transcender as divisões partidárias, e de valorizar o momento de crise em que estava envolto o país. Ao optar por uma, uma liderança assente na união nacional, procurou distanciar-se dos discursos mais polarizado, mas também afastar-se dos cenários altamente instáveis que se verificavam um pouco por todo o globo com o agravamento da pandemia de COVID-19. Mesmo com o agravar da pandemia em 2021, Rui Rio continuou a demonstrar apoio às medidas do governo, “Cooperei com o governo durante a pandemia, e repito, vou cooperar de novo” porque “perante uma calamidade, a minha obrigação é colaborar” (Carrapatoso, 2021, *as cited in* em Santana-Pereira et al., 2024, p.17).

Enquanto a maioria dos partidos removia o seu apoio explícito ao governo liderado por António Costa, quanto mais a pandemia se intensificava, mais explícita era a colaboração do PSD (Santana-Pereira & De Giorgi, 2023). Onde foi constatável a colaboração por um período de tempo muito mais prolongado do que seria expectável,

especialmente ao dialogar do partido, que à partida, estaria mais propenso a beneficiar de uma mudança no panorama político (Santana-Pereira et al., 2024). Algo que também é notório ao constatar que o PSD votou a favor de todos os estados de emergência, sem nunca colocar grandes entraves à sua imposição, apesar dos partidos mais pequenos do sistema questionarem a sua legitimidade democrática (Santana-Pereira et al., 2024). Mesmo nestes momentos, a liderança do PSD preferiu manter uma posição neutra e, que se lhe pode dizer característica, se considerarmos a realidade europeia altamente crítica e polarizada (De Giorgi & Santana-Pereira, 2020; Louwerse et al., 2021; Silva et al., 2021).

Desde os primeiros meses da crise, Rio enfatizou a importância da unidade nacional, onde manifestou apoio a medidas que o executivo socialista pretendia adotar e mostrou-se um vértice do apoio colaborativo em Portugal. A posição do PSD, e em especial do seu líder, Rui Rio, foi relatada na comunicação vezes sem conta graças à sua atitude cooperativa que nunca se deixou influenciar por ganhos políticos permeáveis. A posição colaborativa do PSD e de Rui Rio é reconhecida tanto pela literatura como pelos próprios intervenientes: “Há um primeiro momento, em março, abril e maio, em que não faço oposição nenhuma ...” (Sá, 2021 p.1). No entanto, não existem na literatura dados que expliquem os motivos que expliquem a manutenção da colaboração do PSD com o PS ao longo de um período de tempo considerável. É esta lacuna que merece particular destaque na análise da colaboração política em Portugal.

## Capítulo 2 – Opções teórico-metodológicas

### 2.1. Fundamentos analíticos e dimensões explicativas

Este capítulo foi desenhado para detalhar a abordagem metodológica utilizada nesta dissertação para investigar as razões que levaram o Partido Social Democrata, enquanto maior partido da oposição em Portugal, a preservar a atitude colaborativa com o Partido Socialista, vista no apoio às medidas de gestão da crise sanitária mas também, na sua comunicação colaborativa. A análise da preservação da atitude colaborativa do Partido Social Democrata, está ancorada na articulação entre os fatores estruturais e estratégicos do PSD e organiza-se em três dimensões explicativas principais.

A primeira dimensão remete para o contexto emocional e institucional que caracterizou a abordagem inicial à crise sanitária. Esta abordagem deve ser compreendida à luz dos pressupostos teóricos dos efeitos do “rally ‘round flag” e do “flight to safety”, por serem dois conceitos teóricos que prestam elevada atenção aos efeitos emocionais e institucionais que uma crise cria nos indivíduos na sua fase inicial, que ajudam a explicar a abordagem inicial à COVID-19 e a coesão nacional que é induzida em momentos de grandes crises. A segunda dimensão explicativa incide sobre o nível de polarização em Portugal, que à data da pandemia possuía níveis pouco expressivos e que foram ainda atenuados pelas primeiras medidas de combate à crise sanitária. A baixa polarização operou em Portugal como uma condição estrutural para o sucesso da gestão da primeira vaga da pandemia e que poderá ter operado como uma condição estrutural que facilitou a atitude colaborativa do PSD e a cooperação com o executivo socialista. A terceira dimensão explicativa está intrinsecamente ligada ao papel estratégico que a liderança de Rui Rio desempenhou ao longo da pandemia na tarefa de suportar a colaboração dos sociais-democratas.

A literatura de comunicação política em contextos de crise tem salientado o “rally ‘round the flag” para explicar a coesão das populações e dos atores políticos em torno do governo em momentos de crise. Durante estes momentos, é igualmente notória a supressão das lógicas partidárias habituais e o aumento do nível de aprovação dos líderes políticos nos momentos consequentes à eclosão de uma crise (Mueller, 1970; Baum, 2002; Kam & Ramos, 2008). Na literatura mais recente, os estudos do efeito de rally têm procurado ponderar o papel que as elites políticas representam na preservação do “rally ‘round the flag” em períodos temporais mais alargados, com foco especial no papel dos partidos e das elites políticas (Wondreys & Mudde, 2022). Paralelamente o “flight to safety” descreve o movimento dos indivíduos para posições associadas ao *status quo*, que os leva a apoiar

candidatos ou partidos associados à ordem vigente e a posições mais moderadas, em momentos de grande ansiedade (Bisbee & Honig, 2021).

No caso português, estes dois conceitos teóricos podem ser úteis para enquadrar o arranque colaborativo que uniu o PSD e o PS em torno de uma causa comum, especialmente nos primeiros meses da última pandemia, mas também para explicar o aumento da confiança no governo chefiado por António Costa por parte da população (Silva et al., 2021). Todavia, como a literatura informa ambos os efeitos possuem uma natureza transitória (Mueller, 1970; Baum, 2002), o que impede que, de forma separada este contexto explique detalhadamente a preservação da colaboração do PSD ao longo da crise pandémica. Como demonstraram, Kritzinger et al. (2021), Christensen et al. (2023), Turska-Kawa et al. (2022) e Wondreys e Mudde (2022), o aumento dos custos sociais associados à crise sanitária levaram à corrosão da colaboração inicial e dissiparam o efeito de *rally* que naturalmente fez ascender as dinâmicas de oposição interpartidária após o consenso inicial. O que representa uma dinâmica muito distante à vivenciada em Portugal.

A natureza temporária de ambos os fenómenos levanta a necessidade de considerar outros fatores estruturais que possam ajudar a explicar a duração atípica da colaboração em Portugal. O contexto de baixa polarização do sistema político português, poderá constituir uma dessas condições. A polarização aqui entendida como a distância ideológica e afetiva entre os blocos partidários (Palonen, 2009; Iyengar et al., 2019; Reiljan, 2020), apresenta um dos fatores que mais complica a colaboração interpartidária, entre os partidos que pertençam a posições distintas no espectro político. Portugal até à data da pandemia, como apontam os dados do Eurobarómetro, da OCDE, de Santana-Pereira e De Giorgi (2021) (2023) e de Silva et al. (2022) possuía uma manifestação bastante contida da polarização ideológica. Especialmente se comparado aos níveis de polarização de Espanha e Itália, aqui descritos pelo facto de conterem à data da pandemia a mesma composição multipartidária no seu parlamento e pela ausência de um governo com maioria absoluta. Tanto em Espanha quanto em Itália, os níveis de polarização eram já uma realidade, mas viram um aumento expressivo da polarização ideológica durante a pandemia de COVID-19 que dificultou a cooperação interpartidária e o sucesso do controlo da pandemia (Bernacer et al., 2021; Bitonti et al., 2023; Martínez Fuentes & Natera, 2024; Peralta-Santos et al., 2021; Rodríguez Teruel et al., 2022; Russo & Valbruzzi, 2022).

A terceira dimensão explicativa e a que rege esta dissertação, incide na preponderância da liderança de Rui Rio. Se nos concentrarmos mais uma vez em Espanha e Itália, em que alguns dos principais líderes da oposição como Santiago Abascal, Pablo Casado, Giorgia Meloni ou Matteo Salvini, tiveram uma posição diametralmente oposta à

de Rui Rio. É notório que a atuação do líder social-democrata se destacou pela colaboração com o governo nesta região europeia que se mostrou efetivamente volátil (Rodríguez Teruel et al., 2022; Martínez Fuentes & Natera, 2024; Peralta-Santos et al., 2021; Bitonti et al., 2023). Rui Rio durante a pandemia regeu-se por uma forma de liderança distinta. Foram raros ou mesmo inexistentes os momentos em que o líder social-democrata se desmarcou da colaboração no combate à crise sanitária, ou que utilizou a pandemia para materializar hipóteses de crescimento político. Na verdade, Rio esteve sempre ancorado na lógica do que o próprio denominou “Inimigo comum” (Sá, 2020), e que o afastou de tendências mais polarizadas. Embora ainda não seja possível assegurar o tipo de liderança política em que Rio se enquadra, a literatura especializada menciona a existência de estilos mais conciliadores, que privilegiam o bem comum e colocam em segundo plano os ganhos políticos imediatos (Burns, 1978; Bhalla, 2021; Maak, et al., 2021). A atuação política de Rio enquadra o seu estilo de liderança muito perto destes modelos, pelo que é possível que Rio seja um líder transformacional (Bass & Riggio, 2006; Burns, 1978), devido à sua ação constata para manter os seus apoiantes unidos na mesma causa (combate à pandemia), mas também pelo uso recorrente de expressões motivadoras no espaço mediático que valorizavam o seu carisma.

Para conjugar estes elementos teóricos é necessário utilizar uma abordagem que permita analisar em profundidade as dinâmicas do PSD durante a crise sanitária provocada pela COVID-19. Com esse objetivo em mente, esta dissertação utilizará o estudo de caso para analisar as especificidades inerentes ao comportamento do PSD na pandemia de COVID-19.

## **2.2. O Estudo de Caso**

A abordagem para a utilização de um estudo de caso, segundo Stake (2005), reside na necessidade de efetuar uma análise profunda a um caso onde o interesse reside nas suas particularidades únicas, neste caso em específico, a liderança ímpar de Rui Rio que se mostrou dissemelhante da de outros líderes da oposição na Europa, e a colaboração atípica do PSD enquanto maior partido da oposição em Portugal, no contexto das democracias do sul. Segundo Stake (2005), a seleção de um estudo de caso justifica-se pela necessidade de compreender fenómenos que possuem valor em si, onde as particularidades inerentes a um determinado caso, são mais importantes do que a generalização dos resultados. Em particular o objetivo desta dissertação não é extrair conclusões universalizáveis, mas sim compreender os motivos que que permitiram ao PSD manter a sua colaboração com o executivo durante mais de um ano. De acordo com Taber (2014), a metodologia de um estudo de caso é particularmente eficaz para analisar fenómenos que exigem um

compreensão detalhada. Por estes motivos, o estudo de caso compõe o método de investigação mais propício para obter respostas para o caso português

### **2.2.1. Pergunta de investigação**

A pergunta de investigação desta dissertação foi definida como: “*O que levou o PSD a manter uma comunicação colaborativa e o apoio ao governo durante a crise de COVID-19?*”.

Esta pergunta de investigação surge da necessidade de compreender o racional teórico por detrás das escolhas de atuação do Partido Social Democrata durante a crise sanitária. O caso português desafia a expectativa teórica dominante do confronto entre governo e oposição, pelo facto do Partido Social Democrata apresentar uma colaboração contínua com o executivo socialista ao longo da crise sanitária e pela sua atitude colaborativa também desafiar a lógica de confronto partidário que se registou nas democracias do sul da Europa (Bitonti et al., 2023; De Giorgi & Santana-Pereira, 2021; Santana-Pereira et al., 2024; Louwerse et al., 2021; Rodríguez Teruel et al., 2022). A literatura originada no período da pandemia, destaca que em contexto de crise existe uma tendência para o acerbamento das tensões partidárias, que naturalmente tendem a incitar o confronto interpartidário e a minar a base necessária para a existência de consensos políticos, como ocorreu em Espanha e Itália (Bitonti et al., 2023; Rodríguez Teruel et al., 2022). Todavia, Portugal apresentou uma dinâmica contrária, que levou até à despolíticação das medidas sanitárias e ao aparecimento de algum consenso interpartidário (De Giorgi & Santana-Pereira, 2021). Este contraste com as democracias do sul da Europa, aumenta a curiosidade do caso português para a importância que determinados fatores, ou condições específicas podem desempenhar no aumento da colaboração entre forças políticas de espectros opostos. O facto das crises criarem pressões assimétricas nos diversos atores políticos pode também ser relevante para compreender a pertinência do caso português, especialmente graças às suas dinâmicas partidárias singulares e à sua colaboração atípica.

A liderança de Rui Rio também poderá emergir como um fator determinante para justificar a colaboração sustentada dos sociais-democratas visto que, Rio adotou uma comunicação política vincadamente cooperativa, e centralizada na necessidade de evitar dissidências políticas dentro do partido (por exemplo a carta enviada aos militantes onde pedia uma posição patriótica). A comunicação de Rui Rio, foi igualmente centrada na estabilidade e na cooperação com o Governo, onde o líder social-democrata optou por priorizar o bem-estar coletivo ao salientar que os destinos do Governo e do país estavam entrelaçados, algo que pode ser evidenciado na sua emblemática afirmação, “A vossa sorte

é a nossa” (Santana-Pereira & De Giorgi, 2023). Neste sentido, esta dissertação pretende estudar os motivos que levaram o PSD a manter a colaboração e a comunicação colaborativa com o governo durante a crise sanitária provocada pela COVID-19, mais concretamente, entre março de 2020 e abril de 2021.

### **2.2.2. Hipóteses de investigação**

Para responder à pergunta de investigação: “O que levou o PSD a manter uma comunicação colaborativa e o apoio ao governo durante a crise de COVID-19?” Foram formuladas duas hipóteses que pretendem explorar o impacto dos diferentes atores políticos do PSD durante a pandemia de COVID-19. Em especial, pretende-se analisar a extensão da sua postura colaborativa, mas também a extensão da sua comunicação com o governo no período circunscrito à crise sanitária. A análise destas duas métricas pretende compreender o impacto que a atitude de cada ator político do PSD teve na preservação ou na atenuação da atitude cooperativa do Partido Social Democrata durante a última pandemia.

A justificação das hipóteses a seguir apresentadas, sublinha a sua relevância para a investigação, ao destacar os fundamentos teóricos e empíricos que suportam cada uma.

**Hipótese 1:** *A liderança de Rui Rio foi um fator determinante para a postura colaborativa do PSD com o governo durante a pandemia de COVID-19.*

Em tempos de crise, a liderança política é crucial para a manutenção da ordem pública, para a qualidade da resposta governativa e para minimizar as tensões políticas oriundas dos diversos blocos partidários (Körösi et al., 2016; Liu et al., 2020; Maak, et al., 2021). A influência das lideranças políticas tende a manifestar-se igualmente na capacidade de um líder comunicar eficazmente e manter sereno o cenário comunicativo sem comprometer a sua eficácia governativa (Boin et al., 2005; Coman et al., 2021; Hyland-Wood et al., 2021). Em Portugal, embora Rui Rio não fosse o chefe de governo, o líder social-democrata desempenhou um papel igualmente importante na manutenção da serenidade política da sociedade portuguesa. Enquanto principal líder da oposição, a sua postura foi marcadamente colaborativa e assente em ideais superiores às lógicas partidárias convencionais (Santana-Pereira et al., 2024; Silva et al., 2021).

Rio adotou uma moderação retórica excepcional e em grande parte muito distinta da de outros líderes como Salvini e Meloni em Itália ou Abascal e Casado em Espanha (Bitonti et al., 2023; Novelli, 2021; Rodríguez Teruel et al., 2022), que ficou reconhecida em algumas das suas declarações emblemáticas. No caso de Rui Rio, a sua comunicação, foi central para

evitar a polarização que marcou as respostas dos países do sul europeu. A liderança de Rio não apenas suavizou as relações com o governo, mas também consolidou o PSD como uma oposição extremamente responsável que lhe valeu elogios internacionais (Povo livre, 8 de abril de 2020). A existência deste paralelismo confirma a relevância desta hipótese para o caso português.

**Hipótese 2:** *A postura colaborativa foi coerente entre todos os atores políticos do PSD*

Embora o foco da análise se centre em Rui Rio, para compreender a verdadeira extensão da colaboração e todas as nuances, é necessário questionar se dentro do partido existiu a mesma posição colaborativa de Rui Rio, ou se existiram divergências significativas no seio do partido. Nesse sentido, é necessário, e útil compreender até que ponto os deputados do partido seguiram a linha da liderança. A disciplina de voto foi sempre assegurada, o que é facilmente visível pela aprovação de todos os estados de emergência ao longo da pandemia por parte do PSD, porém dentro da literatura existente para o caso português, não existem alusões à postura dos deputados e essa noção, seria de extrema relevância para sustentar este fenómeno.

Esta hipótese procura testar se a orientação colaborativa promovida por Rui Rio se refletiu de forma transversal no discurso de todos os atores políticos do PSD, ou se, pelo contrário, se verificaram divergências significativas que poderiam atenuar o efeito de coesão partidária e da própria colaboração do PSD. Além disso, esta hipótese procura compreender se sem a figura do líder social-democrata, o PSD teria continuado esta tendência colaborativa ou caminhado na mesma direção das restantes democracias do sul.

### **2.2.3. Unidade de análise**

A unidade de análise desta dissertação está diretamente relacionada com as opções comunicacionais dos atores políticos do Partido Social Democrata enquanto principal partido da oposição, no período que abrange todos os estados de emergência impostos em Portugal durante a crise sanitária. Para isso, será utilizado o período temporal compreendido entre março de 2020 e abril de 2021. A escolha deste período temporal reside no objetivo de observar de que forma os atores políticos do PSD comunicaram com o governo do Partido Socialista nas diferentes fases da pandemia, assim como, compreender se existiram oscilações ou mudanças na atitude colaborativa do partido ao longo da pandemia.

#### **2.2.4. Fontes de dados**

Esta investigação assenta numa dupla abordagem que assenta primeiramente numa análise qualitativa e em segundo lugar numa análise quantitativa. Para satisfazer as necessidades metodológicas desta abordagem esta dissertação fundamenta-se na análise de fontes primárias que permitam observar de perto as dinâmicas da postura colaborativa e da comunicação do Partido Social Democrata durante a crise sanitária provocada pela COVID-19.

A escolha das fontes foi guiada pela sua inerente relevância para os objetivos de análise desta dissertação, e por isso incidiu diretamente sobre materiais que espelhassem da forma mais fiel possível as linhas e orientações estratégicas do PSD entre março de 2020 e abril de 2021, tendo sido identificadas três fontes que recolhiam todos os critérios de análise pretendidos para esta dissertação. A fonte primária desta dissertação é uma entrevista semiestruturada ao Dr. Rui Rio, que permite aceder às diretrizes que guiaram a sua postura colaborativa, mas também aceder a algumas dinâmicas internas do Partido Social Democrata que não se encontravam descritas na literatura e, que são centrais para a interpretação da postura do PSD no período em análise.

As duas restantes fontes desta dissertação residem nos canais de comunicação institucionais do partido, o site oficial do Partido Social Democrata e o jornal Povo Livre. Mais concretamente a análise das notícias ligadas à gestão da pandemia disponíveis no site do partido, que contenham na sua composição declarações dos atores políticos do PSD para com o Governo. Para o jornal Povo Livre será realizada a análise das notícias de destaque do jornal. A escolha destes materiais sustenta-se na sua autenticidade na divulgação das notícias na sua forma mais fiel à que o PSD pretendia passar a sua mensagem institucional.

##### **2.2.4.1. Análise da entrevista a Rui Rio**

A entrevista conduzida ao Dr. Rui Rio constitui o elemento central de análise desta dissertação. A entrevista constituiu uma fonte privilegiada para aceder à compreensão das dinâmicas internas que moldaram a postura colaborativa adotada pelo principal partido da oposição em Portugal durante a pandemia de COVID-19, mas também aceder às motivações racionais que sustentaram a postura colaborativa do líder social-democrata. Enquanto uma das figuras centrais na definição da estratégia política do PSD, Rui Rio terá desempenhado um papel de relevo na formulação da estratégia colaborativa do PSD deste modo, a entrevista oferece acesso direto às interpretações do líder social-democrata sobre os fatores que levaram o Partido Social Democrata a adotar a sua estratégia política moderada, num

contexto tão específico e paralelo como a última pandemia. Para além disso, permite aceder a alguns dos constrangimentos internos que marcaram a dinâmica política do PSD.

A entrevista realizada ao Dr. Rui Rio foi realizada em formato semiestruturado, onde foram conjugadas questões abertas, que procuraram favorecer respostas mais extensas e reflexivas, com perguntas mais focadas nos contornos da atuação do líder social-democrata durante a pandemia. A entrevista decorreu a 24 de fevereiro de 2025, com duração aproximada de uma hora, e foi integralmente transcrita para efeitos de análise.

#### **2.2.4.2. Declarações dos atores políticos do PSD no site do partido**

A seleção do site oficial do Partido Social Democrata como fonte de recolha de dados fundamenta-se pela centralidade deste órgão institucional na difusão das notícias ligadas aos atores políticos do PSD. Mas também pela preservação do conteúdo à sua forma mais fiel. Ao ser um veículo de informação detido e controlado pelo partido, existe maior probabilidade do conteúdo das notícias publicadas manter-se fiel à intenção genuína que cada ator político pretendia passar nas suas declarações ao governo.

Para analisar cada notícia, foi utilizado o método de análise de conteúdo e foi delineado um *corpus* de acordo com as orientações metodológicas de Carriço Reis (2017). O *corpus* compreende todas as notícias que contenham declarações políticas atribuíveis a atores políticos do PSD no período compreendido entre 13 de março de 2020 e 27 de abril de 2021 (data do fim do estado de emergência), e respeitou as indicações de Carriço Reis (2017), que indica que as fontes selecionadas devem ser relevantes para responder ao problema em estudo. O período de análise selecionado permite englobar desde o surgimento da pandemia até ao término do último estado de emergência que vigorou em Portugal durante a pandemia. O que naturalmente permite acompanhar a evolução da comunicação dos atores políticos do PSD ao longo das diversas fases da pandemia e compreender se existem variações temporais relevantes. Para efetuar a recolha das notícias foi utilizada a função de pesquisa presente no site oficial do PSD, mediante os termos “pandemia”, “COVID” e “#COVID19”.<sup>2</sup> Foram incluídas exclusivamente as notícias que continham declarações dos atores políticos do PSD, diretamente relacionadas com a gestão da pandemia, a resposta governativa, a formulação estratégica do posicionamento do partido, mas também, declarações diretas às mais variadas ações do executivo.

---

<sup>2</sup> Site oficial do PSD: <https://www.psd.pt/>

Para respeitar a unidade de registo formulada no parágrafo anterior, foram excluídas, de acordo com os critérios metodológicos todas as publicações que: não contivessem citações diretas nem qualquer forma de intervenção política explícita; não contivessem declarações associáveis a atores políticos do PSD; Se limitassem a notas de agenda, anúncios administrativos ou reações protocolares sem valor analítico para o problema de investigação; fossem artigos de opinião; e notícias que abordassem exclusivamente temas europeus sem articulação com a governação nacional ou com o posicionamento do PSD face ao Governo português.

Para proceder à análise de conteúdo das notícias selecionadas, foi construída uma grelha de codificação exclusiva para este órgão do PSD com inspiração metodológica nos exemplos de Carriço Reis (2017). A grelha foi codificada no Excel da seguinte forma: figura política emissora da declaração; tom das declarações, caracterizado como: tom colaborativo; tom crítico; tom crítico com apoio institucional (Apêndice I); Tema predominante (Apêndice II). Esta estrutura de análise permite comparar os perfis comunicacionais dos diferentes atores políticos do PSD, bem como mapear a evolução da comunicação pública do PSD ao longo das diferentes fases da pandemia, assim como visualizar os temas predominantes nas suas declarações. Por se reconhecer o caráter parcialmente subjetivo desta análise, e para evitar possíveis falhas subjetivas todas as notícias foram codificadas três vezes mediante a aplicação da grelha de análise definida (Apêndice I, Apêndice II).

#### **2.2.4.3. Análise das notícias de destaque no jornal Povo Livre**

O jornal *Povo Livre*<sup>3</sup>, foi selecionado como fonte empírica, por assumir um valor metodológico distinto do site do PSD. O Povo Livre é publicado com uma periodicidade de uma semana o que lhe atribui uma publicação mais espaçada que os outros meios institucionais do partido social-democrata e graças a isso, permite à comunicação do PSD moldar a escolha da notícia em destaque. E igualmente escolher o tom da comunicação que pretendiam adotar de uma forma mais ponderada e assim, alinhar as edições do jornal *Povo Livre* às estratégias comunicacionais do PSD e ao tema que considerassem ser de maior relevo ao longo do período pandémico. Nesse sentido, foram consideradas todas as edições publicadas entre março de 2020 e abril de 2021, e a primeira edição de maio de 2021, por

---

<sup>3</sup> Link para o repositório do Jornal Povo Livre: <https://www.psd.pt/pt/povo-livre/2020/03>

tratar diretamente de um assunto da semana anterior. O período selecionado coincide igualmente com os sucessivos estados de emergência decretados durante a pandemia.

Para efeitos de análise e para respeitar os pressupostos teóricos sugeridos por Carriço Reis (2017), foram excluídas todas as edições comemorativas do Povo Livre, bem como aquelas que não continham qualquer referência direta ou indireta à pandemia de COVID-19, e consequentemente a posição do PSD para com o PS. No total, foram analisadas 43 edições do jornal em 54 possíveis. Foram analisadas, em particular, as notícias de destaque do Povo Livre, identificadas como peças centrais do jornal, que ocupam simultaneamente a página 2 e 3, com título em grande plano e um corpo de texto que preenche quase integralmente o espaço disponível (Anexo I). Estas notícias constituem o elemento editorial proeminente de cada edição, o que lhes confere um papel central na definição da mensagem institucional do PSD e, consequentemente a síntese da posição oficial do partido sobre os temas mais relevantes em cada fase da pandemia. Estas peças são frequentemente atribuídas às posições ou declarações dos atores políticos do PSD em matérias centrais da discussão política. A opção por esta ponderação de privilegiar as peças centrais procurou garantir a originalidade e especificidade da análise. Assim como, evitar a duplicação de conteúdos, uma vez que algumas das notícias inseridas nas secções interiores do jornal coincidiam por vezes com declarações publicadas no site oficial do partido. Procurou-se assim, também, reconhecer a diferença entre os ritmos editoriais e a função estratégica de cada canal de comunicação do Partido Social Democrata.

Para extrair dados relevantes do Povo Livre, recorreu-se ao método de análise de conteúdos. Nesse sentido foi criada uma grelha de conteúdos no Excel para proceder à codificação de cada edição do Povo Livre. Tal como para o Site do PSD, a criação da grelha seguiu os exemplos de Carriço Reis (2017). A grelha de análise foi dividida em quatro dimensões e permitiu codificar cada notícia de destaque da seguinte forma: Tema principal (Apêndice II); Tom do título (Apêndice III); Atitude do PSD face ao Governo (Apêndice IV); Figura política em destaque. Para garantir a replicabilidade desta codificação, as categorias foram testadas numa amostra de edições do jornal. A codificação foi realizada de forma manual no Excel e tal como para o site do PSD, cada codificação foi replicada por três vezes para minimizar a possibilidade de falhas e incongruências.

## Capítulo 3 – O Estudo de Caso

### 3.1. O Impacto da Pandemia na Dinâmica de Colaboração entre o PSD e o PS

A 18 de março de 2020,<sup>4</sup> era imposto o primeiro estado de emergência em Portugal e dava-se uma grande mudança no sistema político português. Se até à data nada fazia crer que o PSD pudesse ser o parceiro mais colaborativo do Partido Socialista, a pandemia de COVID-19 alterou esse cenário. Os dois maiores partidos do sistema político português facilmente chegaram a um consenso e, pragmaticamente o PSD abraçou a colaboração com o executivo (Santana-Pereira et al., 2024). Se é um facto que, nos primeiros momentos da crise sanitária provocada pela COVID-19, os partidos por toda a Europa se uniram para fazer frente à pandemia (Christensen et al., 2023; Turska-Kawa et al., 2022; Vande Walle et al., 2021), também é um facto que esta união inicial se dissipou e deu lugar ao crescimento de atitudes mais polarizadas (Bitonti et al., 2023; Turska-Kawa et al., 2022; Vande Walle et al., 2021).

Segundo os autores, a diminuição da colaboração registada nos momentos iniciais da pandemia na Europa, ficou a dever-se sobretudo, à dissipação do efeito “Rally ´round the flag”, um fenómeno que por natureza tende a ser efémero (Christensen et al., 2023; Vande Walle et al., 2021). A queda do efeito de *rally* também levou ao crescimento da polarização um pouco por toda a Europa, que inertemente levou à politização das medidas de combate à pandemia. Este dado foi ainda mais notório nas democracias do Sul onde os partidos da oposição utilizaram a pandemia para obter ganhos políticos de forma célere (Bitonti et al., 2023; Rodríguez Teruel et al., 2022).

Portugal, porém, não acompanhou a tendência europeia, pelo menos no que toca à quebra repentina da confiança no governo. De facto, o caso português foi tão atípico que levou autores como Silva et al. (2021) a afirmarem que em Portugal, as medidas de combate à pandemia sofreram uma despolitização e não uma politização. O caso português apresentou um paralelismo tão grande que, enquanto noutras democracias já não existiam réstias de colaboração, sempre que a pandemia se intensificava, o PSD prestava ainda mais apoio ao governo (Santana-Pereira & De Giorgi, 2023).

---

<sup>4</sup> Link para o decreto do primeiro estado de emergência imposto em Portugal <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto/2020-130531803>

Tabela 1 – Votações sobre o Estado de Emergência (COVID-19)

Votação sobre o estado de emergência	Contra	Abstenção	A favor
18 março 2020	Nenhum	PCP, PEV, IL	PS, PSD, BE, Chega, CDS-PP, PAN
2 abril 2020	IL	PCP, PEV, Chega	PS, PSD, BE, CDS-PP, PAN
16 abril 2020	IL, PCP	PEV, chega	PS, PSD, BE, CDS-PP, PAN
6 novembro 2020	PCP, PEV, IL	Chega, PAN, BE	PS, PSD, CDS-PP
20 novembro 2020	PCP, PEV, Chega, IL	BE, CDS-PP, PAN	PS, PSD
4 dezembro 2020	PCP, PEV, Chega, IL	BE, CDS-PP, PAN	PS, PSD
17 dezembro 2020	PCP, PEV, Chega, IL	BE, CDS-PP, PAN	PS, PSD
6 janeiro 2021	PCP, PEV, Chega, IL	BE, CDS-PP, PAN	PS, PSD
13 janeiro 2021	PCP, PEV, Chega, IL	BE	PS, PSD, CDS-PP, PAN
28 janeiro 2021	PCP, PEV, Chega, IL	BE	PS, PSD, CDS-PP, PAN
11 fevereiro 2021	PCP, PEV, Chega, IL	BE	PS, PSD, CDS-PP, PAN
25 fevereiro 2021	PCP, PEV, Chega, IL	BE	PS, PSD, CDS-PP, PAN
11 março 2021	PCP, PEV, Chega, IL	BE	PS, PSD, CDS-PP, PAN
25 março 2021	PCP, PEV, Chega, IL	BE	PS, PSD, CDS-PP, PAN
14 abril 2021	PCP, PEV, Chega, IL	BE	PS, PSD, CDS-PP, PAN

Fonte: Adaptado de Santana-Pereira et al. (2024, p.18)

Todavia, curiosidade do caso português não se limita apenas às comparações internacionais. Ao observar a tabela 1 há diversas informações que merecem ser destacadas. Em primeiro lugar, o PSD foi o único partido da oposição que apoiou todos os estados de emergência, o que acima de tudo, evidencia a sua posição colaborativa, mas também revela outro dado de elevado interesse. Os antigos parceiros de legislatura do PS no governo da geringonça, não foram unânimes nas votações sobre o estado de emergência. O antigo parceiro que mais apoiou as imposições do estado de emergência foi o BE, porém, apenas o fez por três vezes e somente na primeira onda da pandemia. Esta posição institucional de destaque, foi ainda reforçada pela comunicação marcadamente colaborativa do líder social-

democrata. No jornal oficial do partido, o *Povo Livre*, foram notórias as declarações de unidade por parte de Rui Rio, que davam aso à colaboração no plano institucional. Rui utilizou a sua exposição mediática para reiterar a imagem do PSD: “No combate a esta calamidade, o PSD não é oposição, é colaboração” (Povo Livre 2020, 25 de março, p. 2). Mas também a utilizou para afirmar o apoio ao Primeiro-ministro português: "a sorte do chefe do Governo é a sorte de Portugal" (Povo Livre 2020, 18 de março, p. 2). De facto, o PSD esteve ancorado numa comunicação menos estéril, que se distanciou da retórica empregue pelos partidos da Assembleia, tanto à esquerda, quanto à direita (Moniz et al., 2024).

As considerações finais reforçam a necessidade de analisar a evolução da comunicação do PSD, assim como a evolução da sua postura colaborativa. Só dessa forma será possível compreender como o PSD construiu a sua colaboração com o Partido Socialista e de que forma a preservou ao longo do tempo.

## **3.2. A evolução da comunicação do PSD nos seus canais oficiais.**

### **3.2.1. O site do PSD**

No decorrer da pandemia de COVID-19, o site oficial do Partido Social Democrata tornou-se um canal privilegiado para a divulgação de declarações dos diversos atores políticos do partido, desde o presidente do partido aos deputados, mas também outros dirigentes com importância notória dentro do partido. Mais do que funcionar como um simples repositório institucional, o site do PSD permite analisar de que forma o PSD optou por comunicar com o executivo socialista durante os sucessivos estados de emergência, bem como visualizar de que forma evoluiu a comunicação do PSD com os impactos sucessivos que a pandemia teve na sociedade portuguesa.

A seleção de notícias que apenas contêm declarações de atores políticos do PSD permite captar as diferentes dinâmicas discursivas que marcaram a comunicação do partido ao longo de mais de um ano. A escolha deste registo, possibilitou observar de que forma os atores políticos do PSD decidiram comunicar com o Governo, mais do que simplesmente olhar para notícias que estão sempre sujeitas a ajustes das redações. O facto de incluir tanto notícias do líder do partido como de vários atores políticos distintos, permite comparar as diferenças na comunicação de cada um destes atores assim como, identificar eventuais clivagens discursivas relevantes para a compreensão do posicionamento do PSD face ao Governo.

Tabela 2 – Caracterização das declarações políticas analisadas no site Povo Livre

Indicador	Valor
Total de declarações analisadas	68
Declarações de Rui Rio	35 (51,5%)
Declarações de atores políticos do PSD	33 (48,5%)
Distribuição por tom da declaração	
D1 – Colaborativo	36 (52,9%)
D2 – Crítico com apoio institucional	14 (20,6%)
D3 – Crítico sem apoio institucional	18 (26,5%)
Distribuição por tema	
T1 – Saúde pública	47 (69,1%)
T2 – Economia	14 (20,6%)
T3 – Instituições	7 (10,3%)

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 2, sintetiza os dados estatísticos referentes ao conjunto de notícias que continham declarações recolhidas no site oficial do Partido Social Democrata, no período temporal compreendido entre 13 de março de 2020 e 27 de abril de 2021. No total foram recolhidas 68 notícias que continham declarações dos atores políticos do PSD. Para efeitos de recolha as notícias apresentam o ator político a quem a declaração é atribuída, mas para efeitos de análise as declarações dos deputados, dirigentes e outras figuras do PSD, foram agrupadas para facilitar a leitura e permitir análises mais diretas com o líder do partido, Rui Rio. Contudo, a agregação destes atores políticos também pode impedir a verificação de dados específicos como a preponderância de alguns deputados ou dirigentes, ou mesmo de divergências internas específicas de alguns atores políticos para outros.

Entrando em análises mais concretas, existem pontos que devem ser ressaltados. Primeiramente, a recolha das notícias mostrou-se bastante equitativa, visto que das 68 notícias recolhidas 35 são atribuídas a Rui Rio e as restantes 33 aos atores políticos do PSD, o que apesar da agregação de todas as figuras do PSD num só subgrupo permite compreender a existência de dinâmicas distintas entre ambos os atores. Seguidamente, a presença de declarações de cariz colaborativo também é destacável, mais de 50% das

notícias recolhidas expressam uma colaboração vívida com o governo, enquanto apenas 26% correspondem a críticas explícitas ao executivo socialista. Por outro lado, também existe alguma incidência de declarações que apesar de criticarem a atuação do governo, fechavam sempre com alguma forma de garantia de colaboração institucional nas medidas de combate à pandemia (D2, 20,6%). Estas declarações mostram também uma área mais ambígua da atuação do PSD, que poderia denunciar um desgaste da governação ou um crescimento do descontentamento nas medidas de gestão da crise sanitária.

Tabela 3 – Distribuição do tom das declarações por ator político do PSD

Figura política	D1– Colaborativo	D2–Crítico com apoio institucional	D3–Crítico sem apoio institucional	Total
Rui Rio	25 (71,5%)	6 (17,1%)	4 (11,4%)	35 (100,0%)
Atores políticos do PSD	11 (33,3%)	8 (24,3%)	14 (42,4%)	33 (100,0%)

Fonte: Elaboração própria

Se prosseguirmos a análise para o tom das declarações por ator político em específico é notória a existência de uma clivagem entre o presidente do partido e os restantes atores políticos (tabela 3). Rui Rio, assume uma figura mais colaborativa, com 71% das suas declarações a assumirem um tom de colaboração enquanto apenas 11,4% das suas declarações correspondiam a declarações críticas sem apoio institucional. E mesmo nas declarações ambíguas a sua presença é residual (17,1%). Estes dados, confirmam o que Santana-Pereira et al. (2024) e Silva et al. (2021), já tinham afirmado no que toca à singularidade colaborativa de Rio e do PSD. Mas também levantam outra questão, que peso poderá ter desempenhado o estilo de liderança de Rio para a prevalência da dimensão colaborativa do PSD, até, porque antes da pandemia, Rui Rio apresentava-se como um líder de oposição bastante crítico (Anexo II) e não se avizinhava este grau de cooperação.

No campo dos atores políticos do PSD, a ação colaborativa já não possui os mesmos contornos. Nestes, as declarações de tom colaborativo caem para cerca de um terço do total (33,3%), o que levanta a necessidade de compreender em que momento da pandemia se mostraram mais colaborativos. Mas as declarações críticas são efetivamente, o tom mais utilizado pelos deputados (42,4%). Até mesmo nas declarações mais ambíguas, (que prestam apoio mas com recurso a críticas nas suas declarações) os deputados possuem uma percentagem superior à de Rio (24,2% contra 17,1%), o que pode relevar a existência de tensões internas visto que em determinados momentos em que seguem a linha do partido e mantêm a colaboração, preferem fazê-lo com recurso a algum nível de crítica.

A existência destas discrepâncias também colocam Rui Rio como o claro motor da colaboração dos sociais-democratas. Do total de declarações colaborativas (36), Rui Rio é responsável por 69,4% do total das mesmas. Em sentido inverso, os atores políticos, foram responsáveis por 77,8% das críticas mais duras (D-3). Para além da divergência no tom predominante, existe uma disparidade relevante no tipo de crítica exercida. Rui Rio, quando escolhe emitir críticas, prefere reafirmar a colaboração em vez de criticar apenas o governo (razão D2/D3 = 1,5). Já os restantes atores políticos do PSD, seguem uma tendência inversa e são mais favoráveis a prestar declarações apenas críticas (razão D2/D3 = 0,57).

Tabela 4 – Distribuição do tom das declarações por tema e ator político

Figura política	Tema	D1– Colaborativo	D2–Crítico com apoio	D3–Crítico sem apoio	Total
Rui Rio	T1– Saúde pública	20 (76,9%)	4 (15,4%)	2 (7,7%)	26 (100,0%)
	T2 – Economia	4 (57,1%)	1 (14,3%)	2 (28,6%)	7 (100,0%)
	T3–Instituições	1 (50,0%)	1 (50,0%)	0 (0,0%)	2 (100,0%)
Atores políticos do PSD	T1–Saúde pública	8 (38,1%)	6 (28,6%)	7 (33,3%)	21 (100,0%)
	T2 –Economia	2 (28,6%)	0 (0,0%)	5 (71,4%)	7 (100,0%)
	T3–Instituições	1 (20,0%)	2 (40,0%)	2 (40,0%)	5 (100,0%)

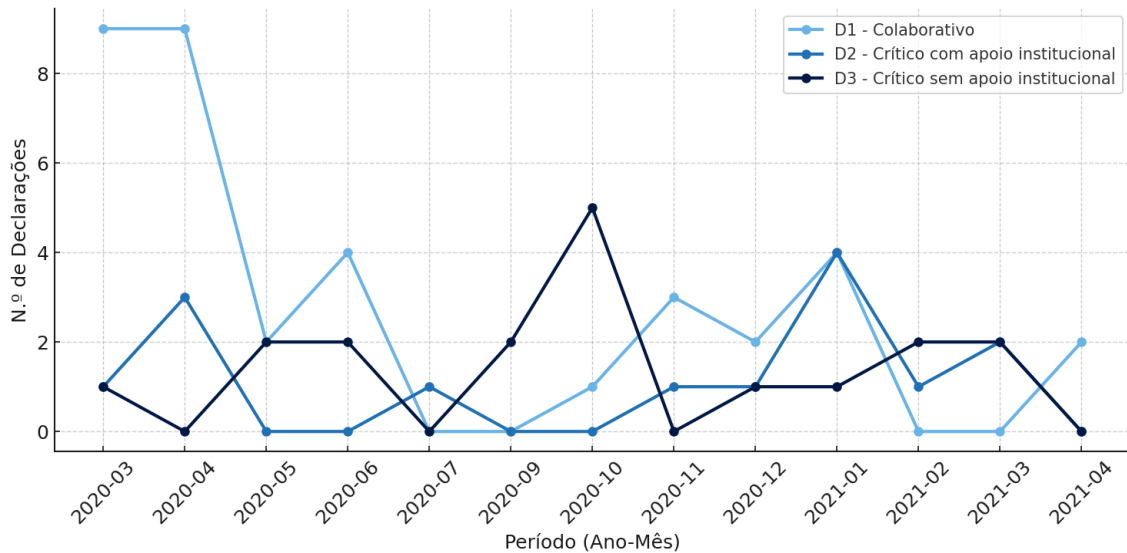
Fonte: Elaboração própria

Os dados da tabela 3 nunca poderiam estar completos sem se reconhecer em que temas os em que os sociais-democratas se demonstram mais colaborativos. Em primeiro lugar, o tema ligado à saúde detém uma posição hegemónica na comunicação do partido (47 notícias ligadas à saúde pública), o que seria expectável tendo em conta a crise sanitária de COVID-19. No entanto, o modo como é discursivamente mobilizada varia de forma significativa entre os atores políticos. De todas as vezes que as notícias estiveram ligadas a temas de saúde Rui Rio prestou em mais de 76% das vezes declarações com tom colaborativo. E apenas em 8% (2 notícias) das vezes escolheu empregar críticas sem qualquer alusão a alguma atitude colaborativa com o governo.

Embora não de uma forma tão destacada como no caso do líder social-democrata, entre os atores políticos do PSD, a saúde pública representa igualmente uma predominância nas suas declarações. Do total de notícias recolhidas, 63,6% (21) estiveram unidas ao tema da saúde pública. Mas neste grupo a divisão quanto aos tons é muito mais marcante, as

declarações de tom colaborativo possuem basicamente a mesma incidência que as declarações de tom crítico (38,1% contra 33,3%), e até mesmo as declarações mais ambíguas surgem numa proporção muito próxima (28,6%).

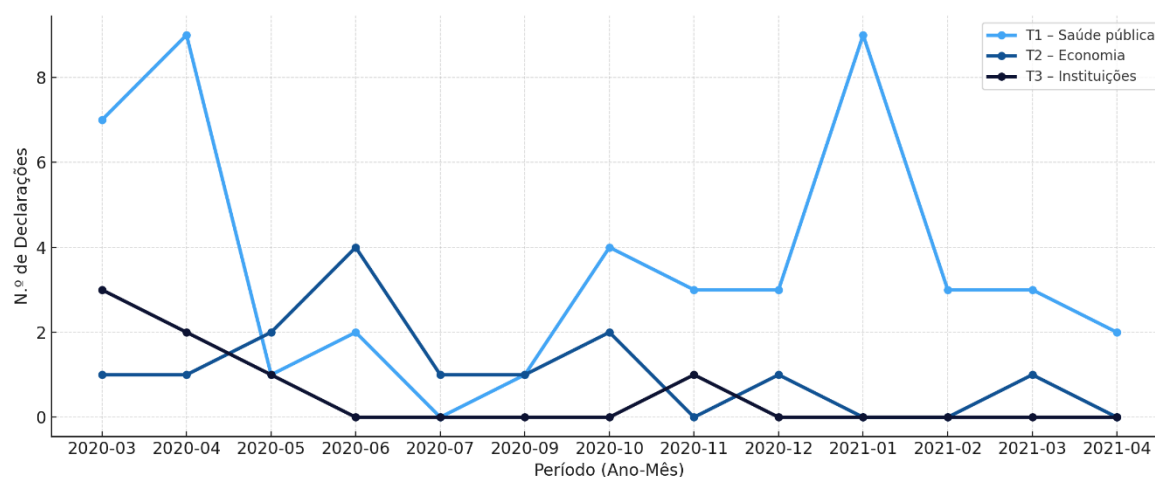
Se analisarmos os restantes temas existem dois pontos centrais. Rui Rio é sempre mais colaborativo independentemente do tema em destaque, e os atores políticos são nitidamente mais críticos. E em segundo lugar, as declarações ligadas aos temas económicos e institucionais são muito semelhantes entre Rio e os atores políticos (20% contra 21,2% do total das declarações). Relativamente à dispersão do tom por tema, é perceptível que é no plano económico que existem as maiores divergências entre o PSD e o executivo. Rui Rio apresenta 28% das suas declarações neste tema envoltas em críticas (D3). Já entre os atores políticos, é precisamente nos temas económicos que estes apresentam a maior quebra de colaboração com o governo, com 71,4% das declarações a serem críticas (D3)



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 1 – Evolução do tom das declarações no site do PSD

Com a análise da evolução do tom das declarações publicadas no site do PSD, é notória a existência de várias fases discursivas que refletem de forma bastante fiel a evolução da pandemia em Portugal. A fase inicial observa-se principalmente entre março e maio de 2021, onde reinam inequivocamente as declarações colaborativas (D1). Uma configuração que é consistente com o fenómeno de *Rally* que se verificou em Portugal, como já tinha sido identificado na literatura (Silva et al., 2021; Santana-Pereira & De Giorgi, 2023). Porém, a análise centrada apenas na visão geral das métricas não permite compreender ou denotar, se existem divergências entre os atores políticos e o líder social-democrata, ou mesmo se os temas se alteraram de acordo com cada fase da pandemia.



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 2 – Distribuição dos temas predominantes nas notícias publicadas no site do PSD

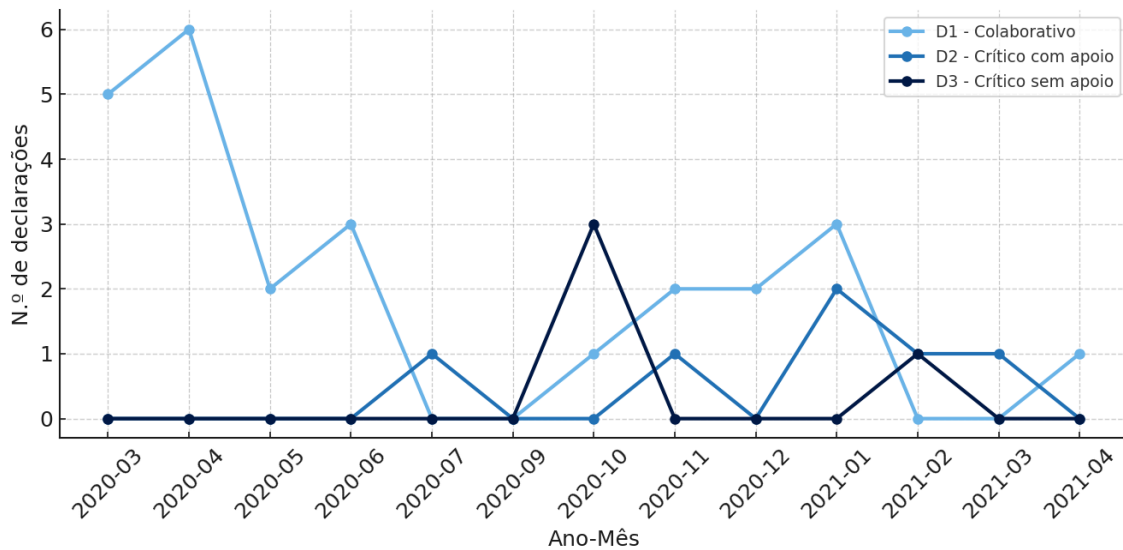
Já a distribuição dos temas predominantes nas notícias publicadas no site do PSD parece indicar uma dinâmica que se entrelaça com a evolução do tom das declarações dos atores políticos. De facto à chegada dos meses de verão é notória a diminuição das notícias ligadas à saúde pública e o aumento das notícias ligadas à pandemia assim como, é notória a diminuição das notícias com declarações de tom colaborativo que acabam por atingir o seu ponto mais baixo de todo o período em análise a julho de 2020, ao registarem um total de zero declarações colaborativas (D1). Curiosamente a diminuição das notícias ligadas aos temas sanitários e a diminuição das declarações de tom colaborativo coincidem com o período em que Portugal atingiu o maior sucesso na contenção da pandemia e em que o país viveu o primeiro momento de alguma normalidade após meses bastante atípicos, que originaram o “milagre português” (Silva et al., 2021).

Após este período de relativo sucesso e de menor ênfase na comunicação da pandemia, Portugal, começou a entrar num período de crescimento da transmissão do vírus, que acarretou novas nuances. Em primeiro lugar, levou um novo aumento das notícias ligadas à pandemia a partir de setembro, e em segundo lugar, um aumento das declarações mais críticas (D3), que viriam a atingir o pico máximo de todo o período em análise a outubro de 2020. Este pico coincide precisamente com o início da segunda vaga da pandemia em Portugal e com as discussões do orçamento de estado, mas também com a indignação interna do PSD que tinha passado os meses de verão a advertir o Governo de que seria necessário preparar uma possível segunda vaga da pandemia, que seria sempre mais dramática.

Todavia, o fim da escalada crítica das declarações, conduziu a uma nova onda de declarações colaborativas que iniciou a sua trajetória ascendente no mês de novembro, e

atingiu o seu pico a janeiro de 2021, mas também, num novo predomínio das notícias ligadas à saúde pública. Este período coincide com uma das fases mais críticas da pandemia que se originou após as festas de fim de ano após o governo ter permitido ajuntamentos para as celebrações. Não obstante, a recuperação da colaboração é acompanhada por uma presença constante de declarações críticas ou mais ambíguas, o que já enuncia uma diferença significativa em relação ao primeiro período da pandemia em Portugal (março-maio de 2020), onde as declarações eram quase sempre colaborativas.

Na entrada dos últimos meses analisados (fevereiro a abril de 2021) as declarações colaborativas voltam a diminuir enquanto as críticas sem apoio institucional mantêm níveis regulares. Neste período, embora as notícias ligadas à pandemia sejam as mais disseminadas, também se assiste a uma diminuição das mesmas, o que espelha o desgaste da pandemia na esfera mediática e na comunicação do partido. Contudo, é relevante notar que o regresso da oposição mais assertiva, nos meses finais do estado de emergência, pode refletir uma dupla pressão. Por um lado, a necessidade do PSD se diferenciar em antecipação a um possível novo ciclo político, que poderia ser originado graças ao desgaste do governo, assim como o crescimento dos novos blocos dentro do parlamento, que embora não tivessem vários deputados já recolhiam afeição por parte de alguns setores da população portuguesa. Como poderia advir do maior “cansaço pandémico” e da provável maior animosidade interna a que Rui Rio estaria sujeito após vários meses de colaboração com o executivo, como graças à quebra de confiança dos governos nos seus antigos parceiros do governo da geringonça.



Fonte: Elaboração própria

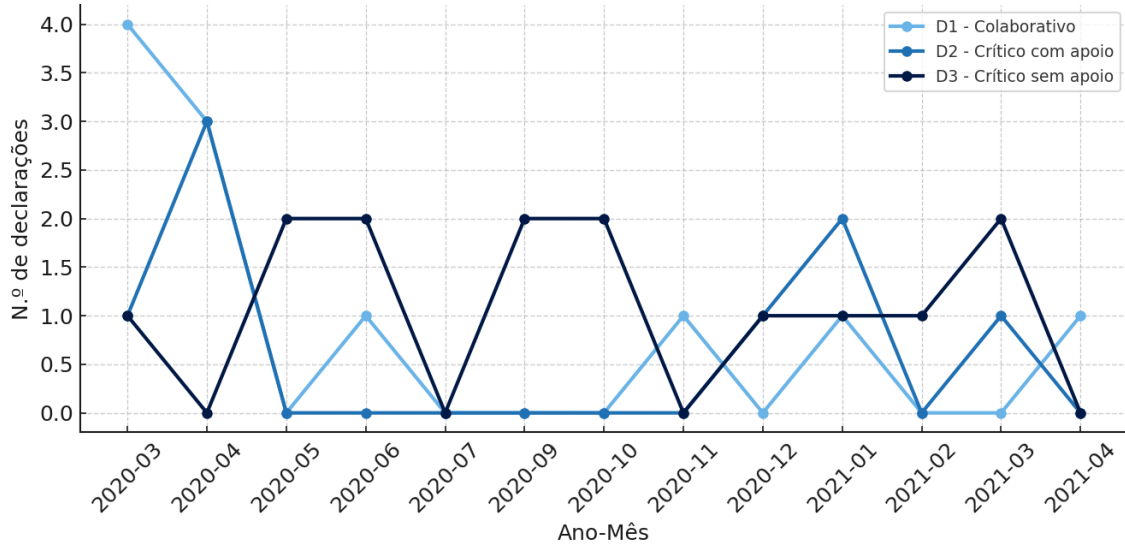
Gráfico 3 – Evolução do tom das declarações de Rui Rio no site do PSD

Como já mencionado, para obter noções mais claras de clivagens internas, é preciso olhar para a comunicação de cada um dos atores políticos. Em primeiro lugar, a figura de Rui Rio, é ao longo de todo o período em análise o marco da colaboração do PSD, com uma predominância ímpar de declarações colaborativas em praticamente todos os meses. No entanto, é mesmo na fase inicial da pandemia que Rui Rio mostra a sua figura mais colaborativa, é efetivamente neste período que o líder social-democrata regista os valores mais elevados de declarações colaborativas (D1) de toda a pandemia. O que evidencia a postura colaborativa de Rio, mas também a possível exposição do líder social-democrata a fenómenos como o “flight to safety” ou ao “rally ‘round the flag” que se registou nos primeiros meses em Portugal (Santana-Pereira & De Giorgi ,2023; Silva et al., 2021). Até porque, após este primeiro momento de grande colaboração, a frequência das declarações colaborativas diminuiu de forma acentuada, especialmente à chegada do verão, e com a pandemia de COVID-19 fora dos holofotes mediáticos. A presença de declarações ligadas à pandemia no discurso de Rui Rio tornaram-se menos intensas e o tom colaborativo quase desapareceu do seu discurso, sem que no entanto, se verifica-se uma substituição por declarações críticas (D3). Essa substituição comunicacional só chegaria mesmo em outubro de 2020, e perante os primeiros sinais do agravamento da situação epidemiológica.

O mês de outubro, corresponde efetivamente ao período em que o líder do PSD assumiu a posição mais crítica de todo o período em análise e onde há registo do maior número de declarações críticas à atuação do executivo socialista. Nos meses seguintes, e num momento, em que os indicadores pandémicos se agravavam progressivamente, as declarações de Rui Rio voltaram a sofrer ajustes e a virar novamente em direção à colaboração com o governo, especialmente quando se dá a explosão do número de casos e a reintrodução formal do confinamento em janeiro de 2021. Neste período a colaboração de Rui Rio volta a estar em alta, com o líder social-democrata a reajustar as suas declarações, para mais uma vez procurar o sucesso coletivo do país. Se o “rally ‘round the flag” foi apontado como uma das possíveis causas para a colaboração inicial, nesta fase da pandemia a sua prevalência é pouco provável, até mesmo pela inflexão discursiva que existiu nas declarações de Rio nos meses anteriores, a nova vaga colaborativa de Rio deverá por isso, estar acorçada a outros fatores.

Nos últimos meses, ou seja, entre fevereiro e abril de 2021, observa-se uma nova redução na frequência das declarações de Rui Rio relacionadas com a pandemia, que é igualmente acompanhada por uma diminuição da colaboração. Ainda que surjam algumas intervenções críticas durante este período, estas mantêm-se em níveis residuais. Na verdade, Rui Rio nunca deixou que as declarações mais críticas se tornassem dominantes, o que demonstra a valorização que Rio atribuiu à resiliência do país nas diferentes fases da

pandemia. Mesmo quando escolheu ser crítico, a maioria das declarações não esteve ligada à crise sanitária, mas sim a outros temas onde o líder do PSD nunca deixou de mostrar o seu desagrado à gestão empregue.



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 4 – Evolução do tom das declarações dos atores políticos no site do PSD

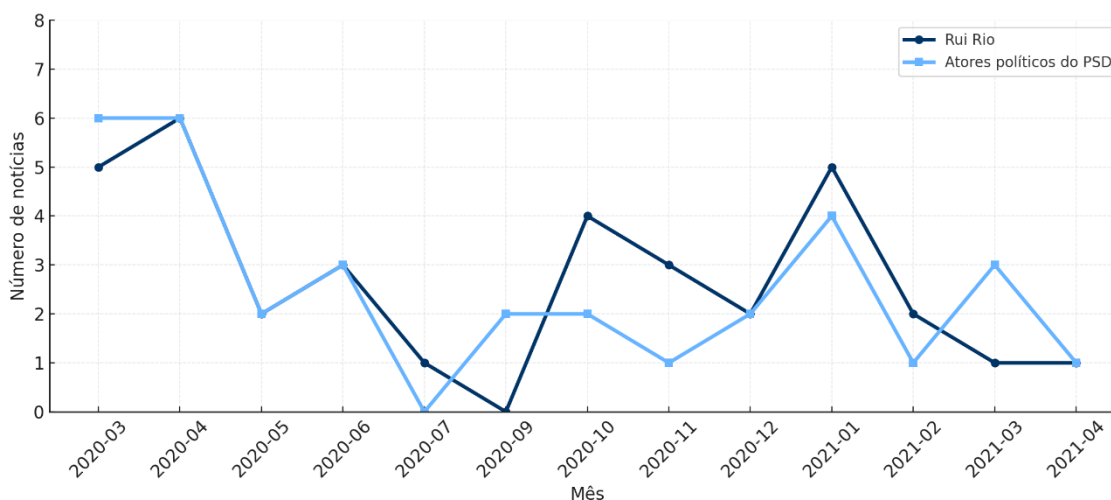
Se Rui Rio é assinalado pela sua moderação retórica ímpar, o mesmo não se pode dizer dos atores políticos sociais-democratas. Se na primeira fase da pandemia as suas declarações também apresentam uma moderação retórica notável e preferiram usar a sua exposição para transmitir mensagens de colaboração com o governo, o mesmo não se pode dizer dos meses seguintes em que as suas declarações seguiram na direção das críticas expressivas ao executivo, numa dimensão que se mostrou muito distante da apresentada nos dois primeiros meses. Na verdade, esta quebra nas declarações colaborativas e a consequente quebra da postura de colaboração dos atores políticos sociais-democratas levanta um dado muito pertinente.

Primeiro, é bastante provável que os atores políticos do PSD, tenham sido afetados pelo efeito “rally ‘round the flag” que existiu em Portugal, como relatado por Santana-Pereira e De Giorgi (2023) e Silva et al. (2021), dado que optaram por ser maioritariamente colaborativos nas suas declarações ao governo na fase inicial da crise sanitária. Em segundo, os atores políticos do PSD, parecem seguir de forma muito mais próxima a tendência europeia da quebra de confiança no executivo após a fase inicial de colaboração, num dado que se aproxima muito das descobertas de autores como, Bernacer et al. (2021), Bitonti et al., 2023, Johansson et al. (2021); Martínez Fuentes e Natera (2024), Peralta-Santos et al. (2021) ou Wondreys & Mudde (2022), que retratam este cenário. Efetivamente a ação dos

atores políticos sociais-democratas esteve mais próxima da tendência de atuação das democracias do sul, em que os partidos começaram a criticar de forma precoce o governo como indicam Bernacer et al. (2021) e Peralta-Santos et al. (2021), do que da atuação do próprio líder do partido.

Mesmo em janeiro, num período em que Rui Rio se tinha mais uma vez aproximado do Partido Socialista para garantir o sucesso da gestão da crise sanitária durante uma das fases mais complicadas que Portugal viveu durante toda a pandemia, os deputados seguiram um caminho distinto. Embora se possa dizer que a intensidade das declarações críticas diminuiu (em número) neste período, a prevalência de declarações que asseguravam a colaboração institucional do PSD, mas que estavam envoltas em críticas (D2), parece indicar que a sua atuação esteve limitada por algum fator externo que os impedia de apenas de criticarem de forma mais vincada a atuação do executivo.

As tendências aqui registadas também apontam para dois dados muito relevantes. Em primeiro não terá sido pela ação dos atores políticos que a colaboração com o Partido Socialista foi sustentada ao longo do tempo. E em segundo, devido à ambiguidade das declarações dos atores políticos após dezembro (quando o PSD volta a ser mais colaborativo), existe a possibilidade da atuação dos atores políticos do PSD ter sido condicionada por algum fator da liderança.



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 5 – Evolução mensal do número de notícias com declarações no site do PSD.

A evolução do número de notícias com declarações ao longo do período considerado reforça algumas das descobertas já indicadas. Em primeiro, o PSD tende a aumentar a sua comunicação ligada à pandemia ou a outros fatores de gestão, em períodos que a pandemia apresentava contornos mais críticos, ou em períodos em que existem maiores dissidências

com algumas ações do executivo. Em segundo, é notório que não existe uma prevalência verdadeiramente visível de Rui Rio em nenhuma das fases da pandemia, o que reforça validade comparativa entre os atores políticos do PSD e o líder social-democrata.

Por fim, é igualmente notório que o período que possui o menor número de notícias corresponde ao período em que não esteve em vigor o estado de emergência em Portugal. Nestes momentos as notícias adotaram outras temáticas (como já verificado), ou ficaram circunscritas a recomendações para o futuro da gestão da crise sanitária.

### 3.2.2. O jornal Povo Livre

Ao contrário do site, que publica as notícias de uma forma muito mais célere e num contexto de reação mediática, o *Povo Livre* apresenta uma comunicação mais reflexiva e cuidadosamente selecionada, isto porque possui uma periodicidade semanal, o que permite à redação partidária selecionar com maior ponderação cada notícia de destaque. Este facto, torna o jornal especialmente relevante para compreender como o PSD procurou enquadrar de forma estratégica, o seu posicionamento entre março de 2020 e abril de 2021, que corresponde ao período que contempla todos os estados de emergência. A análise ao jornal oficial do PSD procura assim captar a evolução do discurso oficial do partido num suporte mais interno e programático, mas não pretende apresentar as mesmas respostas e conclusões que o site institucional do partido pretende sim, encontrar novas nuances que possam ajudar a explicar a manutenção da postura colaborativa do PSD face ao PS.

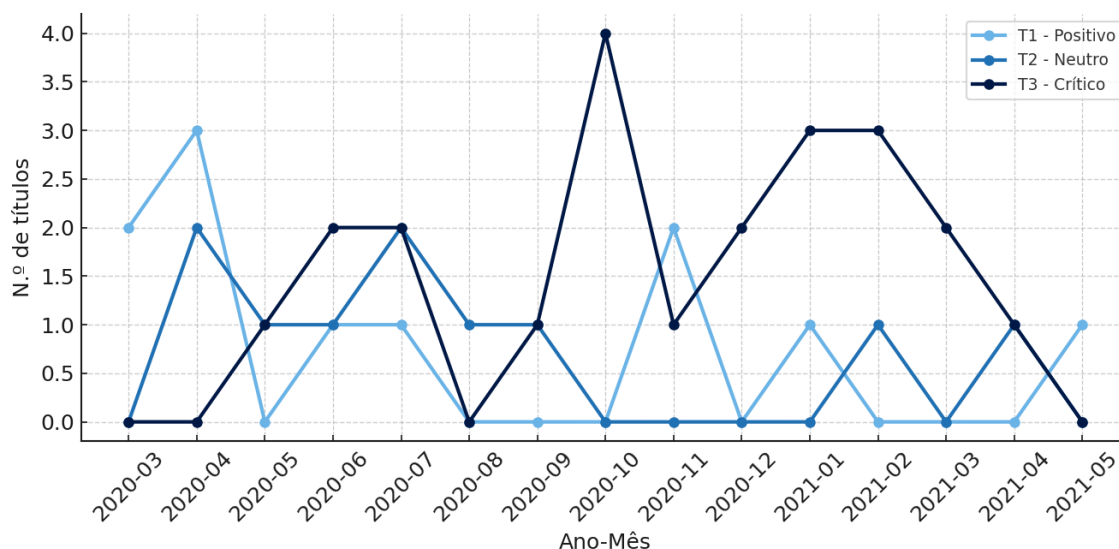
Tabela 5 – Distribuição do tom dos títulos por ator político do PSD

Tom do título (T)	Deputados PSD	Rui Rio
T1 – Positivo	0 (0,0%)	11 (100,0%)
T2 – Neutro	2 (20,0%)	8 (80,0%)
T3 – Crítico	3 (13,6%)	19 (86,4%)

Fonte: Elaboração própria

No total, foram analisadas 43 edições do jornal entre 18 de março de 2020 e 5 de maio de 2021. Neste caso específico, é necessário aceder a uma das edições de maio para ter acesso à notícia de destaque que retrata o fim do estado de emergência.

Desde o primeiro momento, é notória uma diferença significativa em comparação ao site oficial do partido. Nas páginas de destaque do jornal, a maioria das notícias é encabeçada por Rui Rio (38), enquanto apenas cinco das notícias de destaque atribuem o protagonismo aos deputados do PSD. Embora as análises tenham de ter sempre em conta esta limitação, que não existia para o site do Partido Social Democrata, é possível retirar algumas nuances importantes. Todos os títulos de teor positivo (T1) são atribuídos a Rui Rio (11 em 11), mas a maior incidência é mesmo nos títulos de tom crítico visto que, das 38 notícias proeminentes que possuem Rio como figura em destaque, 19 delas possuem títulos negativos. Embora o título possa não traduzir o verdadeiro conteúdo da atitude de Rio, existe uma possibilidade do líder social-democrata ser aqui retratado de uma forma mais negativa que nas notícias do site do PSD. Já os deputados são apenas representados de forma muito residual, mas os seus títulos, não são uma única vez positivos, possuem sempre um tom neutro ou crítico.

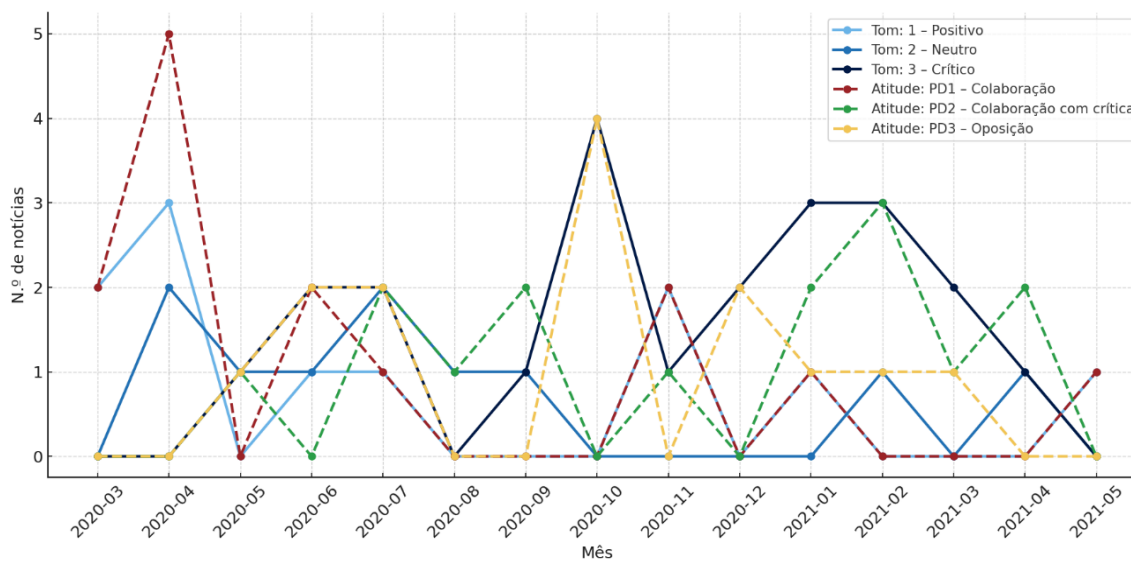


Fonte: Elaboração própria

Gráfico 6- Evolução mensal do tom dos títulos das notícias no Povo Livre

Assim como no site oficial do Partido Social Democrata, a distribuição temporal dos títulos também se entrelaça com os vários períodos da pandemia. Porém, no Povo Livre pelo menos nesta métrica a distribuição é muito mais crítica ao longo do tempo e só se visualiza a predominância dos títulos de tom positivo em três meses, março, abril e novembro. Nos dois primeiros meses, a prevalência é facilmente explicável, o surgimento da pandemia dominou as notícias predominantes, por se tratar do tema mais relevante na sociedade naquele período. Já em novembro, a explicação não é tão linear e pode estar fundamentada em diversos critérios, como uma escolha da redação para tratar um novo momento complicado da pandemia, ou mesmo na existência de uma fase em que o PSD se mostrou mais colaborativo novamente.

A relativa intensidade dos tons neutros também complica análises mais profundas, visto que o corpo destas notícias pode apresentar uma atitude colaborativa ou uma atitude crítica face ao governo. Para além disso, enquanto estes dados não forem entrelaçados com a prevalência de determinados temas, não é possível extrair conclusões mais profundas. Como já sabemos dos dados do Povo livre, o PSD tende a ser mais colaborativo nos temas ligados à saúde pública e mais crítico os temas económicos, e por isso é importante conjugar esses dados com os novos dados que vão surgindo da análise ao Povo Livre.



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 7 – Evolução do tom dos títulos e da atitude do PSD no Povo Livre

Com a conjugação da evolução do tom dos títulos, com a evolução da atitude dos atores políticos do PSD face ao governo algumas das dúvidas levantadas na análise anterior já podem ser respondidas. Em primeiro lugar é notório que nos dois primeiros meses da pandemia (março e abril) que o PSD foi inequivocamente cooperativo com o executivo socialista apesar da existência de dois títulos que possuíam tom neutro. Em segundo lugar, o mês de novembro que também apresentou uma predominância de títulos com tom colaborativo, parece explicar-se pela atitude mais colaborativa dos vários atores políticos do PSD nesse mês, até porque os títulos críticos, são acompanhados de atitudes colaborativas, mas com críticas ao executivo.

Mas existem mais dados de relevo. Como mencionado para as atitudes colaborativas que possuíam algumas notícias com título de tom neutro mas a atitude era colaborativa, também parece acontecer o contrário noutras situações durante a pandemia. Em janeiro por exemplo, os títulos são todos de tom crítico mas existem momentos em que o PSD se mostra com as atitudes mais ambíguas, ou seja a atitude de colaboração com o governo é

acompanhada de algumas críticas embora garanta que ira continuar a apoiar as medidas de combate à crise sanitária. Mas este dado também se repete em abril, onde os títulos de tom negativo não se espelham na atitude do PSD que mais uma vez mantém a colaboração com críticas (PD2). Estes dados informam-nos que o tom dos títulos em si, não são suficientes para explicar a atitude adotada pelo PSD, mas serão certamente importantes para transmitir uma mensagem aos militantes e apoiantes do PSD, ou seja, mesmo que a redação do jornal entregue uma leitura crítica, nem sempre essa é a atitude que consta nas ações do PSD.

Num plano mais geral este gráfico também permite aceder a mais um dado que deve ser mencionado, embora acompanhe de certo modo a divisão temporal e os diversos momentos da pandemia da mesma forma que o site do PSD. No Povo Livre, a representação da colaboração, é apresentada de uma forma muito mais atenuada e existe também uma prevalência muito superior das atitudes de oposição ao executivo. O que parece equilibrar esta escala são precisamente as atitudes de colaboração envolta em críticas, que terão conservado algum grau da cooperação do PSD. Porém e como mencionado para o tom dos títulos, sem reconhecer a distribuição temática do jornal, não é possível generalizar estas conclusões, mas neste caso também se torna crucial compreender de que forma se divide a atitude de cada ator político do PSD nas notícias de destaque recolhidas.

Tabela 6 – Atitude do PSD com o governo por ator político

Atitude PSD-Governo (PD)	Deputado do PSD	Rui Rio
PD1 – Colaboração	1 (20,0%)	13 (34,2%)
PD2 – Colaboração institucional, com críticas	2 (40,0%)	13 (34,2%)
PD3 – Oposição	2 (40,0%)	12 (31,6%)

Fonte: Elaboração própria

Se nas notícias recolhidas do site oficial do Partido Social Democrata, Rui Rio era sobretudo retratado como uma figura colaborativa, o mesmo não se pode indicar através dos dados recolhidos no Povo Livre. De facto, no Povo Livre Rui Rio possui um distribuição de atitudes muito mais equilibrada, e não existe registo que de uma hegemonia da atitude colaborativa como acontece para o site. Nas notícias de destaque do Povo Livre, Rio é representado como uma figura mais ambígua. Mesmo que não abandone a colaboração com o executivo, a métrica PD2 está bastante presente, o que indica que ao contrário das declarações recolhidas no site, Rio mostrou-se muito mais vezes indignado com várias ações do governo. O líder do PSD neste órgão institucional, também se apresenta mais vezes com

atitudes críticas ou de oposição (PD3) à atuação do Governo. Mas assim como nas análises anteriores deve existir uma ressalva, sem conhecer as áreas temáticas em que Rio foi mais crítico, não é possível conhecer o verdadeiro nível de rotura em relação ao site do PSD.

A análise da atitude dos deputados é mais complexa essencialmente pela sua fraca exposição nas notícias de destaque do jornal, o que complica a validade dos dados mas também, a representação dos mesmos. Porém e não obstante à sua presença residual, a orientação da sua comunicação dos deputados é distinta da de Rui Rio, assim como no site do partido. Das cinco edições em que surgem destacados, apenas uma (20%) é enquadrada na categoria de colaboração (PD1) o que corresponde a apenas uma notícia. As restantes quatro distribuem-se entre colaboração com críticas (PD2) e oposição ao executivo (PD3), com dois casos para cada categoria. Ainda que a escassez de dados leve a uma interpretação menos precisa, os dados apontam para uma saliência das atitudes críticas nos deputados. Deste modo, parece legítimo afirmar que a redação do jornal terá optado por usar os deputados como atores mais críticos do governo, uma vez que as suas atitudes são mais críticas que as de Rui Rio.

Tabela 7 – Distribuição dos temas abordados por ator político

Tema principal	Total (n/%)	Rui Rio (n/%)	Deputados (n/%)
TP1 – Saúde pública	24 (55,8%)	19 (50,0%)	5 (100,0%)
TP2 – Economia	13 (30,2%)	13 (34,2%)	0 (0,0%)
TP3 – Instituições	6 (14,0%)	6 (15,8%)	0 (0,0%)
Total	43 (100%)	38 (100%)	5 (100%)

Fonte: Elaboração própria

Nas análises anteriores mencionámos que a distribuição temática de cada notícia recolhida seria de extrema relevância para a compreensão da mudança de atitudes do PSD em relação ao site do PSD. Mas também para compreender o que poderia estar na origem da mudança de postura tão acentuada de Rui Rio. Como sabemos, nas notícias recolhidas do site institucional do PSD, os temas sanitários eram hegemónicos e representavam cerca de 70% do total de notícias (ver tabela 4). Porém, o tema de saúde nas notícias de destaque do Povo Livre apresenta uma distribuição díspar.

No Povo Livre, independentemente das notícias ligadas à saúde pública continuarem a ser dominantes, a sua distribuição desce de cerca de 70% no site, para cerca

de 55% no Povo Livre. Esta queda abriu espaço para a maior representação dos temas económicos, que ascenderam de cerca de 20% das notícias do site, para mais de 30% nas notícias de destaque do jornal Povo Livre. Se a tendência crítica do site PSD nas áreas económicas e institucionais se manifestar nas notícias de destaque do jornal Povo Livre, pode estar aqui parte da explicação para a alteração registada.

Tabela 8 – Atitude PSD-Governo por Tema e Figura Política

Tema principal	Figura política	PD1 – Colaboração	PD2 – Colaboração com crítica	PD3 – Crítica/Oposição	Total
TP1 – Saúde pública	Deputados	1 (20,0%)	2 (40,0%)	2 (40,0%)	5 (100,0%)
TP1 – Saúde pública	Rui Rio	10 (52,6%)	7 (36,8%)	2 (10,5%)	19 (100,0%)
TP2 – Economia	Rui Rio	2 (15,4%)	3 (23,1%)	8 (61,5%)	13 (100,0%)
TP3 – Instituições	Rui Rio	1 (16,7%)	3 (50,0%)	2 (33,3%)	6 (100,0%)

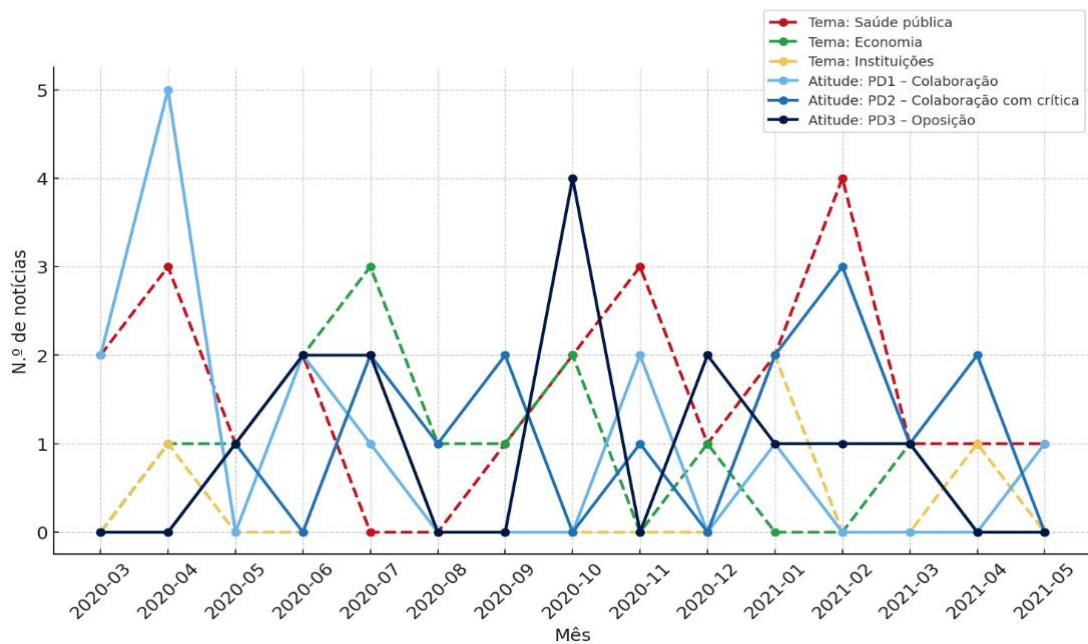
Fonte: Elaboração própria

Com a análise da tabela 7, é possível obter uma melhor noção da distribuição da atitude dos atores políticos do PSD, mas também confirmar que parte do aumento do número de atitudes críticas de Rui Rio se deve à nova distribuição temática. Ao contrário do site em que as notícias ligadas à saúde pública representavam praticamente dois terços das declarações de Rio, no Povo Livre a distribuição do tema de saúde é de apenas 50% deixando os restantes 50% para os temas económicos e institucionais onde Rio foi mais crítico.

Os temas económicos ajudam efetivamente a compreender o que levou Rio a ser retratado de uma forma mais crítica neste órgão social-democrata. De facto em 15 notícias ligadas ao tema da economia, Rio apresentou uma atitude de oposição em 8 (61,5%) e apenas foi colaborativo em duas (15,4%). Além de ser o tema em que existem mais diferenças entre o PS e o PSD, é igualmente o tema onde Rio mais abandona a sua postura mais colaborativa para fazer oposição às escolhas do governo. Mas esta explicação ficaria curta sem mencionar que no Povo Livre, das 19 notícias que retratam a saúde pública, 7 delas apresentam a atitude mais ambígua (PD2), ou seja, Rio reafirmou a colaboração no combate à pandemia, mas não sem antes apontar falhas e erros na gestão socialista. Já no site do PSD, Rio só apresentou declarações mais ambíguas quatro vezes e num universo com mais sete notícias.

Mesmo tendo isto em conta, é possível inferir que, Rui Rio, é o ator mais colaborativo de uma forma geral, mas também nos temas da saúde pública com 10 das 19 notícias (52,6%) a expressarem a sua colaboração com o executivo. Enquanto só 2 das notícias ligadas à saúde são de oposição clara (PD3). Ainda assim, mais de um terço das intervenções (36,8%) integram algumas críticas à gestão da crise sanitária por isso, será também importante compreender em que momentos estas atitudes mais mistas se manifestam, se em períodos de menor influência do vírus ou em momentos em que a pandemia apresentava contornos mais críticos.

Curiosamente, os deputados nas notícias de destaque do Povo Livre apenas surgem a comentar temas de saúde pública e de uma forma predominantemente crítica o que de facto, e não obstante à sua baixa representação, indica que a redação do jornal preferiu destacar as suas atitudes mais críticas em vez de enaltecer momentos de colaboração que possam ter existido ao longo da pandemia.



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 8 – Evolução mensal dos temas e da atitude do PSD.

Naturalmente, a distribuição dos temas segue em linha com o padrão já observado tanto no site do PSD, como na distribuição do tom dos títulos das notícias de destaque do Povo Livre. Durante os primeiros dois meses (março e abril de 2020) existe uma posição hegemónica dos temas ligados à saúde pública (TP1), que coincide com o registo exclusivo de uma atitude de colaboração total (PD1) por parte dos sociais-democratas. A sobreposição destas duas métricas ajuda a compreender que é efetivamente na fase inicial da pandemia que existiu por parte do PSD a maior facilidade colaborativa, de todo o período.

Figura 1 - Exemplo de uma edição colaborativa do jornal<sup>5</sup>



Fonte: Povo Livre

A partir de maio todavia, verifica-se uma inversão da correspondência linear que até então unia o tema da saúde pública e a atitude colaborativa do PSD. Assim como no site dos sociais-democratas o tema da saúde pública deixou progressivamente de dominar a agenda mediática, e cedeu espaço ao aparecimento de novos temas, onde os assuntos económicos adquiriram uma presença mais marcada nas notícias de destaque. A transição temática é igualmente acompanhada por uma mudança significativa ao nível do posicionamento político, agora, as notícias começam a ser marcadas pelo surgimento de atitudes mais críticas (PD2, PD3), o que naturalmente aponta para uma mudança da atitude do PSD na sua comunicação, que se deslocou para registos mais ambíguos e críticos à medida que os contornos da pandemia se iam modificando.

Nos meses de verão, este padrão é notório. À medida que, as notícias ligadas aos temas económicos e institucionais ganharam destaque, a atitude de colaboração explícita do PSD esbateu-se, e deu origem à presença de posições mais críticas. O que levou a que em agosto, não existisse qualquer atitude colaborativa por parte do PSD face ao governo. No entanto, o pico das críticas do PSD coincide, assim como no site e na distribuição do tom dos títulos das notícias de destaque com o mês de outubro. Que no Jornal, corresponde à coexistência na mesma proporção dos temas de sanitários e económicos, e aqui, mais que no site do PSD, este cenário crítico é perfeitamente explicável.

Nas edições de outubro de 2020 do Povo Livre existe uma divisão clara das edições que retratam a saúde pública e os temas económicos. Estas edições incidem sobretudo na

---

<sup>5</sup> Disponível em: [https://issuu.com/povolivre/docs/pl\\_15\\_abril\\_2020](https://issuu.com/povolivre/docs/pl_15_abril_2020)

discussão do orçamento de Estado e, no início do reaparecimento da pandemia com maior intensidade após um período de descontração no combate à crise sanitária pelo executivo socialista, que não passou impune às atitudes do PSD. Estes dois momentos, mostraram-se particularmente incómodos para o PSD que não conseguiu de modo algum conter as suas atitudes mais críticas. Já em novembro de 2020, as notícias ligadas ao tema da saúde voltam a ganhar destaque assim como a atitude colaborativa do PSD, no entanto ambos os indicadores esbatem-se em dezembro e voltam a dar espaço ao ressurgimento das críticas.

Figura 2- Exemplo de uma edição negativa do Jornal<sup>6</sup>



Fonte: Povo Livre

O pico máximo das notícias ligadas à saúde pública no jornal Povo Livre só se viria a dar no mês de fevereiro de 2021 contudo com contornos bem distintos do início da pandemia. Desta vez, as notícias ligadas ao tema sanitário não surgem acompanhadas de uma atitude manifestamente colaborativa (PD1). Pelo contrário, o mesmo tema surge agora em coexistência com posições de garantia de colaboração institucional do PSD, mas na maioria das vezes, associadas a duras críticas à gestão da crise sanitária (PD2). Este dado, permite igualmente responder à questão que inquiria quais os momentos em que se manifestariam as atitudes mais ambíguas do PSD. Os dados indicam que as atitudes mais ambíguas tendem a surgir sobretudo, nas fases mais críticas da pandemia em que o PSD não se afasta da colaboração mas demonstra o seu descontentamento na gestão empregue.

Nos meses finais da existência do estado de emergência (março, abril e maio de 2021), verifica-se a estabilização da atitude crítica do PSD, que coincide em simultâneo com a posição mais ambígua do PSD (PD2). É também notório o reforço das notícias ligadas aos

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://issuu.com/povolivre/docs/povo-livre-21out>

temas institucionais, que sugerem uma inflexão discursiva da comunicação do PSD para outros temas. Esta inflexão, poderá ter sido derivada do cansaço da crise sanitária em Portugal. De facto, neste período também existe uma despolitização da pandemia e as edições do jornal começam a dar maior relevância a outros temas que ditam a saída das notícias ligadas à pandemia para páginas mais interiores do Povo Livre. De uma forma geral, o gráfico evidencia que a colaboração do PSD surge predominantemente associada ao tema da saúde pública, e tende a desaparecer à medida que surgem os temas ligados à economia e às instituições, que são associados a posturas mais críticas.

### **3.4. A Liderança de Rui Rio e o seu Impacto na Estratégia do PSD**

#### **3.4.1. Um estilo político em contraciclo**

A resposta do PSD à crise pandémica é indissociável da liderança de Rui Rio. E são os dados que o demonstram. Rui Rio tanto no site do PSD quanto no Povo Livre mostrou ser uma figura extraordinariamente colaborativa e com um senso de unidade nacional ímpar. Mais do que um posicionamento conjuntural, a escolha pela cooperação com o Governo refletiu uma conceção política própria, sustentada num entendimento pessoal do papel da oposição que o próprio desenvolveu e executou durante a emergência nacional provocada pela crise sanitária de COVID-19. A escolha de Rui Rio de evitar o confronto com o Partido Socialista, de votar a favor de todas as imposições do estado de emergência e de alinhar o discurso institucional com o do Governo não foi o resultado de hesitação tática. Foi sim, uma estratégia intencional, fundamentada em critérios que Rui Rio definiu como éticos, racionais e patrióticos. Em grande parte, a sua estratégia foi também solitária e afastada das preferências do partido.

Rui Rio reconhece que o apoio interno à sua atuação foi escasso e que, fora do núcleo da liderança, existiram resistências significativas à linha política adotada. Ainda assim, persistiu. Sem a liderança de Rui Rio, dificilmente o PSD teria preservado a sua postura institucional tão marcadamente cooperativa e sobretudo, tão prolongada. A escolha em sacrificar possíveis ganhos políticos em nome da estabilidade política, de resistir ao apelo do confronto e de sustentar uma ambiguidade funcional entre crítica e cooperação, acabaria por consolidar a sua atuação política singular num contexto europeu marcado pela grande contestação dos líderes e partidos de oposição.

Um dos eixos centrais da entrevista recaiu na forma que Rui Rio adotou para justificar a sua decisão de manter uma postura de colaboração com o Governo durante a

pandemia. Longe de apresentar a sua posição como uma cedência ou um erro de cálculo, o ex-líder social-democrata caracterizou a sua escolha de cooperação, como um imperativo político e ético assente em grande parte na sua personalidade. Nas suas palavras: “Não concedo que naquela circunstância pudesse ter agido de forma diferente dessa. Se hoje se voltassem a pôr as mesmas circunstâncias, não tenho dúvidas nenhuma que era isto que faria” (Rui Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025). Rui Rio aproveitou também a situação para salientar que numa situação alternativa em que fosse ele o primeiro-ministro, criticaria fortemente quem optasse por não ter a mesma posição de apoio no combate à pandemia que adotou: “desqualificava-se muito perante mim o líder de oposição que não fizesse aquilo que eu fiz, que não me ajudasse a mim a combater a pandemia...” (Rui Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025). Esta lógica de colaboração adotada por Rio e invariavelmente pelo PSD, também foi apresentada como uma forma de resistência ao oportunismo político que vários partidos tentaram ao longo da pandemia. Na ótica do outrora líder social-democrata, enfraquecer o Governo, significava enfraquecer a capacidade do país no combate à pandemia e diminuir as possibilidades de sair da pandemia com algum sucesso: “Se eu me aproveitasse disso e enfraquecesse o governo por essa via, eu também estava a enfraquecer o governo como um todo no combate à pandemia, quanto mais fraco o governo fosse, mais fracos éramos todos nós” (Rui Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025).

Mais do que uma posição tática, esta recusa em atacar o governo para potencialmente capitalizar votos surge muito da posição que adotou durante a pandemia, de romper com a lógica de crítica automática só porque tratava do partido do governo, e consequentemente do partido a quem se devia exercer oposição: “Eu não tinha a certeza de ser capaz de fazer melhor (...) eticamente, na minha cabeça, eu não tinha legitimidade nenhuma para criticar.” (Rui Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025). Rui Rio foi o principal impulsionador desta lógica que nasceu no seio da pandemia. A posição do PSD baseou-se na visão do seu líder e procurou uma lógica de colaboração institucional que validava a procura pelo bem comum, a que Rio, tanto aludiu no espaço mediático: “Eu não tenho o direito de fazer as coisas diferente do que fiz, muito pelo contrário, eu tinha era de fazer parte da própria solução” (Rui Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025).

Este eixo colaborativo não se estendeu apenas ao plano das votações parlamentares e do posicionamento político, estendeu-se igualmente, à dimensão da estratégia de comunicação adotada pelo PSD. Nomeadamente, a comunicação adotada nos primeiros meses da pandemia, em que o PSD e em especial Rui Rio não atacaram nenhuma área da dimensão governativa do partido socialista: “... eu tomei essa atitude tive ali um tempo largo em que não fiz a oposição para destacar o governo em nome desse interesse nacional” (Rui

Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025). Esta posição ímpar no contexto sul europeu, não se espelhava, no entanto, num acordo entre os dois maiores partidos da Assembleia. Assentava sim, nas crenças e posições de Rui Rio. Quando questionado sobre a existência de um plano explícito para alinhar o discurso do PSD com o do Governo, Rui Rio negou efetivamente a existência de uma ideia de estratégia formalizada: “não é uma estratégia escrita, nem uma estratégia combinada, nem tão pouco essa minha cooperação com o governo foi traduzida num protocolo ou coisa assim, foi uma atitude política”, no entanto, admite e salienta, que essa postura estava “implícita na forma de atuar” do partido (Rui Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025).

Mais do que evitar o confronto e a alimentação de contestações generalizadas às medidas do PS. Esta conjugação discursiva ficou rubricada num tom efetivamente brando e muito longínquo do tom apresentado nas restantes democracias do sul europeu. O tom e a atitude cooperativa do PSD, pretendia reforçar não só, a coesão social como também, a confiança pública. Nas palavras do outrora líder social-democrata, esta posição ficou explícita: “se o governo apostava numa dada medida e pedia que as pessoas cumprissem tudo no âmbito dessa medida, era óbvio e lógico que nós viéssemos dizer exatamente a mesma coisa” de forma a “sensibilizar as pessoas para a unidade do combate” (Rui Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025). Esta posição demonstra perfeitamente a visão pessoal que Rui Rio atribuiu à importância do papel colaborativo do PSD no plano da comunicação. Para Rui Rio o sucesso no combate à pandemia só poderia advir da manutenção de um espaço mediático marcado pelo consenso comunicativo:

Na maior parte das vezes, o primeiro-ministro vinha apresentar um diagnóstico da situação e apresentar medidas possíveis para atenuar essa situação. Bom, em nenhuma circunstância, não é, eu tinha medidas que eram franca e objetivamente melhores que aquelas que o governo estava a equacionar colocar em cima da mesa, quando muito tinha medidas em paralelas. Portanto eu digo-lhe assim: se eu estivesse sentado no lugar do Primeiro-Ministro, se trocássemos de lugar, eu não tinha nenhuma medida que tivesse uma maior segurança que aquelas que eles estavam a pedir, ou seja, eu não tinha a certeza de ser capaz de fazer melhor que aquilo que ele estava a fazer, eu não tinha legitimidade nenhuma para criticar e combater aquilo que ele ia fazer.

(Rui Rio comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025).

Para Rui Rio, a importância da estabilidade do país era central. O social-democrata, assumia que no contexto em que estava inserido o país na pandemia, obrigava efetivamente

a um diálogo colaborativo entre ambas as partes. A concentração de deputados que o PSD e o PS detinham (representavam cerca de 80% da Assembleia), criava para Rio, uma responsabilidade acrescida sobre os dois maiores partidos e esse facto, implicitamente, facilitou a opção colaborativa de Rui Rio: “naquele enquadramento, a minha responsabilidade era maior, porque verdadeiramente só havia dois partidos fortes e grandes (...). Era determinante a posição do segundo maior partido” (Rui Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025). Mas para que não restassem dúvidas, Rui Rio afirmou que mesmo numa situação em que existisse uma maior fragmentação ou competição partidária, optaria sempre por tomar a mesma decisão de apoiar uma linha colaborativa, nas suas palavras: “conheço-me já o suficiente para lhe dizer que a teria feito na mesma” (Rui Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025).

### **3.4.2. A liderança contra a corrente**

Se entre o PSD e o PS existiu uma corrente de colaboração (embora não formal), a mesma atitude não se pode atribuir aos partidos de menor dimensão que estavam representados no parlamento. Pelo contrário, a generalidade das forças políticas com menor representação adotou uma postura de oposição mais dilacerante e procurou capitalizar o desgaste do Governo durante a crise gerada pela pandemia de COVID-19. Esta distinção na forma de atuar, foi sublinhada por Rui Rio ao afirmar que: “os diversos estados de emergência foram aprovados com os votos do PSD, senão não passava. Porque a esquerda (...) desmarcou-se logo para tentar capitalizar votos” (Rui Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025). Esta posição dos partidos com menor representação ainda mereceu mais considerações por parte de Rui Rio, ao apontar que, se existiu alguma estabilidade governativa nos períodos de maior instabilidade esse feito foi mesmo fruto da colaboração do Partido Social Democrata: “Se eu tivesse feito como esses *“partidelhoszitos”*, a coisa tinha descambado muito mais rapidamente” (Rui Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025).

Não obstante, esta posição assumida por Rui Rio não teve, desde o início, respaldo dentro do próprio partido. O próprio reconheceu prontamente que sofreu uma pressão significativa para adotar uma postura mais crítica em relação ao Governo: “Sofri muito mais pressões para adotar uma postura crítica em relação ao Governo (...) do que incentivo e apoio para continuar na mesma linha. Incentivo e apoio para continuar na mesma linha, dentro do partido, quase nenhum” (Rui Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025).

Rui Rio salientou que era efetivamente fora do partido que recebia os maiores apoios à sua posição: “Fora do partido um bocado, no estrangeiro muito” (Rui Rio, comunicação

peçoal, 24 de fevereiro de 2025). Esta ausência de apoio interno foi particularmente visível entre os setores críticos que desde cedo, defendiam uma oposição mais combativa. Mas também de membros mais próximos da sua direção. David Justino, então vice-presidente do partido, contrariou esta ideia de retórica de estabilidade adotada por Rui Rio. Justino e criticou à data, os “excessos mediáticos” do Primeiro-Ministro, onde afirmou que não se importava de “não ser patriótico” (numa alusão à carta enviada por Rui Rio aos militantes), por manter uma posição e uma comunicação mais crítica em relação ao PS (Expresso, 15 de abril de 2020). Uma posição de destaque ao salientar que mesmo as figuras mais próximas de Rio (pelo menos teoricamente), não concordavam incondicionalmente com a retórica adotada pelo líder social-democrata.

Esta tensão acumulou-se ao longo da pandemia, e levou igualmente a imprensa internacional a destacar que Rui Rio era criticado por vários setores dentro do próprio partido, por ter apoiado o Governo durante a pandemia. O que na ótica desses críticos, significava falhar na função de confrontar os socialistas. A Reuters, noticiava à data que, apesar da sua popularidade como moderado entre os eleitores portugueses, Rio não era acariciado da mesma forma dentro do seu próprio partido, onde os críticos diziam que era demasiado brando com o Primeiro-Ministro socialista, António Costa (Reuters, 27 de novembro de 2021). Um ponto que o próprio Rui Rio reconheceu sem hesitação, onde admitiu que a posição que adotou durante a pandemia lhe trouxe mais adversidades do que apoio:

Foi algo que me custou, obviamente, ainda mais alguns inimigos políticos que eram quem? Eram aqueles que dentro do meu próprio partido, diziam que nós não deveríamos cooperar com o Partido Socialista em rigorosamente nada, porque o partido socialista, por si só era tudo mau. Aí aqueles que não gostavam de mim ainda passaram a gostar menos, porque eu estava a desprezar uma oportunidade única de desgastar o governo.

(Rui Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025)

Entre as críticas que lhe foram dirigidas, Rio destacou expressões que circulavam tanto em setores internos do PSD como no espaço mediático, onde era retratado como: “um líder fraco, que na prática não queria ser PM, queria era ser vice-PM do Costa, que era um empregado do PS. Que o PSD não era PSD, mas era PS(b)” mas também de indivíduos que o acusavam de não ter uma postura de líder da oposição: “este tipo é fraco, este tipo não bateu no PS aquilo que o PS merece levar” (Rui Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025). Num caso que o próprio Rui Rio apelidava de curioso: “O que, curiosamente,

quando era presidente da Câmara do Porto era criticado por ser muito duro, ...” (Rui Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025). No entanto, a violência retórica das acusações que lhe eram impostas, não só contrariou a cultura dominante do confronto político, como rompeu com as expectativas mais enraizadas no seio do partido. Perante este ambiente de contestação, Rio reconhece que só conseguiu preservar a sua estratégia graças às suas convicções pessoais, “A minha grande arma para me vacinar contra essas pressões é no fundo a minha convicção (...) pensar que estava a defender o interesse coletivo dava-me uma força muito grande” (Rui Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025). O que mais uma vez provava que a posição ímpar do PSD, se baseava em grande parte na figura de Rio, dado que dispunha de pouquíssimo apoio interno. Uma posição igualmente reconhecida pelos seus apoiantes dentro do partido, como Carlos Eduardo Reis que mencionava:

Rui Rio é, muitas vezes, criticado por não fazer oposição. Quando não é criticado por isso, é criticado pela oposição que faz. Quando não é criticado pela oposição que faz é criticado pelo tom que usou. Quando não é criticado pelo tom que usou é criticado pelo timing que escolheu. E se não for criticado por nada disto será, inevitavelmente, criticado por outra coisa qualquer.

(Reis, 2020, para. 3),

Mais uma vez estas declarações demonstravam as mais variadas críticas a que esteve sujeita a atuação do líder social-democrata. Mas o maior expoente dos confrontos internos que existiam no seio do PSD deve ser atribuído ao anúncio da candidatura de Paulo Rangel à liderança do PSD em 2021, após ter apoiado Rui Rio em 2020 (Lusa, 15 de outubro de 2021). A candidatura de Paulo Rangel, personificava o descontentamento de vários setores do PSD que se opunham fortemente à posição de cooperação que Rui tinha adotado perante o executivo liderado por António Costa. Paulo Rangel encabeçava diretamente esses setores mais críticos, ao acusar diretamente Rui Rio de não ter efetuado uma “oposição firme”, e ao salientar que o líder social-democrata detinha uma enorme facilidade para dialogar com o executivo socialista, “Sei que há outros que gostam de trabalhar em cenários, há pessoas que gostariam de ser vice-primeiros-ministros, eu quero ser primeiro-ministro” (DN, 5 de novembro de 2021). Esta contestação nunca diminuiu verdadeiramente, e apenas ficou atenuada com o resultado das eleições internas do PSD, que viriam a culminar com a vitória de Rui Rio. No entanto, a margem de vitória não deixa sombra para dúvidas quanto à existência de uma forte contestação interna. Pese embora a vitória, Rui Rio derrotou Paulo Rangel apenas por 1.746 votos, o que resultou na vitória mais curta de sempre na história

das eleições diretas do PSD (Lusa, 30 de novembro de 2021), e num espelho para a divisão que existia dentro do partido.

Se no segundo capítulo, ainda não era possível afirmar com alguma segurança o estilo de liderança de Rui Rio, com os dados da entrevista e dos meios de comunicação institucionais do PSD, a probabilidade de enquadrar Rui Rio num estilo de liderança que verdadeiramente o caracterize aumentam. Segundo Burns (1978), os líderes e os seus seguidores ajudam-se mutuamente, e foi exatamente isso que Rio fez durante a pandemia. Rui Rio mostrou-se um líder de oposição incontornavelmente colaborativo, e com uma preocupação notória para os destinos da nação, numa atitude que o próprio considerava “Nobre” (Rui Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025). Embora tenha sido amplamente criticado por membros do seu partido, era reconhecido pelos seus apoiantes fora da esfera partidária como um líder que colocava os interesses do país à frente dos o próprio partido (Reuters, 27 de novembro de 2021). De acordo com Burns (1978), os líderes transformacionais, tendem a transcender os seus objetivos pessoais em nome do bem comum, uma característica que se ajusta perfeitamente ao posicionamento de Rio durante a pandemia, como também fica claro nas suas palavras:

Nenhum de nós tinha a certeza de qual era melhor estratégia, e eles estavam a arriscar numa que podia ser a melhor ou não. Não era lícito da minha parte vir criticar isso, portanto, digamos que estava implícito na forma de atuar, e depois uma certa unidade naquilo que era a comunicação. E se o governo apostava numa dada medida e pedia que as pessoas cumprissem tudo no âmbito dessa medida, era óbvio e lógico que nos viéssemos dizer exatamente a mesma coisa, no sentido de sensibilizar as pessoas para a unidade do combate. Acho que isso era muito importante em Portugal para o problema que tínhamos pela frente.

(Rui Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025)

Todos estes elementos aproximam Rui Rio do conceito de liderança transformacional tal como definida por Burns (1978).

## Capítulo 4 – Discussão dos Resultados

A análise sistemática dos dados recolhidos permitiu identificar um conjunto de dinâmicas fundamentais para a compreensão dos fatores que estiveram na origem da postura adotada pelo PSD durante os vários estados de emergência impostos durante a pandemia de COVID-19. A discussão presente neste capítulo tem como objetivo responder à pergunta de investigação que orienta este estudo: “O que levou o PSD a manter uma comunicação colaborativa e o apoio ao governo durante a crise de COVID-19?” Para além disso, será possível inferir ou não as duas hipóteses que foram levantadas no decorrer desta dissertação: Hipótese 1: “A liderança de Rui Rio foi um fator determinante para a postura colaborativa do PSD com o governo durante a pandemia de COVID-19”; Hipótese 2: “A postura colaborativa foi coerente entre todos os atores políticos do PSD”.

Embora o contexto político português tenha registado episódios de colaboração entre o PSD e o PS no passado, sobretudo em períodos de grande recessão económica como o período provocado pela queda do Lehman Brothers e a consequente entrada da TROIKA no país (Afonso et al., 2015), nenhum desses momentos atingiu a intensidade, a complexidade ou a duração observada durante a pandemia de COVID-19. O surgimento da pandemia em Portugal, inaugurou efetivamente uma nova dinâmica política para a realidade portuguesa, a forte e entrelaçada colaboração entre os dois maiores partidos do sistema. Até à data do decreto do primeiro estado de emergência, a relação do PSD para com o PS, não apresentava nenhuma nuance significativa e, prevalecia a dinâmica típica de crítica e de oposição que se espera, à partida, do partido líder da oposição (Anexo II). No entanto com a chegada da pandemia de COVID-19 e com especial destaque para o dia 18 de março de 2020 aquando da declaração de Rui Rio: “No combate a esta calamidade, o PSD não é oposição, é colaboração” (Povo Livre 2020, 25 de março, p. 2), uma declaração que seria o prefácio de muitos momentos de colaboração do PSD com o executivo socialista, mas também da posição ímpar do PSD.

Desde a declaração de Rio, a mudança comunicacional do PSD foi notória, tanto nos dados recolhidos do jornal Povo Livre, quanto nos dados recolhidos site do PSD, ambos os meios de comunicação do partido, demonstraram que durante os dois primeiros meses da pandemia a comunicação do PSD assumiu uma nova forma. Das 30 notícias recolhidas no site que continham declarações de atores políticos do PSD, 29 delas foram colaborativas. Durante os dois primeiros meses (março a abril de 2020), o PSD posicionou-se efetivamente como um partido extremamente colaborativo, tendo votado favoravelmente para a

imposição de todos os estados de emergência, e manifestado apoio público às principais medidas governativas dos socialistas que pretendiam combater a pandemia.

Contudo, a comunicação e a colaboração não foram simétricas entre todos os atores políticos do Partido Social Democrata. A comunicação de Rui Rio assumiu de forma destacada o posicionamento mais colaborativo ao longo de toda a pandemia. No site institucional do Partido Social Democrata, Rui Rio protagonizou 70% de declarações colaborativas (D1), em contraste com apenas 30% por parte dos deputados. Já no jornal, e pese embora a discrepância entre o número de registos de Rui Rio (38) e dos deputados (5), todos os títulos de tom positivo (T1) são atribuídos ao líder social-democrata, o que não deixa de ser curioso. No entanto, a pequena amostra de deputados, não permite análises muito profundas. Todavia não deixa de ser relevante, a falta de destaque colaborativo que é dada a outros atores políticos do PSD.

No Povo Livre, o tom colaborativo também é mais filtrado, e surge muitas vezes na forma de colaboração crítica (PD2), sobretudo nos temas da saúde pública e em fases mais crítica da gestão da pandemia. De facto, a maior incidência desta métrica (PD2) dá-se em janeiro e fevereiro, num momento em que a crise pandémica estava a afetar com bastante intensidade os portugueses e já se notava igualmente algum desgaste com o governo socialista. Nos temas económicos, por sua vez, mesmo Rui Rio assume um registo claramente mais crítico (8 em 13, 61,5% de PD3). Mas estes valores, podem ser compreendidos à luz de alguns fatores. Primeiramente, as declarações positivas, surgem da aprovação do orçamento suplementar, que foi aprovado pelos sociais-democratas para auxiliar no combate à pandemia. De seguida, as críticas residem principalmente em três fatores o resgate da TAP, a injeção de capital no Novo Banco e a discussão do Orçamento de Estado. Curiosamente, estes temas, surgem em momentos em que a pandemia não possuía tanta força, e Rui Rio não teve dificuldade em demonstrar as suas críticas. Já nos momentos de ascensão da crise o mesmo não aconteceu, e existiu um regresso à colaboração, embora no jornal seja retratada de forma mais ambígua que no site do PSD, onde a colaboração voltou a ser praticamente plena. No site do partido os picos de colaboração registados coincidem com os momentos de maior gravidade da crise pandémica, mas a presença dos atores políticos do PSD com registos mais críticos contribui para a existência de uma maior diversidade de posicionamentos.

A distribuição mais heterogénea do tom das declarações de Rui Rio é particularmente reveladora quando confrontada com a evolução discursiva dos atores políticos, que rapidamente regressaram a uma postura crítica a partir de maio de 2020. Este regresso a posições críticas de uma forma mais célere, incute a ideia de que, apesar da forte

marca pessoal de Rui Rio, a colaboração do PSD não foi absoluta nem incondicional. E elucida igualmente que, este fenómeno colaborativo dependeu quase exclusivamente da persistência pessoal de Rui Rio, e não necessariamente de uma convicção partilhada dentro do seio do partido. Mas existe outro fator muito curioso nos dados recolhidos no site do PSD. Nos meses de verão, quando se dá a saída dos temas ligados à saúde pública dos holofotes mediáticos e a conseqüente retração das declarações positivas dos atores políticos, existe uma correspondência ainda que possa ser autónoma com os dados do *Government at a Glance 2021*, que retratam a confiança no governo. Estes dados revelam uma descida da confiança no governo, que se situava em 6,1 (escala: 1 a 10) em maio e abril, para 5,4 nos meses de verão. Num dado que acima de tudo demonstra a importância que a colaboração do Partido Social Democrata assumiu na gestão da pandemia para a preservação da confiança no governo.

Por sua vez, a análise das notícias de destaque no Povo Livre revelam, a existência de uma estratégia de comunicação que ao contrário da visionada no site, articula de forma muito mais uniforme os momentos de colaboração plena (PD1) com os momentos de colaboração crítica (PD2) e ainda, com os momentos de oposição explícita (PD3), com cerca de um terço das declarações para cada um dos indicadores. O padrão que se parece replicar de forma mais uniforme é o das intervenções críticas dos atores políticos. Os atores políticos do PSD, são responsáveis por 77,8% das críticas mais duras (D3) e no Povo Livre, embora pouco presentes, assumiram sobretudo atitudes mais críticas (PD2 e PD3), que representam 80% do total das suas declarações.

A diferença expressiva entre o líder e os restantes membros do partido ganha ainda maior profundidade quando analisada à luz da entrevista realizada ao ex-líder social-democrata. Rui Rio assume a sua postura de colaboração como uma decisão pessoal, ética e muito fundamentada na sua maneira de ser e no que considerava ser a melhor estratégia para o país, e não fruto de uma mera tática política ou mesmo da existência de um acordo formal com o Governo. Para além disso, a postura de Rio não decorre de um cálculo eleitoral, mas da sua visão sobre a responsabilidade do maior partido da oposição num momento que ficou caracterizado pela emergência nacional. Como o próprio afirmou, “Não concedo que naquela circunstância pudesse ter agido de forma diferente” (Rui Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025). Rui Rio, tentou ao longo da pandemia e sobretudo nos momentos mais críticos da situação sanitária, mobilizar o partido e o seu espaço mediático em torno de valores superiores ao interesse pelos ganhos políticos imediatos que se comprovam no aumento das suas declarações colaborativas, mas também nas das atitudes colaborativas nos momentos mais difíceis da pandemia.

O estilo de liderança de Rio que definimos como transformacional (Burns, 1978; Bass & Riggio, 2006), terá aqui tido um papel fundamental, especialmente na configuração da comunicação e da ação política que tentou implementar no PSD. O alinhamento entre o seu estilo de liderança e a sua personalidade poderá ter sido fulcral, para a manutenção do espaço colaborativo que se vivenciou em Portugal. Todavia, as decisões de Rio custaram-lhe inúmeras adversidades internas, que o próprio não oculta “incentivo e apoio para continuar na mesma linha, dentro do partido, quase nenhum” (Rui Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025). A sua dimensão colaborativa recebeu explicitamente mais apoio fora do partido que dentro, prova disso são as notícias dos meios de comunicação italianos que salientavam a postura excecional de Rui Rio, e igualmente a atribuição do prémio “Lorca, Guerra da Cal, Blanco Amor” em Espanha, que se destinou à sua postura de enorme responsabilidade (Rodrigues, 2022). A colaboração do líder social-democrata foi tão única, que mesmo o Primeiro-Ministro espanhol destacou a sua figura prestativa, à data Pedro Sánchez, elogiou a cooperação em Portugal, naquela que era uma crítica direta aos partidos do parlamento espanhol que não seguiram o mesmo caminho visto em Portugal (Peralta-Santos et al., 2021).

A oposição de figuras como Paulo Rangel e os resultados das eleições no PSD ocorridas após a quebra de colaboração com o executivo, confirmam que a posição de colaboração do PSD não foi homogénea. A leitura dos dados do site do PSD aponta no mesmo sentido, visto que a maioria dos deputados rapidamente retomou a posturas mais críticas face ao executivo socialista. Esta ambivalência, é mais notória quando os dados revelam que embora os deputados continuem a acompanhar a posição institucional do partido em janeiro de 2021, as notícias que possuem os deputados como figura política dominante, estão várias vezes ligadas a críticas implícitas ao executivo, antes de garantirem que o PSD irá continuar a apoiar as medidas de apoio ao combate à pandemia.

Rui Rio, nos dados recolhidos, é sem sombra de dúvidas, o elemento mais colaborativo do PSD, no site, é o autor de quase todas as declarações colaborativas (71,4%), e no jornal Povo Livre é de longe a figura mais retratada nos momentos colaborativos. Além disso, na entrevista, afirma que a sua escolha pela colaboração foi uma decisão individual, consciente e ética, não fruto de cálculos políticos, nem de um alinhamento explícito com o PS. O fenómeno de colaboração, terá sido um fenómeno induzido por Rui Rio e sustentado contra a corrente, como confirmam as suas próprias palavras:

Também me dificultou naturalmente a minha ação enquanto líder da oposição, porque, se eu tomei essa atitude, tive ali um tempo largo em que não fiz a oposição para destacar o governo em nome desse interesse nacional, essa é a parte negativa.

A parte positiva é o facto de me poder ter comportado como me comortei, e poder constituir um exemplo nessa matéria para outros. Por exemplo, eu não sei se teve grande efeito ou não, ou seja, se as pessoas deram mais valor à minha atitude, como foi dada no estrangeiro, ou se foi dado mais valor às críticas que me fizeram porque não fazia uma oposição radical, olhe, não sei. Fica na consciência de cada um. Mas eu pude mostrar um pouco mais de mim mesmo. Da forma como eu sou.

(Rui Rio, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2025).

Sem a liderança de Rui Rio, dificilmente o PSD teria sustentado durante um período tão extenso a sua comunicação institucionalmente colaborativa. Mas as atitudes de colaboração com o governo também não teriam resistido para lá dos dois meses iniciais (março e abril) de colaboração a diferença no tom das declarações entre os atores políticos após a fase inicial da pandemia reforça esta ideia. Mas as adversidades que Rio sofreu também. E por este motivo, é possível inferir que a primeira hipótese: “A liderança de Rui Rio foi um fator determinante para a postura colaborativa do PSD com o governo durante a pandemia de COVID-19”, é confirmada.

Todavia, é sempre importante reconhecer algumas limitações desta dimensão de análise. Os dados recolhidos centram-se sobretudo na entrevista a Rui Rio e nos canais institucionais do partido (site e jornal Povo Livre). Embora estas fontes possam ser muito úteis para compreender as oscilações comunicacionais e colaborativas do Partido Social Democrata, deixam de fora outras dimensões como as redes sociais ou mesmo os media mais tradicionais onde existiriam centenas de declarações de vários atores políticos do PSD que poderiam compor a liderança do PSD e ter impactado igualmente na decisão desta estratégia. Fica também em falta a realização de entrevistas a outros membros da liderança do PSD, que poderiam dar novas visões a este estudo.

No que respeita à segunda hipótese: “A postura colaborativa foi coerente entre todos os atores políticos do PSD.”

Os resultados sugerem que o estilo de comunicação colaborativa não foi transversal a todo o grupo parlamentar do PSD, nem a todos os atores políticos. A predominância colaborativa de Rui Rio é inegável. Enquanto o líder do partido, ao longo das 35 notícias, é colaborativo (D1) 25 vezes (71,4%) os atores políticos ao longo de 33 notícias só são colaborativos (D1) 11 vezes (33,3%). Para reforçar este dado é pertinente mencionar que, a generalidade destas notícias com declarações positivas, acontecem nos primeiros meses da pandemia (março-maio de 2021), e após este período os atores políticos abandonam

praticamente a sua postura mais colaborativa. De facto os deputados seguem muito mais de perto a tendência europeia baseada na colaboração nos momentos iniciais, que posteriormente se traduziu em críticas generalizadas aos governos, do que seguem a tendência colaborativa de Rui Rio que regressou a posições de maior cooperação sempre que a crise de COVID-19 se agravou. Se no site, os dados não deixam dúvidas, a amostra dos deputados no Povo Livre é demasiado residual e impede conclusões absolutas sobre o grau de alinhamento discursivo de todo o grupo parlamentar. Contudo, os dados do Povo Livre, apontam para uma clara predominância do discurso colaborativo por parte de Rui Rio, enquanto os atores políticos, quando possuem visibilidade no jornal, tendem a possuir registos mais críticos. Deste modo, a hipótese dois só pode ser apenas validada parcialmente, visto que os deputados só seguem a linha colaborativa na fase inicial da pandemia, indicando que a coerência colaborativa, é essencialmente uma característica do discurso da liderança, e não do coletivo parlamentar num todo.

## Conclusão

Esta dissertação estabeleceu como objetivo central compreender os motivos que permitiram, ao longo dos vários estados de emergência que vigoraram em Portugal, a manutenção da colaboração do Partido Social Democrata com o Partido Socialista.

Importa, em primeiro lugar, clarificar o papel do fenómeno "*rally 'round the flag'*" na génese da colaboração social-democrata. A relevância de retomar a este conceito teórico, justifica-se pela necessidade de o descartar como o fator catalisador da duração da cooperação entre o PSD e o PS. O "*rally 'round the flag'*" teve, de facto um papel relevante na formação inicial do apoio entre do PSD ao governo do Partido Socialista no início da pandemia, o que se refletiu nos elevados níveis de confiança pública nas instituições democráticas e na aproximação entre os dois partidos.

Contudo, a natureza temporária do efeito "*rally 'round the flag'*" (Mueller, 1973) não permite explicar a continuidade da colaboração entre os dois antagonistas do sistema político português. Neste sentido, o fenómeno de "*rally 'round the flag'*" foi considerado como um fator explicativo da fase inicial da colaboração, essencialmente restrita aos dois primeiros meses da pandemia, mas que mostrou insuficiente para justificar a sua extensão durante o período em que vigoraram os sucessivos estados de emergência (março de 2020 a abril de 2021).

Para que a análise deste fenómeno fosse possível e possuísse a profundidade necessária à sua compreensão, recorreram-se a três fontes de dados inter-relacionadas: uma entrevista ao Dr. Rui Rio, que permitiu aceder à perspetiva direta da Partido Social Democrata; a análise do site oficial do partido, enquanto canal de comunicação institucional e plataforma de divulgação de posicionamentos oficiais do partido; e a análise do jornal Povo Livre, órgão de comunicação interno do PSD, que permitiu acompanhar a evolução do discurso e das atitudes partidárias ao longo do período em estudo. Para a compreensão deste fenómeno de colaboração, foram formuladas duas hipóteses que permitiram navegar pelas especificidades do caso português, e o que o levou a ter um rumo tão distinto daquele registado nos seus pares sul europeus. A primeira hipótese formulada para responder a estas questões foi a seguinte: A liderança de Rui Rio foi um fator determinante para a postura colaborativa do PSD com o governo durante a pandemia de COVID-19.

Neste sentido, os dados são inequívocos. A liderança de Rui Rio foi fulcral para a definição da linha colaborativa do PSD durante a pandemia. Tanto nas declarações do site oficial do Partido Social Democrata como no jornal Povo Livre, verifica-se que o tom

colaborativo e a retórica de unidade nacional predominam nas intervenções de Rui Rio, sobretudo nos primeiros meses da crise (março a maio de 2020), quando a saúde pública assumiu centralidade na agenda mediática do partido e do país. Esta linha discursiva voltaria a manifestar-se em janeiro, com o avanço sem precedentes da pandemia de COVID-19. A entrevista realizada a Rui Rio é claríssima quanto a esta questão. O ex-líder social-democrata justifica a sua opção colaborativa como uma decisão ética e centrada nos seus valores pessoais, que assumiu de forma consciente e “quase solitária”, mas que lhe permitiu resistir às pressões internas exercidas sobre si, para adotar uma postura de maior oposição ao executivo socialista. Para resistir às pressões constantes, Rio, baseou-se na sua crença do bem comum, e na convicção de que não seria patriótico tecer críticas à atuação socialista, sem ter a garantia de poder apresentar uma alternativa mais eficaz, num contexto marcado pela crescente incerteza quanto à verdadeira extensão e perigo que estavam associados à pandemia de COVID-19.

Na visão de Rui Rio e dos seus princípios basilares, a estabilidade nacional era o imperativo que se sobrepunha a qualquer ganho político e que norteou a sua linha de colaboração. Rui Rio, foi um líder de oposição muito distinto daqueles que marcam o dia a dia mediático da atualidade. Rio, possuiu a capacidade de transcender as lógicas partidárias da oposição, para lutar pela sobrevivência do sistema político português, ao munir a sua retórica de vários apelos à unidade nacional, como, por exemplo: “a prioridade do PSD, é fazer oposição ao vírus e não ao executivo socialista” (Povo Livre, 2020, 1 de abril, p. 2). Em consonância com os dados recolhidos, confirma-se que a primeira hipótese deste estudo é validada. Rui Rio é sem sombra para dúvidas, o pilar basilar de toda a colaboração do partido. Sem a sua figura, não existiria a possibilidade do PSD ter adotado esta posição cooperativa.

A análise do percurso colaborativo do PSD seria incompleta sem considerar a segunda hipótese que norteou este estudo: “A postura colaborativa foi coerente entre todos os atores políticos do PSD”.

O cenário altamente colaborativo que marcou a retórica de Rui Rio, não se pode atribuir aos deputados do Partido Social-Democrata da mesma forma. Os seus momentos de maior colaboração estão circunscritos aos primeiros dois meses da pandemia. Fora deste período, as suas declarações centram-se em posições que seguem a linha definida pela liderança do partido, mas sempre com recurso a críticas ao executivo socialista. Após a fase inicial, verifica-se um afastamento progressivo da postura colaborativa por parte do grupo parlamentar e dos atores políticos e fica patente a maior ênfase no escrutínio crítico que estes exerceram sobre a atuação do governo.

Os atores políticos do PSD adotaram claramente uma posição mais crítica ao governo socialista. Os quadros políticos dos sociais-democratas, abordaram de forma recorrente os constrangimentos associados à resposta governamental, nomeadamente em matérias de saúde pública e, com particular insistência, nas áreas da economia. Neste domínio, o tom crítico intensifica-se e reflete não só as divergências políticas do PSD em relação ao PS, mas também as preocupações internas relativamente ao impacto medidas económicas implementadas pelo executivo. É de ressaltar, no entanto, que mesmo com todas as contestações internas, a bancada parlamentar do PSD, não abandonou por completo a lógica colaborativa definida pela liderança, e mantiveram sempre nas suas declarações, a garantia de que o PSD continuaria a apoiar as medidas institucionais pela importância que estas representavam para o país no combate à pandemia. Por este mesmo motivo, a segunda hipótese apenas pode ser validada parcialmente. O estilo colaborativo está longe de ser uma marca de todo o grupo parlamentar. No cômputo geral, pode afirmar-se efetivamente que a colaboração dos deputados com o governo foi, na melhor das hipóteses, circunstancial e motivada pela excecionalidade do momento inicial.

Todos os dados recolhidos apontam no mesmo sentido, não foi a força conjuntural do “rally ‘round the flag” que permitiu ao Partido Social Democrata manter uma comunicação colaborativa e o apoio ao governo ao longo da pandemia, mas sim a liderança ímpar de Rui Rio. Esta dissertação demonstra igualmente que o fenómeno da colaboração não se estendeu de forma consistente a todos os atores políticos do PSD, cuja postura, após a fase inicial, se orientou progressivamente em direção ao escrutínio e à crítica. A colaboração do Partido Social Democrata foi, pois, mais um produto da ação individual da liderança de Rui Rio do que um efeito da adesão coletiva e estruturada à lógica concertada de apoio ao executivo socialista.

Consequentemente, a resposta à pergunta de investigação: “O que levou o PSD a manter uma comunicação colaborativa e o apoio ao governo durante a crise de COVID-19?”, encontra-se distintivamente e explicitamente expressa na centralidade da liderança ímpar de Rui Rio e na sua conceção do papel de um líder da oposição em momentos de crise nacional. Sem a sua resiliência e força interna para resistir às adversidades que lhe foram impostas e à hipótese de ganhos políticos imediatos, o Partido Social Democrata dificilmente poderia ter mantido a sua postura e comunicação colaborativa com o executivo socialista, sobretudo tendo em conta as dissidências internas que existiam dentre os restantes atores políticos.

Todavia, é necessário e mesmo crucial reconhecer algumas limitações desta dissertação. A escolha dos dados, embora adequada para o fenómeno em análise, exclui

várias dimensões que seriam igualmente relevantes para a compreensão mais abrangente do fenómeno colaborativo encenado do Partido Social Democrata. Desde logo, as fontes utilizadas, ainda que os meios institucionais do partido forneçam uma imagem clara da sua linha oficial, a sua validade só poderia sair fortalecida através da integração de outras fontes capazes de atribuírem mais detalhes e nuances à atuação do PSD. A integração de uma análise de dados provenientes das redes sociais dos atores políticos, poderia por exemplo, admitir uma visão mais completa deste fenómeno colaborativo. Pese a importância cabal da entrevista a Rui Rio, o líder de um partido, pode não traduzir todas as diretrizes de atuação internas, pelo que a realização de outras entrevistas teria contribuído para reforçar a consistência das repostas encontrada. Por fim, esta dissertação teria indiscriminadamente beneficiado da análise do papel desempenhado pela baixa polarização política existente em Portugal, o que ajudaria a compreender, que outras dinâmicas podem ter influenciado a manutenção da comunicação e da atitude colaborativa do Partido Social Democrata.

Em linha com o parágrafo anterior, investigações futuras poderiam incidir no estudo da verdadeira dimensão das clivagens internas do Partido Social Democrata durante o período da pandemia, e analisar de que forma essas clivagens resultaram ou não, na atenuação da atitude colaborativa do partido. Para além desta vertente, seria de igual forma pertinente analisar os custos que a pandemia pode ter incutido no aumento da polarização ideológica no panorama político-partidário português. Além disso, seria muito pertinente analisar como se comportaram os líderes de oposição e os partidos políticos em sociedades democráticas que, à data eram marcadas pelos mesmos fatores de baixa polarização, e entender como foi a sua atuação ao longo da pandemia, e não apenas no momento inicial.

Por fim, cabe referir que esta dissertação visou dar um contributo para o conhecimento dos motivos que sustentam as relações interpartidárias em momentos de crise, tendo chegado à conclusão de que em crises futuras, a sustentabilidade de uma oposição colaborativa dependerá menos de situações excecionais e mais da capacidade das lideranças para mobilizarem consensos internos e externos.

## Bibliografia

Afonso, A., Zartaloudis, S., & Papadopoulos, Y. (2015). How party linkages shape austerity politics: Clientelism and fiscal adjustment in Greece and Portugal during the eurozone crisis. *Journal of European Public Policy*, 22(3), 315–334.

Antwi-Boasiako, J., & Nyarkoh, E. (2021). Government communication during the COVID-19 pandemic in Ghana. *International Journal of Public Administration*, 44(13), 1175–1188.

Aparício, J. T., Sequeira, J. S. de, & Costa, C. J. (2021). Emotion analysis of Portuguese political parties' communication over the COVID-19 pandemic. In A. Rocha, R. Gonçalves, F. G. Peñalvo, & J. Martins (Eds.), *Proceedings of CISTI 2021 – 16th Iberian Conference on Information Systems and Technologies* (pp. 1–6).

Bækgaard, M., Christensen, J., Madsen, J. K., & Mikkelsen, K. S. (2020). Rallying around the flag in times of COVID-19: Societal lockdown and trust in democratic institutions. *Journal of Behavioral Public Administration*, 3(2).

Baker, W. D., & Oneal, J. R. (2001). Patriotism or opinion leadership? The nature and origins of the “rally ’round the flag” effect. *Journal of Conflict Resolution*, 45(5), 661–687.

Barbieri, P. N., & Bonini, B. (2021). Political orientation and adherence to social distancing during the COVID-19 pandemic in Italy. *Economia Politica*, 38(2), 483–504.

Bass, B. M., & Riggio, R. E. (2006). *Transformational leadership* (2nd ed.). Psychology Press.

Baum, M. A. (2002). The constituent foundations of the rally-round-the-flag phenomenon. *International Studies Quarterly*, 46(2), 263–298.

Beilstein, C. M., Lehmann, L. E., Braun, M., Urman, R. D., Luedi, M. M., & Stüber, F. (2021). Leadership in a time of crisis: Lessons learned from a pandemic. *Best Practice & Research Clinical Anaesthesiology*, 35(3), 405–414.

Belchior, A. M., Santana-Pereira, J., Teixeira, C. P., Martins, N., Brás, T., & Moniz, J. (2023). *The political impacts of the COVID-19 pandemic in Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Bennett, W., & Livingston, S. (2020). *The disinformation age*. Cambridge University Press.

Bernacer, J., García-Manglano, J., Camina, E., & Güell, F. (2021). Polarization of beliefs as a consequence of the COVID-19 pandemic: The case of Spain. *PLoS ONE*, 16(7).

Bhalla, A. S. (2021). Leadership challenges and the COVID-19 pandemic. *ORF Occasional Paper*, 299, 16.

Bitonti, A., Marchetti, R., & Mariotti, C. (2023). Did COVID-19 change the political communication of polarizing leaders? The case of Salvini's campaigning before and after the pandemic. *European Journal of Communication*, 38(4), 380–397

Boin, A. (2009). The new world of crises and crisis management: Implications for policymaking and research. *Review of Policy Research*, 26(4), 367–377

Boin, A., 't Hart, P., McConnell, A., & Preston, T. (2010). Leadership style, crisis response and blame management: The case of Hurricane Katrina. *Public Administration*, 88(3), 706-723.

Boin, A., McConnell, A., & 't Hart, P. (2008). *Governing after Crisis: The Politics of Investigation, Accountability and Learning*. Cambridge: Cambridge University Press.

Boin, A., 't Hart, P., Stern, E., & Sundelius, B. (2005). The politics of crisis management: Public leadership under pressure. *Cambridge University Press*.

Bol, D., Giani, M., Blais, A., & Loewen, P. J. (2021). The effect of COVID-19 lockdowns on political support: Some good news for democracy? *European Journal of Political Research*, 60(2), 497–505.

Bolleyer, N., & Salát, O. (2021). Parliaments in times of crisis: COVID-19, populism and executive dominance. *West European Politics*, 44(5–6), 1103–1128.

Burns, J. M. (1978). *Leadership*. Harper & Row.

Caleiras, J., & Carmo, R. M. (2024). The politics of social policies in Portugal: Different responses in times of crises. *Social Policy & Administration*, 58(7), 1234–1250.

Carothers, T., & O'Donohue, A. (2019). *Democracies divided: The global challenge of political polarization*. Brookings Institution Press.

Carriço Reis, B. (2017). Os conteúdos em análise: Teoria e práticas da análise de conteúdo. In J. Feijó (Coord.), *Metodologias de investigação em ciências sociais* (pp. 205–236). Lisboa: Editora Escola

Charron, N., Lapuente, V., & Rodríguez-Pose, A. (2023). Uncooperative society, uncooperative politics or both? Trust, polarization, populism and COVID-19 deaths across European regions. *European Journal of Political Research*, 62(3), 781–805

Chatagnier, J. T. (2012). The effect of trust in government on rallies 'round the flag. *Journal of Peace Research*, 49(5), 631–645.

Christensen, T., Jensen, M. D., Kluth, M., Kristinsson, G. H., Lynggaard, K., Lægreid, P., Niemikari, R., Pierre, J., Raunio, T., & Skúlason, G. A. (2023). The Nordic governments' responses to the COVID-19 pandemic: A comparative study of variation in governance arrangements and regulatory instruments. *Regulation & Governance*, 17(3), 658–676.

Coleman, R., Thorson, E., & Wilkins, L. (2011). Testing the effect of framing and sourcing in health news stories. *Journal of Health Communication*, 16(9), 941–954.

Colloca, P., Roccato, M., & Russo, S. (2024). Rally 'round the flag effects are not for all: Trajectories of institutional trust among populist and non-populist voters. *Social Science Research*, 119, 102986.

Coman, I. A., Elsheikh, D., Gregor, M., Lilleker, D., & Novelli, E. (2021). Political communication, governance and rhetoric in times of crisis. In D. Lilleker, I. A. Coman, M. Gregor, & E. Novelli (Eds.), *Political communication and COVID-19: Governance and rhetoric in times of crisis* (pp. 1–14). Routledge.

Comfort, L. K., Kapucu, N., Ko, K., Menoni, S., & Siciliano, M. (2020). Crisis decision-making on a global scale: Transition from cognition to collective action under threat of COVID-19. *Public Administration Review*, 80(4), 616–622

Conti, N., Hutter, S., & Nanou, K. (2018). Party competition and political representation in crisis: An introductory note. *Party Politics*, 24(1), 3–9

Cuberos-Gallardo, F. J. (2020). COVID-19 and spatio-temporal disjuncture in the experience of danger. *Social Anthropology*, 28(2), 247–248

De Giorgi, E., & Santana-Pereira, J. (2021). The exceptional case of post-bailout Portugal: A comparative outlook. *South European Society and Politics*, 25(2), 127–150.

De Giorgi, E., Moury, C., & Ruivo, J. P. (2015). Incumbents, opposition and international lenders: Governing Portugal in times of crisis. *The Journal of Legislative Studies*, 21(1), 54–74.

De Vries, C. E., Bakker, B. N., Hobolt, S. B., & Arceneaux, K. (2021). Crisis signaling: How Italy's coronavirus lockdown affected incumbent support in other European countries. *Political Science Research and Methods*, 9(3), 451–467

Dietz, M., Roßteutscher, S., Scherer, P., & Stövsand, L. C. (2021). Rally effect in the Covid-19 pandemic: The role of affectedness, fear, and partisanship. *German Politics*, 32(4), 643–663.

Dinesen, P. T., & Jæger, M. M. (2013). The effect of terror on institutional trust: New evidence from the 3/11 Madrid terrorist attack. *Political Psychology*, 34(6), 917–926

Drinóczi, T., & Bień-Kacała, A. (Eds.). (2020). *Rule of law, common values, and illiberal constitutionalism: Poland and Hungary within the European Union* (1st ed.). Routledge.

Druckman, J. N., Peterson, E., & Slothuus, R. (2013). How elite partisan polarization affects public opinion formation. *American political science review*, 107(1), 57-79.

Fearn-Banks, K. (2010). *Crisis communications: A casebook approach* (4<sup>a</sup> ed.). Routledge.

Gollust, S. E., Nagler, R. H., & Fowler, E. F. (2020). The Emergence of COVID-19 in the US: A public health and political communication crisis. *Journal of Health Politics, Policy and Law*, 45, 967-981.

Gonçalves, G., Piñeiro-Naval, V., & de Sá, S. (2022). Risk communication and disinformation in Portugal: How media consumption affects the understanding of COVID-19 health-protective messages. In R. Tench, J. Meng, & Á. Moreno (Eds.), *Strategic communication in a global crisis: National and international responses to the COVID-19 pandemic* (pp. 112–131). Routledge.

Gonçalves, G., Piñeiro-Naval, V., & Toniolo, B. P. (2021). Who do the Portuguese trust? Government communication management in the COVID-19 pandemic. *Comunicação e Sociedade*, 40, 169–187.

Green, J., Edgerton, J., Naftel, D., Shoub, K., & Cranmer, S. J. (2020). Elusive consensus: Polarization in elite communication on the COVID-19 pandemic. *Science Advances*, 6(28)

Haddon, A., Loughlin, C., & McNally, C. (2015). Leadership in a time of financial crisis: What do we want from our leaders? *Leadership & Organization Development Journal*, 36(5), 612–627.

Hallin, D. C., & Mancini, P. (2004). *Comparing media systems: Three models of media and politics*. Cambridge University Press.

Hegewald, S., & Schraff, D. (2024). Who rallies around the flag? Evidence from panel data during the COVID-19 pandemic. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 34(1), 158–179.

Heifetz, R. A., Grashow, A., & Linsky, M. (2009). *The practice of adaptive leadership: Tools and tactics for changing your organization and the world*. Harvard Business Press.

Hetherington, M. J., & Nelson, M. (2003). Anatomy of a rally effect: George W. Bush and the war on terrorism. *PS: Political Science & Politics*, 36(1), 37–42.

Hyland-Wood, B., Gardner, J., Leask, J., & Ecker, U. K. H. (2021). Toward effective government communication strategies in the era of COVID-19. *Humanities and Social Sciences Communications*, 8.

Iyengar, S., Lelkes, Y., Levendusky, M., Malhotra, N., & Westwood, S. J. (2019). The origins and consequences of affective polarization in the United States. *Annual Review of Political Science*, 22, 129–146.

Jin, Y., & Austin, L. L. (Eds.). (2017). *Social media and crisis communication* (1st ed.). Routledge.

Johansson, B., Hopmann, D. N., & Shehata, A. (2021). When the rally-around-the-flag effect disappears, or: When the COVID-19 pandemic becomes “normalized”. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 31(sup1), 321–334

Jungkunz, S. (2021). Political polarization during the COVID-19 pandemic. *Frontiers in Political Science*, 3.

Kahn, L. (2020). *Who's in charge? Leadership during epidemics, bioterror attacks, and other public health crises*. Praeger Security International.

Kahn, W. A., Barton, M. A., & Fellows, S. (2013). Organizational crises and the disturbance of relational systems. *Academy of Management Review*, 38(3), 377–396.

Kahneman, D., & Tversky, A. (1979). Prospect theory: An analysis of decision under risk. *Econometrica*, 47(2), 263–291.

Kam, C. D., & Ramos, J. M. (2008). Joining and leaving the rally: Understanding the surge and decline in presidential approval following 9/11. *Public Opinion Quarterly*, 72(4), 619–650.

Kim, J. R., & Choi, S. (2021). South Korea: No shutdown, no lockdown. In D. Lilleker, I. A. Coman, M. Gregor, & E. Novelli (Eds.), *Political communication and COVID-19: Governance and rhetoric in times of crisis* (pp. 55–67). Routledge.

Klann, G. (2003). *Crisis leadership: Using military lessons, organizational experiences, and the power of influence to lessen the impact of chaos on the people you lead*. Center for Creative Leadership.

Knudsen, E., Nordø, Å. D., & Iversen, M. H. (2023). How rally-round-the-flag effects shape trust in the news media: Evidence from panel waves before and during the COVID-19 pandemic crisis. *Political Communication*, 40(2), 201–221.

Körösényi, A., Illés, G., & Metz, R. (2016). Contingency and political action: The role of leadership in endogenously created crises. *Politics and Governance*, 4(2), 91–103.

Kritzinger, S., Foucault, M., Lachat, R., Partheymüller, J., Plescia, C., & Brouard, S. (2021). 'Rally round the flag': The COVID-19 crisis and trust in the national government. *West European Politics*, 44(5–6), 1205–1231.

Lelkes, Y. (2016). Mass polarization: Manifestations and measurements. *Public Opinion Quarterly*, 80(S1), 392–410.

Lilleker, D., Coman, I. A., Gregor, M., & Novelli, E. (2021). Political communication and COVID-19: Governance and rhetoric in global comparative perspective. In D. Lilleker, I. A. Coman, M. Gregor, & E. Novelli (Eds.), *Political communication and COVID-19: Governance and rhetoric in global comparative perspective* (pp. 333–350). Routledge.

Liu, B. F., Bartz, L., & Duke, N. (2016). Communicating crisis uncertainty: A review of the knowledge gaps. *Public Relations Review*, 42(3), 479–487.

Liu, B. F., Iles, I. A., & Herovic, E. (2020). Leadership under fire: How governments manage crisis communication. *Communication Studies*, 71(1), 128–147.

Louwerse, T., Sieberer, U., Tuttnauer, O., & Andeweg, R. B. (2021). Opposition in times of crisis: COVID-19 in parliamentary debates. *West European Politics*, 44(5–6), 1025–1051.

Maak, T., Pless, N. M., & Wohlgezogen, F. (2021). The fault lines of leadership: Lessons from the global COVID-19 crisis. *Journal of Change Management*, 21(1), 66–86.

Martínez Fuentes, G., & Natera, A. (2024). When does the parliamentary opposition take to the streets? Social protest against government COVID-19 policy. *West European Politics*, 1–27.

Mazza, J., & Scipioni, M. (2022). The brief rally around the flag effect of COVID-19 in Europe. *Publications Office of the European Union*.

McCoy, J., & Somer, M. (2019). Toward a theory of pernicious polarization and how it harms democracies: Comparative evidence and possible remedies. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 681(1), 234–271.

McLean, H., & Ewart, J. (2015). Hindrance or help? A model for the involvement of politicians in communicating with publics during disasters. *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, 33(2), 228–252.

Moniz, J., Brás, T., Pereira, J. S., & Belchior, A. M. (2024). Much ado about nothing? The COVID-19 pandemic and the spread of populist discourse in Portugal. *Análise Social*, 59, 2–21.

Mudde, C., & Rovira Kaltwasser, C. (2018). *Populism: A very short introduction*. Oxford University Press.

Mueller, J. E. 1973. *War, Presidents, & Public Opinion*. John Wiley & Sons.

Novelli, E. (2021). Italy: The frontrunner of the Western countries in an unexpected crisis. In D. Lilleker, I. A. Coman, M. Gregor, & E. Novelli (Eds.), *Political communication*

and COVID-19: Governance and rhetoric in global comparative perspective (pp. 132–144). Routledge.

Olsson, E. K. (2014). Crisis communication in public organisations: Dimensions of crisis communication revisited. *Journal of Contingencies and Crisis Management*, 22(2), 113–125.

Orriols, L., & León, S. (2020). Looking for affective polarisation in Spain: PSOE and Podemos from conflict to coalition. *South European Society and Politics*, 25(3–4), 351–379.

Palonen, E. (2009). Political polarisation and populism in contemporary Hungary. *Parliamentary Affairs*, 62(2), 318–334

Pearson, C. M., & Clair, J. A. (1998). Reframing crisis management. *Academy of Management Review*, 23(1), 59–76.

Peralta-Santos, A., Saboga-Nunes, L., & Magalhães, P. C. (2021). A tale of two pandemics in three countries: Portugal, Spain, and Italy. In S. L. Greer, E. J. King, E. Massard da Fonseca, & A. Peralta-Santos (Eds.), *Coronavirus politics: The comparative politics and policy of COVID-19* (pp. 361–377). University of Michigan Press.

Pérez Castaños, S., & Mora Rodríguez, A. (2021). Spain: Managing the uncertain while facing economic collapse. In D. Lilleker, I. A. Coman, M. Gregor, & E. Novelli (Eds.), *Political communication and COVID-19: Governance and rhetoric in global comparative perspective* (pp. 139–153). Routledge.

Pirro, A. L. P. (2022). Performing (during) the coronavirus crisis: The Italian populist radical right between national opposition and subnational government. *Government and Opposition*, 1–17.

Reiljan, A. (2020). ‘Fear and loathing across party lines’ (also) in Europe: Affective polarisation in European party systems. *European Journal of Political Research*, 59(2), 376–396.

Rivas-de-Roca, R., García-Gordillo, M., & Rojas-Torrijos, J. L. (2021). Communication strategies on Twitter and institutional websites in the Covid-19 second wave: Analysis of the governments of Germany, Spain, Portugal, and the United Kingdom. *Revista Latina de Comunicación Social*, 79, 49–72.

Rodríguez Teruel, J., del Pino, E., & Real-Dato, J. (2022). The limits of power concentration and expert knowledge in emergency management: Spain's government response during the first phase of the COVID-19 pandemic. *South European Society and Politics*, 27(4), 487–519.

Rosenthal, U., Charles, M. T., & 't Hart, P. (1989). *Coping with crises: The management of disasters, riots, and terrorism*. Charles C Thomas Publisher.

Rovira Kaltwasser, C., & Taggart, P. (2022). The populist radical right and the pandemic. *Government and Opposition*, 1–21.

Royo, S. (2020). Responding to COVID-19: The case of Spain. *European Policy Analysis*, 6(2), 180–190.

Russo, L., & Valbruzzi, M. (2022). The impact of the pandemic on the Italian party system: The Draghi government and the 'new' polarisation. *Contemporary Italian Politics*, 14(2), 172–190.

Rydzewska, A. (2021). Impact of the COVID-19 pandemic on the relations between government and parliamentary opposition in Spain. *Polish Political Science Yearbook*, 50, 1–11.

Santana-Pereira, J., & De Giorgi, E. (2023). 'Your luck is our luck': COVID-19, the radical right and low polarisation in the 2022 Portuguese elections. *South European Society and Politics*, 27(2), 305–327.

Santana-Pereira, J., Dias, A., & De Giorgi, E. (2024). The importance of being responsible: Parliamentary opposition behaviour during the COVID-19 pandemic in Portugal. *European Political Science*, 24, 12–23.

Schraff, D. (2021). Political trust during the COVID-19 pandemic: Rally around the flag or lockdown effects? *European Journal of Political Research*, 60(4), 1007–1017.

Sellnow, T. W., & Seeger, M. W. (2013). *Theorizing crisis communication*. John Wiley & Sons.

Silva, P., Costa, E., & Moniz, J. (2021). A Portuguese miracle: The politics of the first phase of COVID-19 in Portugal. *South European Society and Politics*, 27(4), 521–549.

Sniderman, P. M., Petersen, M. B., Slothuus, R., Stubager, R., & Petrov, P. (2019). Reactions to terror attacks: A heuristic model. *Political Psychology, 40*, 245–258.

Stake, R. E. (2005). Qualitative case studies. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The Sage handbook of qualitative research* (3rd ed., pp. 443–466). Sage Publications.

Steppat, D., Castro Herrero, L., & Esser, F. (2021). Selective exposure in different political information environments: How media fragmentation and polarization shape congruent news use. *Digital Journalism, 9*(9), 1240–1260.

Taber, K. S. (2014). Methodological issues in science education research: A perspective from the philosophy of science. In M. R. Matthews (Ed.), *International Handbook of Research in History, Philosophy and Science Teaching* (Vol. 3, pp. 1839–1893). Springer.

Teufel, M., Schweda, A., Dörrie, N., Musche, V., Hetkamp, M., Weismüller, B., ... & Skoda, E.-M. (2020). Not all world leaders use Twitter in response to the COVID-19 pandemic: Impact of the way of Angela Merkel on psychological distress, behaviour and risk perception. *Journal of Public Health, 42*(3), 644–646.

Turska-Kawa, A., Csanyi, P., & Kucharčík, R. (2022). From the “rally ‘round the flag” effect to a social crisis of confidence: Poland and Slovakia in the first year of the COVID-19 pandemic. *Comparative Southeast European Studies, 70*(2), 256–275.

Van Bavel, J. J., Baicker, K., Boggio, P. S., Capraro, V., Cichocka, A., Cikara, M., Willer, R. (2020). Using social and behavioural science to support COVID-19 pandemic response. *Nature Human Behaviour, 4*(5), 460–471.

Vande Walle, B., Wolfs, W., & Hecke, S. (2021). Opposition in times of COVID-19 – To support or not to support? *Politics of the Low Countries, 3*, 138–157.

Wade, F. (2021). Australia: A triumph of sorts. In D. Lilleker, I. A. Coman, M. Gregor, & E. Novelli (Eds.), *Political communication and COVID-19: Governance and rhetoric in times of crisis* (pp. 99–108). Routledge.

Watkins, D. V., Clevenger, A. D., & Simons, G. (2021). US political leadership and crisis communication during COVID-19. *Cogent Social Sciences, 7*(1),

Wondreys, J., & Mudde, C. (2022). Victims of the pandemic? European far-right parties and COVID-19. *Nationalities Papers, 50*(1), 86–103.

Woods, J. (2011). The 9/11 effect: Toward a social science of the terrorist threat. *The Social Science Journal*, 48(2), 213–233.

Yam, K. C., Jackson, J. C., Barnes, C. M., Lau, J., Qin, X., & Lee, H. Y. (2020). The rise of COVID-19 cases is associated with support for world leaders. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 117(41), 25429–25433.

Zanotti, L., & Turnbull-Dugarte, S. J. (2022). Surviving but not thriving: VOX and Spain in times of COVID-19. *Government and Opposition*, 58(2), 388–407.

## Webgrafia

Antena 1. (2021, 26 de maio). *Ventura: "Rui Rio não tem conseguido fazer o seu papel de oposição à direita"*. RTP Notícias. [https://www.rtp.pt/noticias/politica/ventura-rui-rio-nao-tem-conseguido-fazer-o-seu-papel-de-oposicao-a-direita\\_a1323129](https://www.rtp.pt/noticias/politica/ventura-rui-rio-nao-tem-conseguido-fazer-o-seu-papel-de-oposicao-a-direita_a1323129)

European Commission. (2021). *Standard Eurobarometer 94: Winter 2020–2021. Public opinion in the European Union (EB94)*. Directorate-General for Communication. <https://europa.eu/eurobarometer>

Expresso. (2020, 22 de abril). Cotrim Figueiredo critica burocracia socialista em tempos de crise. *Postal*. <https://postal.pt/nacional/cotrim-figueiredo-critica-burocracia-socialista-em-tempos-de-crise/>

Expresso. (2020, 28 de maio). Governo destaca “Estado Social forte” na resposta à COVID-19. Oposição contesta e aponta falhas. *Expresso*. <https://expresso.pt/politica/2020-05-28-Governo-destaca-Estado-Social-forte-na-resposta-a-COVID-19.-Oposicao-contesta-e-aponta-falhas>

Fukuyama, F. (2020, 9 de junho). The pandemic and political order. *Foreign Affairs*. <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2020-06-09/pandemic-and-political-order>

Lusa. (2020, 8 de novembro). Iniciativa Liberal acusa governo de “incapacidade” na gestão da pandemia. *Jornal de Negócios*. <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/coronavirus/detalhe/iniciativa-liberal-acusa-governo-de-incapacidade-na-gestao-da-pandemia>

Lusa. (2021, 15 de outubro). Rangel anuncia candidatura e diz que PSD não pode ser mais “o partido da espera”. *Jornal de Negócios*. <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/20211015-0723-rangel-anuncia-candidatura-e-diz-que-psd-nao-pode-ser-mais-o-partido-da-espera>

Lusa. (2021, 15 de outubro). Rangel anuncia candidatura e diz que PSD não pode ser mais o partido da espera. *Jornal de Negócios*. <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/20211015-0723-rangel-anuncia-candidatura-e-diz-que-psd-nao-pode-ser-mais-o-partido-da-espera>

Lusa. (2021, 22 de fevereiro). *Iniciativa Liberal critica falta de preparação do desconfinamento*. *Jornal de Negócios*.  
<https://www.jornaldenegocios.pt/economia/coronavirus/detalhe/iniciativa-liberal-critica-falta-de-preparacao-do-desconfinamento>

Lusa. (2021, 26 de janeiro). Ventura avisa Rio que "ou acorda" ou haverá "mexicanização" do regime. *Jornal de Negócios*.  
<https://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/ventura-avisa-rio-que-ou-acorda-ou-havera-mexicanizacao-do-regime>

Lusa. (2021, 30 de novembro). PSD: Rui Rio venceu Paulo Rangel por 1.746 votos. *CNN Portugal*. <https://cnnportugal.iol.pt/eleicoes-psd/diretas/psd-rui-rio-venceu-paulo-rangel-por-1-746-votos/20311130/61a6218docf2cc58e7d5843e>

OECD. (2021). *Government at a glance 2021*. OECD Publishing.  
<https://doi.org/10.1787/1c258f55-en>

Povo Livre (2020, 25 de março). *Edição n.º 2099*. Partido Social Democrata.  
<https://www.psd.pt/sites/default/files/povo-livre/pl-25-mar-2020.pdf>

Povo Livre. (2020, 1 de abril). *Edição n.º 2100*. Partido Social Democrata.  
<https://www.psd.pt/sites/default/files/povo-livre/pl-1-abril-2020.pdf>

Povo Livre. (2020, 15 de abril). *Edição n.º 2102*. Partido Social Democrata.  
<https://www.psd.pt/sites/default/files/povo-livre/pl-15-abril-2020.pdf>

Povo Livre. (2020, 8 de abril). *Edição n.º 2101*. Partido Social Democrata.  
[https://issuu.com/povolivre/docs/pl\\_8\\_abril\\_2020](https://issuu.com/povolivre/docs/pl_8_abril_2020)

Ralha, L. (2020, 3 de julho). André Ventura acusa Rui Rio de “não ter comportamento de líder de oposição”. *Jornal Económico*.  
<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/andre-ventura-acusa-rui-rio-de-nao-ter-comportamento-de-lider-de-oposicao-609127/>

Reis, C. E. (2020, 24 de abril). Ter razão depois do tempo. Partido Social Democrata.  
<https://www.psd.pt/pt/grupo-parlamentar/noticias/ter-razao-depois-do-tempo>

Relvas, J. (2021, 25 de maio). Cotrim Figueiredo avisa Rio que não conte com Iniciativa Liberal para "fazer jogo da esquerda". *SIC Notícias*.

<https://sicnoticias.pt/pais/2021-05-25-Cotrim-Figueiredo-avisa-Rio-que-nao-conte-com-Iniciativa-Liberal-para-fazer-jogo-da-esquerda-3619cb46>

Reuters. (2021, 27 de novembro). Portugal's main opposition party re-elects moderate leader as election looms. *Reuters*. <https://www.reuters.com/world/europe/portugals-main-opposition-party-re-elects-moderate-leader-election-looms-2021-11-27/>

Rodrigues, A. (2021, 5 de abril). Rui Rio é distinguido na Galiza devido à atitude que teve durante a pandemia de COVID-19. *El Trapezio*. [https://eltrapezio.eu/es/portugal/rui-rio-e-distinguido-na-galiza-devido-a-atitude-que-teve-durante-a-pandemia-de-COVID-19\\_28006.html](https://eltrapezio.eu/es/portugal/rui-rio-e-distinguido-na-galiza-devido-a-atitude-que-teve-durante-a-pandemia-de-COVID-19_28006.html)

Sá, P. (2021, 18 de fevereiro). Rui Rio: "O estilo do PSD não é gritar as críticas, tem de ser racionais". *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/politica/rui-rio-o-estilo-do-psd-nao-e-gritar-as-criticas-tem-de-ser-rationais--13363343.html/>

Silva, A. (2020, 15 de abril). Rui Rio escreve aos militantes: criticar o Governo nesta altura não é "patriótico". *Expresso*. <https://expresso.pt/sociedade/coronavirus/2020-04-15-Rui-Rio-escreve-aos-militantes-criticar-o-Governo-nesta-altura-nao-e-patriotico>

V-Dem Institute. (2024). *V-Dem Dataset v15: Polarization of society indicator*. Varieties of Democracy (V-Dem). [https://v-dem.net/data\\_analysis/CountryGraph/](https://v-dem.net/data_analysis/CountryGraph/)

## Apêndices

### Apêndice I – Critérios de análise das declarações constantes nas notícias no site do PSD

Código	Tom da declaração	Critérios de classificação	Exemplo de declaração
D1	Colaborativo	Declarações de apoio claras ao Governo.	“No combate a esta calamidade, o PSD não é oposição, é colaboração.”
D2	Crítico com apoio institucional	Declarações críticas, mas acompanhadas garantias de apoio do PSD no plano institucional.	Rui Rio assegura que o PSD continuará a assumir uma “posição de responsabilidade” e de “cooperação, no respeito pelo superior interesse nacional”, mas não deixará de denunciar frontalmente as “graves falhas que o Governo tem demonstrado”
D3	Crítico sem apoio institucional	Declarações de oposição	Maló de Abreu afirmou que Portugal precisa de um Governo “mais competente e menos incontinente” na resposta à pandemia

### Apêndice II – Critérios de classificação temática SITE PSD e Jornal Povo Livre

Código	Categoria	Critérios de classificação / Exemplos
T1/TP1	Saúde pública	Inclui todas as notícias com declarações sobre o combate à pandemia, SNS, vacinas, medidas sanitárias ou de saúde pública.
T2/TP2	Economia	Abrange todas as notícias com declarações ligadas a temas económicos. Como por exemplo, a votação do orçamento de estado, ou críticas à injeção de capital no Novo Banco.
T3/TP3	Instituições	Diz respeito a temas sobre funcionamento das instituições, democracia, parlamento, justiça, leis, ou organização do Estado.

### Apêndice III – Critérios de análise do Tom dos títulos Jornal Povo Livre

Código	Tom do título	Critérios de classificação	Exemplo de título
T1	Positivo	Títulos que evidenciam apoio ou valorização das ações do Governo pelo PSD.	“Unidade nacional no combate à pandemia”
T2	Neutro	Títulos de caráter informativo ou descritivo, sem evidência de juízos de valor positivo ou negativo.	“Apoiar as famílias e as empresas”
T3	Crítico	Títulos que exprimem censura, crítica ou reprovação do PSD relativamente às ações do Governo	“É preciso dar um murro na mesa” perante as graves falhas do governo”

### Apêndice IV – Critérios de classificação da atitude do PSD face ao PS

Código	Atitude	Critérios de classificação	Exemplo
PD1	Colaboração	Declarações ou notícias que expressam disponibilidade do PSD para cooperar de forma construtiva com o Governo.	“Todas aquelas medidas que o Governo entenda, quer do ponto de vista político quer do ponto de vista técnico como necessárias, mesmo que não sejam simpáticas, é nosso dever, em termos de interesse nacional, apoiar essas medidas”
PD2	Colaboração institucional com críticas	Declarações ou notícias em que, apesar de serem apresentadas críticas ao Governo, é enfatizada a responsabilidade institucional do PSD e a sua intenção de cooperar pelo interesse.	Rui Rio reafirma que o momento é de “colaboração e de convergência” com o Governo na atual crise, mas isso não significa abdicar de uma intervenção crítica “noutras matérias
PD3	Confronto/Oposição	Declarações ou notícias que evidenciam oposição direta, censura ou confronto do PSD com o Governo.	“Se Portugal tem sido o pior país do mundo no combate à pandemia, é porque quem nos governa não tem estado plenamente à altura das responsabilidades.”

## Apêndice V – Edições recolhidas do Jornal Povo Livre

Nº da edição	Nº da edição	Nº da edição
Povo livre n.º 2098	Povo livre n.º 2099	Povo livre n.º 2100
Povo livre n.º 2101	Povo livre n.º 2102	Povo livre n.º 2103
Povo livre n.º 2104	Povo livre n.º 2107	Povo livre n.º 2108
Povo livre n.º 2109	Povo livre n.º 2110	Povo livre n.º 2111
Povo livre n.º 2112	Povo livre n.º 2113	Povo livre n.º 2114
Povo livre n.º 2115	Povo livre n.º 2116	Povo livre n.º 2117
Povo livre n.º 2118	Povo livre n.º 2119	Povo livre n.º 2121
Povo livre n.º 2123	Povo livre n.º 2124	Povo livre n.º 2125
Povo livre n.º 2126	Povo livre n.º 2127	Povo livre n.º 2128
Povo livre n.º 2130	Povo livre n.º 2132	Povo livre n.º 2133
Povo livre n.º 2134	Povo livre n.º 2135	Povo livre n.º 2136
Povo livre n.º 2137	Povo livre n.º 2138	Povo livre n.º 2139
Povo livre n.º 2140	Povo livre n.º 2141	Povo livre n.º 2143
Povo livre n.º 2146	Povo livre n.º 2148	Povo livre n.º 2150
Povo livre n.º 2151		

## Apêndice VI—Consentimento Livre, Informado e Esclarecido

### CONSENTIMENTO LIVRE, INFORMADO E ESCLARECIDO

Eu, Rodolfo Silva, sou estudante de mestrado em Ciência Política na Universidade da Beira Interior e estou a realizar a minha tese de mestrado intitulada, “A Singularidade da Colaboração Política em Portugal. O Caso do PSD e PS Durante a Pandemia de COVID-19”, cujo objetivo é analisar de que forma a liderança de Rui Rio influenciou a colaboração do PSD com o governo durante a pandemia. Este estudo destina-se à elaboração da minha tese de mestrado.

Venho solicitar a sua colaboração, pois a sua participação é essencial para a concretização bem-sucedida deste projeto.

**O que solicito:** A participação consiste na realização de uma entrevista de recolha de informação, onde serão abordadas questões relacionadas com a comunicação política do PSD durante a pandemia e o papel da liderança de Rui Rio nesse contexto. A entrevista terá uma duração estimada de 15 a 20 minutos e será conduzida presencialmente, conforme a disponibilidade do participante.

**Sendo que:** A participação não acarreta riscos ou encargos para o participante. Não existindo benefícios diretos para os entrevistados, além da possibilidade de contribuir para um estudo académico que poderá trazer novos conhecimentos sobre a colaboração política em Portugal durante a pandemia. Não serão oferecidas contrapartidas financeiras ou outro tipo de compensação.

**Este trabalho envolve como investigadores:** Apenas eu, Rodolfo Silva, enquanto investigador principal e único responsável pela recolha e análise dos dados. O estudo não conta com financiamento externo, sendo realizado no âmbito da minha tese de mestrado em Ciência Política na Universidade da Beira Interior.

**Os investigadores envolvidos:** Não possuem quaisquer benefícios financeiros ou outros, diretos ou indiretos, além do enriquecimento académico e científico que o estudo poderá proporcionar.

**A sua confidencialidade está garantida:** A entrevista será utilizada exclusivamente para fins académicos no âmbito da minha tese de mestrado. As informações recolhidas serão armazenadas em suporte digital seguro e acessíveis apenas pelo investigador. Como se trata de um participante público e identificado, os resultados poderão ser citados diretamente no estudo, salvo indicação em contrário. Caso o participante deseje que alguma informação seja tratada de forma confidencial, sendo que, esse pedido será respeitado e devidamente assinalado na transcrição.

**A participação que solicito é voluntária:** Não se sinta obrigado a participar e pode decidir não participar desde o primeiro momento ou a qualquer momento, sem que isso implique quaisquer consequências ou prejuízos para si.

Uma vez que a sua decisão de participar é voluntária, livre e informada pelo presente documento, mas também esclarecida em tudo o que tiver dúvidas, qualquer pergunta, dúvida ou necessidade de informação adicional pode ser colocada diretamente a mim, Rodolfo Silva, através do e-mail Rodolfo.gaspar.silva@ubi.pt.

#### Espaço de assinatura do investigador

Ao assinar este documento, confirmo que transmiti toda a informação nele contida, expliquei e respondi a todas as questões e dúvidas apresentadas pelo participante.

Documento datado e assinado pelo autor.



#### Espaço de assinatura do participante

Ao assinar esta declaração, assumo que irei colaborar livremente, que li e compreendi a informação e os esclarecimentos que me foram dados de forma satisfatória, e que tive tempo suficiente para ponderar a minha decisão. Aceito participar nas tarefas que me são solicitadas, sabendo que posso, a qualquer momento, manifestar o desejo de não colaborar, sem que isso implique quaisquer perdas de direitos ou prejuízos pessoais. Tenho conhecimento de que um original deste documento, assinado por ambos os subscritores, ficará em minha posse.

Documento datado e assinado pelo participante de acordo com documento de identificação.



## **Apêndice VII – Guião da entrevista a Rui Rio**

**No dia 18 de março de 2020, proferiu na Assembleia da República, a seguinte frase:**

*“Para mim, neste combate, este não é o Governo de um partido adversário. É o Governo de Portugal, que todos temos de ajudar neste momento. No combate a esta calamidade, o PSD não é oposição, é colaboração.”*

**Pergunta:** “Pode partilhar como foi a sua experiência enquanto líder do PSD durante o período da pandemia? Como foi para si enfrentar uma situação tão única e desafiante, tendo em conta o contexto histórico de alternância e adversidade política entre PS e PSD?”

**Pergunta:** Durante a pandemia, que princípios orientaram a liderança do PSD, especialmente no equilíbrio entre a crítica construtiva e cooperação?

Havia alguma estratégia consciente para manter a comunicação clara e focada na unidade, inspirando confiança num período de incerteza?

**Pergunta:** Portugal, à data da pandemia, era reconhecido por ter um ambiente político de baixa polarização comparativamente a outros países. Este contexto influenciou a sua postura de colaboração com o governo, mesmo quando outros partidos europeus adotaram discursos mais populistas?

Enfrentou pressões dentro ou fora do partido para adotar uma postura mais crítica em relação ao governo? Como geriu essas pressões e manteve uma comunicação do tipo colaborativa?

**Pergunta:** Em retrospectiva, como avalia os resultados da postura colaborativa que adotou? Que impacto acha que teve na imagem do PSD, especialmente no período pós-pandemia?

Considera que a experiência de colaboração entre PS e PSD pode servir de modelo para futuras crises em Portugal ou mesmo noutros contextos políticos? Como vê o legado desta colaboração no contexto político português?

## **Apêndice VIII – Transcrição da entrevista ao Dr. Rui Rio**

### **Entrevistador:**

No dia 18 de março de 2020, proferiu na Assembleia da República, a seguinte frase:

*“Para mim, neste combate, este não é o Governo de um partido adversário. É o Governo de Portugal, que todos temos de ajudar neste momento. No combate a esta calamidade, o PSD não é oposição, é colaboração.”*

### **Rui Rio:**

A olhar para trás, a única palavra que eu corrigia aí seria, em vez da palavra colaboração, a palavra cooperação. Colaboração tem aquele sentido negativo do colaboracionista, durante a Segunda Guerra Mundial, dos franceses que colaboravam com os nazis. Só por essa razão. Mas vai dar ao mesmo: colaborar no combate à pandemia ou cooperar no combate à pandemia. É uma frase, acima de tudo, uma atitude. Que me custou, obviamente, ainda mais alguns inimigos políticos. Que eram quem? Eram aqueles que, dentro do meu próprio partido, diziam que nós não deveríamos cooperar com o Partido Socialista em rigorosamente nada, porque o Partido Socialista, por si só, era tudo mau. Era o adversário, e fazer oposição é, pura e simplesmente, estar contra, para dizer mal e tentar dificultar a ação do adversário. Aí, aqueles que não gostavam de mim ainda passaram a gostar menos, porque eu estava a desprezar uma oportunidade única de desgastar o governo. E ao mesmo tempo, também, e no quadro da comunicação social, e dos comentadores, e a maior parte dos comentadores de serviço (que insinuavam) mais uma prova da fragilidade da minha liderança da oposição, na medida em que, perante uma dificuldade extrema do governo à qual eu tinha de me opor, em vez de os ajudar a deitar abaixo, ia ajudar exatamente a eles (a oposição) a trabalharem bem, porque está nessa frase que não leu a seguir, que eu termino a desejar sorte ao executivo socialista e ao Primeiro-Ministro, a dizer que a sorte do Primeiro-Ministro era a nossa sorte.

E, portanto, é algo que está diretamente ligado à minha maneira de ser. Não concedo que naquela circunstância pudesse ter agido de forma diferente dessa. Se hoje se voltassem a pôr as mesmas circunstâncias, não tenho dúvidas nenhuma que era isto que faria e devo também dizer que, se nessas circunstâncias, se não fosse líder da oposição, mas fosse eu o Primeiro-Ministro, devo dizer que criticaria muito e caía muito para mim, e desqualificava-se muito perante mim o líder de oposição que não fizesse aquilo que eu fiz, que não me ajudasse a mim a combater a pandemia, porque, no fundo, não é ajudar o Primeiro-Ministro, é sim ajudar o país a ultrapassar um adversário comum.

A gente numa guerra, portanto, na guerra em Israel, quando a guerra se iniciou, eles é que foram invadidos, de certa forma, “né”, como toda a gente sabe, o Netanyahu tem “n” adversários que, naquela altura, se juntaram todos contra o “INIMIGO COMUM”. Não concebo de outra maneira e olhe que ali as divergências eram bem maiores que aquelas que havia comigo, quer no meu partido, quer com os comentadores. Portanto, esse exemplo é o exemplo que eu segui, ou melhor, o que fiz, antes disso.... A pandemia é a mesma coisa que um adversário numa guerra. Quer dizer, ia ameaçar a nossa saúde, a nossa segurança, as nossas vidas, portanto, não é só com tiros, também pode ser de outra maneira.

**Entrevistador:**

Também foi a necessidade de manter um governo estável em prol da população?

**Rui Rio:**

Sim, mas esse governo também, já estava razoavelmente estável, porque suportava-se no apoio do Partido Comunista e do BE. Embora já nessa altura sem gerigonça formal. No entanto, ainda ia construindo ali, alguma possibilidade de governar em minoria. Agora, é evidente, se o principal partido de oposição começasse a criticar fortemente aquilo que, no combate à pandemia, pudesse correr pior...

Vamos lá ver, uma coisa é que não é só o colaborar com o governo na construção das melhores soluções, como aconteceu connosco. É também quando o governo fizer alguma coisa que está menos bem ou tem menos êxito, no quesito combate à pandemia. Se eu me aproveitasse disso e enfraquecesse o governo por essa via, eu também estava a enfraquecer o governo como um todo no combate à pandemia, relativamente às medidas seguintes. Porque, quanto mais fraco o governo fosse, mais fracos eramos todos nós no combate ao inimigo comum, portanto, mesmo aí, eu não deveria tirar aproveitamento disso, a não ser em circunstâncias muito especiais. Ou seja, imagine que ele fez uma coisa que era contrária à minha opinião, correu mal. Segunda coisa contrária à minha opinião, correu mal, à terceira talvez eu me saltasse a tampa, mas isto já são situações diferentes que não aconteceram.

**Entrevistador:**

Pode partilhar como foi a sua experiência enquanto líder do PSD durante o período da pandemia? Como foi para si enfrentar uma situação tão única e desafiante, tendo em conta o contexto histórico de alternância e adversidade política entre PS e PSD?

**Rui Rio:**

Para mim, foi obviamente um momento negativo enquanto português. Negativo para toda a gente, como é lógico, mais para uns que para outros. Quem perdeu familiares e amigos é pior, mas para todos nós foi muito negativo, com raízes que ainda hoje estão aí. Algumas até, penso eu, porque acredito nisso, no campo da saúde, seja por culpa da vacina, seja por culpa da covid. Também me dificultou naturalmente a minha ação enquanto líder da oposição, porque, se eu tomei essa atitude, tive ali um tempo largo em que não fiz a oposição para destacar o governo em nome desse interesse nacional, essa é a parte negativa. A parte positiva é o facto de me poder ter comportado como me comportei, e poder constituir um exemplo nessa matéria para outros. Por exemplo, eu não sei se teve grande efeito ou não, ou seja, se as pessoas deram mais valor à minha atitude, como foi dada no estrangeiro, ou se foi dado mais valor às críticas que me fizeram porque não fazia uma oposição radical, olhe, não sei. Fica na consciência de cada um. Mas eu pude mostrar um pouco mais de mim mesmo. Da forma como eu sou.

**Entrevistador:**

Existiu alguma estratégia para manter a comunicação clara e focada na unidade para inspirar confiança num período de incerteza?

**Rui Rio:**

Sim, direi que não é uma estratégia escrita, nem uma estratégia combinada, nem tão pouco essa minha cooperação com o governo foi traduzida num protocolo ou coisa assim, foi uma atitude política, mas obviamente entendia-se que, se o governo tomava uma determinada atitude, se nos consultava para essa atitude e, se aquilo que eles faziam andava muito próximo daquilo que nós entendíamos que devia ser feito, ou então podia ser de mil maneiras. Mas nenhum de nós tinha a certeza de qual era a melhor estratégia, e eles (PS) estavam a arriscar numa que podia ser a melhor ou não, não era lícito da minha parte vir criticar isso, portanto, digamos que estava implícito na forma de atuar, depois uma certa unidade naquilo que é a comunicação. E, se o governo apostava numa dada medida e pedia que as pessoas cumprissem tudo no âmbito dessa medida, era óbvio e lógico que nós viéssemos dizer exatamente a mesma coisa, no sentido de sensibilizar as pessoas para a unidade do combate. Acho que isso era muito importante em Portugal para o problema que tínhamos pela frente.

**Entrevistador:**

Que princípios poderia apontar que orientaram a sua liderança?

**Rui Rio:**

Eu, há uma coisa que, para mim, é relevante, muito relevante, que é o seguinte. E que isto tem muito a ver com a minha maneira de ser. Houve muitas reuniões entre nós e o governo. Delas, a maior parte minhas com o próprio chefe de governo (António Costa), e depois o staff à volta. Bom, e o Primeiro-Ministro, na maior parte das vezes, não me vinha comunicar medidas e pedir um comentário. Na maior parte das vezes, vinha apresentar um diagnóstico da situação e apresentar medidas possíveis para atenuar essa situação. Bom, em nenhuma circunstância, não é, eu não tinha medidas que eram franca e objetivamente melhores que aquelas que o governo estava a equacionar pôr em cima da mesa. Quando muito, tinha medidas em paralelo.

Portanto, eu digo-lhe, é assim: se eu estivesse sentado no lugar do PM, se trocássemos de lugar, eu não tinha nenhuma medida que tivesse maior segurança que aquelas que eles estavam a pedir. Ou seja, eu não tinha a certeza de ser capaz de fazer melhor que aquilo que ele estava a fazer, eu não tinha legitimidade nenhuma para criticar e combater aquilo que ele ia fazer. Podia ter a legitimidade, perante a sociedade, “ahhh tá a cumprir o seu papel”. Mas, eticamente, na minha cabeça, eu não tinha, se eu não me sentia capaz de fazer melhor, se estava também, tal como ele e todos os líderes europeus, aos papéis, para ver o que é que a gente vai atuar aqui, como é que tenho eu força interior para desatar a criticar quando não tenho melhor. Quer dizer, até poderia ter, mas não tenho a certeza se faria melhor, portanto...

**Entrevistador:**

E isso condicionou a sua ação?

**Rui Rio:**

Quer dizer, quando o Primeiro-Ministro diz, não vai ninguém à rua, vendem ao postigo, as pessoas já nem sabiam bem o que é vender ao postigo, fazem isto, fazem aquilo. Passeiam o cão, mas rápido? Só sai uma vez? Só fazem não sei o quê? “Epá”, tudo isto são coisas absurdas e, portanto, que nunca tinham sido... quer dizer, ficar tudo em casa. Mas então o que é que eu dizia? Fica tudo em casa, não passeiam o cão? Colocam GPS para não

se cruzarem? Portanto, perante toda aquela incerteza, nós acabávamos por estar unidos naquilo que, com a liderança do governo, mas na nossa opinião, se entendeu dever fazer.

Vem a vacina, hoje em dia há muitas críticas à vacina, e eu subscrevo. Bem, não é subscrevo. Eu aceito as críticas e tenho as minhas dúvidas também, de “maleitas” que aparecem por aí, que eu tenho ouvido especialistas, e que podem estar associadas à vacina. Ora, vamos recuar a 2020 ou a 2021. Eu estava na liderança da oposição, o governo defendia a vacina, eu, para ser do contra, dizia que não? Tinha alguma base científica? Tinha lá no partido alguns Prémios Nobel da farmacologia para dizer não? O que é que eu podia fazer? Não é dizer devia ter sido do contra, não, não é, as pessoas não sabiam. Aquilo que era a intuição, pela Europa fora, era essa, agora vem dizer, mas havia as farmacêuticas, a vacina não estava testada, isto era de prever. Opá, mas é uma coisa principalmente à escala global, enfim, não há como fazer diferente.

**Entrevistador:**

Portugal, à data da pandemia, era reconhecido por ter um ambiente político de baixa polarização comparativamente a outros países do sul da Europa. Acredita que esse contexto possa ter influenciado a cooperação com o governo, ou foi só um acontecimento no meio da gestão da pandemia?

**Rui Rio:**

Teria feito, por exemplo, no xadrez político atual. Não com a existência de dois muito fortes, mas a existência de três fortes, um forte e dois muito fortes, o que existe hoje, 2025. Eu poderia ser levado, digamos assim, a dizer, mas como é que isto, isto aqui a responsabilidade é mais repartida, eu não tenho tanta responsabilidade assim. Mas digolhe que, teria feito de certeza, conheço-me já o suficiente para lhe dizer que a teria feito na mesma. Naquele enquadramento, a minha responsabilidade era maior. Porque verdadeiramente só havia dois partidos fortes e grandes, o partido do Primeiro-Ministro e o do líder da oposição. O resto era todo muito pequeno. E portanto, era determinante a posição do segundo maior partido. Porque depois os outros ficavam muito reduzidos. Mas não foi só por isso, porque se tivéssemos 25% cada um e fôssemos quatro iguais, eu não diria aos outros: “também tens responsabilidade, mas eu também tenho e, eu assumo e os outros também estão aqui”. Portanto, embora isso seja um dado com algum relevo, eu, conhecendo-me, teria feito igual mesmo num quadro mais fragmentado, no fundo isso que está a dizer... porque fiz isso num quadro em que o PS e o PSD atingiram talvez o poder máximo em Portugal. Os dois juntos tínhamos 80% dos deputados. Não só para fazer uma

revisão constitucional, que são dois terços, nós tínhamos 80 e tal por cento dos deputados. Portanto, uma pena também que o Partido Socialista não tenha “querido” ter feito reformas quando tínhamos margem para o fazer, hoje já é diferente...

**Entrevistador:**

Enfrentou pressões dentro ou fora do partido para adotar uma postura mais crítica em relação ao governo?

**Rui Rio:**

Ahhh, muitas, muitas, muitas. Ao contrário, ou seja, sofri muito mais pressões para adotar uma postura crítica em relação ao governo (estamos a falar só da pandemia) do que incentivo e apoio para continuar na mesma linha. Incentivo e apoio para continuar na mesma linha, dentro do partido, quase nenhum. Fora do partido, um bocado, no estrangeiro, muito. Mas dentro do partido não, muito pelo contrário.

Bem, vamos lá ver, eu só mantive essa postura de cooperação durante algum tempo, já não sei dizer muito bem, isto rebentou em março, e imaginemos que eu durante 6 meses tive isso assim, depois comecei a ser mais crítico também... o que é normal. Mas também não é só isso, também foi-se desligando esta ligação, estas reuniões de que eu falava. Isso começou já a não existir porque já não havia o mesmo clima de incerteza, já não era a mesma coisa, imagine o facto de, a dada altura, ter sido obrigatório o facto de ter de se usar máscaras na rua. Essa medida de passar a ser obrigatório na rua, portanto em todo o lado, é uma medida nossa, não é uma medida do governo. Foi uma proposta de lei nossa, acordada com o governo, que depois o PS votou a favor. Essas medidas, algumas nossas, a maior parte delas. Passaram a inexistir, e começou até a haver votos contra do PS em propostas nossas. E aí começámos a ficar com a porta aberta, mas também aí a pandemia não era aguda.

Dou-lhe uma proposta, não de lei, mas de resolução, que no fundo é uma proposta ao governo, subscrita por mim e defendida por mim no parlamento, o que é raro, portanto uma proposta de resolução, não tem força de lei. Defendida pelo próprio líder da oposição é raro, num debate de diplomas mais fortes, num debate de diplomas de segunda linha. Mas essa fui lá e que visava, não substituir a vacina, mas visava fazer uma política de reforço do sistema imunitário das pessoas, em paralelo com tudo mais. Portanto, enfim, arranjar um protocolo em que todos aqueles elementos e todos aqueles nutrientes que comprovadamente reforçam o nosso sistema imunitário, dos quais, à cabeça, a vitamina D3 por exemplo, fosse, digamos, oferecidos “entre aspas” às pessoas para tomarem e reforçarem o seu sistema imunitário. Porque uma coisa é receber a covid em que eu estou

forte e tenho um bom sistema imunitário. Ou então eu estou altamente debilitado, nem tenho de ter as tais comorbilidades. Estou debilitado, então aí a covid ataca forte, pronto, a vitamina e diversos outros elementos que estão comprovados cientificamente que reforçam o sistema imunitário eu proponho isso, só como recomendação nem sequer tinha força de lei, recomendo ao governo para fazer isso, e é chumbado, e o PS votou contra... Portanto, quando chegamos a esse ponto, já a cooperação está terminada. Já estou à vontade para dizer o que quero e nem eles... digamos, já não estão a cooperar comigo quando deviam.

**Entrevistador:**

Durante esse tempo, como é que conseguiu gerir as pressões?

**Rui Rio:**

Da maneira que consegui gerir todas as outras pressões em sentido parecido que não tinham nada a ver com a pandemia. E posso-lhe dizer que, em termos pessoais, que era a minha grande arma para me vacinar contra essas pressões é, no fundo, a minha convicção, ou seja, quando nós estamos convictos de uma coisa e estamos a fazer de acordo com a nossa convicção, estamos a fazer de acordo com aquilo que entendemos ser o correto, isso dá-nos uma força muito grande, aliado depois à nossa própria maneira de ser. Portanto, pensando eu que estava a ter sentido de Estado, sentido de responsabilidade, estava a defender aquilo que é o interesse coletivo. E que é para isso que nós estamos na política, seja em minoria, seja em maioria, seja na freguesia, seja no governo, seja nas Nações Unidas, é para isso que nós estamos. Com essa convicção, isso dá-me uma força, na argumentação e na maneira de estar, que era a força que eu usava para enfrentar as críticas que diziam, que: era um líder fraco, que na prática não queria ser PM, queria era ser vice PM da Costa, que era um empregado do PS. Que o PSD não era PSD, mas era PS(b) e coisas assim. Mas (desculpe-me o à-vontade), a estupidez é sempre uma coisa muito violenta, mas nós temos de saber lidar com ela.

**Entrevistador:**

Em retrospectiva, como avalia os resultados da postura colaborativa que adotou? Que impacto acredita que teve na imagem do PSD.

**Rui Rio:**

A imagem que teve na altura, no ano de 2020, e vamos considerar 2021, que são os reflexos do que eu fiz no ano de 2020. Sendo que eu depois tive eleições em 2022, logo no

princípio de 2022. Portanto, eu vou às eleições de 22 de janeiro de 2022, ainda com algum lastro de ter tido essa atitude ao longo de muito tempo desse mandato, até que depois esse mandato cai abruptamente com o chumbo do Orçamento de Estado de 2022, em novembro de 2021. E, portanto, tem no balanço, digo que tenha um balanço mais negativo que positivo. Terá tido uma postura positiva para mim, com resultados positivos para as eleições, portanto de votos a favor de mim em camadas mais da sociedade mais equilibradas, mais sensatas e menos apaixonadas do ponto de vista clubístico, aqui os partidos. Tive naturalmente reflexos negativos com votos que não vieram para mim e que, maioritariamente, fugiram para a direita, votos que se eu tivesse tido uma postura mais radical e mais contra o Partido Socialista. Não estavam sequer intelectualmente e emocionalmente aptos para entenderem aquilo que eu considero uma atitude nobre, e portanto, fui para as eleições com essa gente a olhar para mim: “este tipo é fraco, este tipo não bateu no PS aquilo que o PS merece levar” e nem que eu depois o tenha feito, enfim... Antes das eleições, assim como deve ser feito e nos debates com o António Costa e não sei que mais. Essas pessoas olhavam sempre para mim de esguelha porque o tipo não é suficientemente duro. O que, curiosamente, quando era presidente da Câmara do Porto era criticado por ser muito duro, não é, portanto...

**Entrevistador:**

Considera que a experiência de colaboração entre PS e PSD pode servir de modelo para futuras crises em Portugal ou mesmo noutros contextos políticos?

**Rui Rio:**

Pode servir para o futuro, para circunstâncias idênticas, eu acho que a cooperação entre o PS e o PSD, no quadro em que o PS e o PSD têm 60/70% dos deputados — porque se amanhã os dois juntos tiverem 40%, a coisa já é muito diferente. E se um deles estiver em terceiro lugar, a coisa é muito diferente. Agora, num quadro como aquele que se desenvolveu até à data. Não tanto no atual. Porque no atual, o Chega já tem 50 deputados, já muda muita coisa.

Mas, como foi tradicionalmente, tem de haver sempre cooperação do PS com o PSD. Essa cooperação existiu sempre ao longo das lideranças, de um lado e do outro, em alguns assuntos. Negócios estrangeiros, por exemplo, defesa — nessa área houve sempre uma cooperação mútua, no quadro da NATO, a defesa de Portugal na NATO. E, portanto, se reparar, nunca houve grandes clivagens, lutas, aproveitamentos na área dos negócios estrangeiros e na área da defesa entre estes dois partidos. E devo dizer que, enquanto líder

da oposição, fui muitas vezes consultado sobre questões de política de defesa ou de política internacional pelo governo, e pelo PM, antes das coisas acontecerem. A mesma coisa ligada a algumas funções de soberania, como, por exemplo, a justiça. Onde, por exemplo, relativamente ao Procurador-Geral da República, não quer dizer que o governo fizesse o que eu queria, que não o fez, mas não deixou de consultar, quer o PM quer o PR, para ouvirem também a minha opinião, a liderança do Tribunal de Contas e coisas assim. E acho que a cooperação entre o PS e o PSD, se continuarem grandes, tem de ser assim e deve ser assim.

Há depois uma segunda colaboração, como aquela que eu fiz, no quadro de uma situação absolutamente excepcional como é a pandemia, ou como poderia ser, por exemplo, a vinda da troika. Acho que a vinda da troika se coloca no sentido inverso: era o PSD que estava no governo e o PS na oposição, e até porque o PS é que era o responsável pela vinda da troika e o PSD é que estava a ter de gerir aquilo, pelo qual o PS era responsável. Exigia-se da parte do PS, naquela altura, uma colaboração maior com o governo que aquela... que aquela que teve. Era também uma situação, não digo idêntica à pandemia, mas também próxima.

Era também uma crise profunda e um grande estado de necessidade e, ainda por cima, provocado pelo PS e, portanto, tinha sido bonito ver o PS também a abdicar da oposição durante ali uns 6/7/8 meses e de colaborar para recebermos da melhor maneira aquele fardo pesado que era da responsabilidade deles. Não aconteceu, mas devia ter acontecido. Portanto, em situações desse género, eu defendo uma colaboração especial.

Assim como defendo a mesma colaboração especial, para reformas estruturais. Ou seja, reformas que, ainda que exista uma maioria absoluta, não chegue essa maioria absoluta para fazer uma reforma profunda. Imagine, se nós quisermos fazer uma reforma profunda na justiça que tanto se fala, mesmo que exista um governo com maioria absoluta e consiga fazer passar a maior parte das leis, não todas, mas a maior parte das leis, para pendurar no tempo, entendo que seja alargado aos outros partidos, designadamente ao segundo maior, não só, mas também. Para que, a seguir, trocando de governo, aquela reforma esteja estabilizada e não tenhamos de andar a destruir tudo. Se quisermos fazer uma reforma da segurança social, com vista ao financiamento do futuro da segurança social, tem de ser um acordo o mais alargado possível, para que o governo que vem a seguir não venha estragar tudo e pôr em causa a reforma dos mais novos, lá à frente no futuro. Por tanto, há as reformas estruturais que eram aquelas que eu defendia, e cada vez mais, que têm de ser feita pelos partidos que desejem estar dentro das reformas e se possível, ou até onde for possível. Porque há medidas que não são marcadamente ideológicas e podem ir até certo ponto, e existem outras que começam a entrar na ideologia e não é possível negociar.

E depois há um terceiro nível de cooperação, que só aconteceu uma vez em Portugal, que é o bloco central. E esse nível eu também não descarto, acho que será preciso em situações e circunstâncias mais excepcionais ainda. Houve uma vez, quando Portugal estava sob efeito da troika, aí ao contrário, é o PS que herda uma troika do PSD. E aí, na altura, o PSD do professor Mota Pinto, democraticamente e com sentido nacional, aceitou ir para o governo com o PS para enfrentarem aquela grande dificuldade e darem força a um senhor, que era o professor Hernâni Lopes, que foi ministro das finanças. Que teve de fazer uma política de apertar o cinto muito forte. Ele que teve ali a segurança, ele que era independente, teve ali a segurança de ter Ps e PSD juntos no governo para o apoiarem e sairmos daquilo airoosamente, que saímos ao ponto de quando acabou bloco central, estávamos prontos a entrar para a União Europeia. E iniciar, em 1985/86, um processo de desenvolvimento à custa do fruto dos fundos comunitários que até aí não tinha havido. Portanto, com altos resultados. Isto, eu não descarto, entendo que sim, em situações muito excepcionais. Imagine que de repente há uma guerra e estamos todos numa guerra, é uma situação específica, por exemplo. É, no entanto, de evitar porque corremos o perigo, ao estarmos os dois, de depois, se aquilo implicar um certo desgaste, ver os extremos a crescer e confundir PS com PSD e não conseguirmos manter ali a alternância de poder no quadro moderado. Mas para grandes males, grandes remédios, portanto, situações extremas haverá, em que isso possa ter de ser necessário.

**Entrevistador:**

Ao refletir sobre o período da pandemia, especialmente nos primeiros meses, quais foram os principais ou fatores decisivos que o levaram a adotar essa estratégia de colaboração?

**Rui Rio:**

Naquela altura, em 2020, quais são os momentos decisivos que me levaram a isso? O momento decisivo, digamos assim, que, não é assim nenhum momento histórico, é quando é declarada a existência de uma pandemia. Portanto, não é uma epidemia, é uma pandemia, ou seja, é de uma escala avassaladora, mundial. Não é centralizado na Península Ibérica, por exemplo, o que, aliás, hoje seria difícil dado a globalização. Isto circula tudo rapidamente. Portanto, quando dizem que estamos numa pandemia, eu tinha o conceito de pandemia que todos nós temos. Não sou médico, nem tão pouco dessa especialidade e, portanto, junto dos médicos e junto de quem sabia, foi me explicado o que era a pandemia e como é que se alastrava.

Quando isso começa a aparecer e me é explicado isso tudo, e só conseguimos ultrapassar isso quando se atinge a denominada imunidade de grupo, que é quando 80% da população já esteve em contacto com o vírus. Eu aí comecei a perceber a gravidade do que tínhamos, principalmente que, se só temos imunidade de grupo quando 80% tiver apanhado o vírus. E se uma parte grande das pessoas vão ter de morrer com essa pandemia, até por incapacidade de os hospitais responderem. Eu percebi uma coisa que é isto, bom, nós temos de atrasar no tempo os 80%, porque se nós deixamos isto tudo aberto, nós vamos atingir os 80%, imagine, em três meses. Ou seja, iria morrer gente por todo o lado, que os hospitais não iriam aguentar. Então vamos apertar isto e largar devagarinho para irmos todos apanhando lentamente ao ritmo que os hospitais conseguem prestar resposta.

Não sei se se recorda de imagens, em altura mais aguda, em que as ambulâncias faziam fila à porta do hospital Santa Maria em Lisboa, veja bem o que seria. Perante o que eu estou a ver, a gravidade disso tudo e, na perspectiva de morrerem milhares e milhares de pessoas, isto não tem outra explicação possível. Isto é uma coisa gravíssima. Pode até depois nem ter sido tão grave, nem ser na hora tão grave como se estava a pensar que era. Mas as circunstâncias, naquela circunstância, eu não tenho o direito de fazer coisa diferente do que esta que fiz, muito pelo contrário, não só a cooperação, como encorajar o governo a fazer, empurrar o governo para fazer. Fazer parte da própria solução. Portanto, o momento decisivo não é bem o momento, é o tempo, imagine uma semana em que eu, com a informação que vou começando a ter, ou informação direta ou informação pública que também havia, e começa a apanhar a dimensão que estava a acontecer, que eu não tinha noção técnica nenhuma disso.

E aí foi o momento muito relevante e que me deu a tal força para passar aquelas doses mais grutescas e mais absurdas, fosse na comunicação social, fosse no partido, a dizerem para eu ser contra o PS. Se o PS tomava uma medida, tá mal e, tava tudo mal e, se estava tudo mal, eu começava também tudo mal. E se a população já estava a começar a ficar chateada e a ficar farta de estar em casa e os empresários não faturavam. Como é que agora o Estado vai repor e vai conseguir manter os restaurantes fechados e o Orçamento de Estado que se pague. O que era uma novidade absolutamente patética e está tudo assim. Se eu tenho atirado mais “ashas” para fogueira, era mais uma confusão. E se vou para o parlamento e começou a chumbar... Porque, repare, os diversos estados de emergência foram aprovados com os votos do PSD, senão não passava. Porque a esquerda que apoiava o governo aproveitou, e fez o contrário do que eu estava a fazer. Desmarcando-se logo para tentar acabar com a gerigonça e tentar capitalizar votos. O PCP e o BE fizeram isso, e os liberais a mesma coisa, acusavam-me de cooperação e não sei mais o quê: “ele é que tem a

culpa de estar tudo em casa e ninguém sair”. Se eu tenho feito como esses “partidelhos”, a coisa tinha descambado muito, mais rapidamente.

# Anexos

## Anexo I – Exemplo da descrição gráfica



RUI RIO EM ENTREVISTA À RTP

# “UNIDADE NACIONAL” NO COMBATE À PANDEMIA





**JOSE CANCELA MOIRA**  
Diretor da “Povo Livre”

### SALVAR OS ANCIÕES

A população mais idosa contribui o segmento de maior risco na pandemia que enfrentamos. Contudo, esta segunda frente, a separação de idosos da Covid-19 em todos os lares nos concelhos de Lisboa, Aveiro, Évora e Coimbra, é uma ação promovida pelo Governo, em parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa e o Instituto de Medicina Molecular da Universidade de Lisboa.

Se os mais velhos não dessem o apoio, uma “bomba-relógio” de crise sanitária, merecendo alertas de diversas entidades, não compreendermos por que razão é que, apesar dos profissionais de saúde que agrupar idosos não tem, no momento, uma atenção a esta proteção redobrada.

Todos os dias, há notícia de mais de novos casos de infeção de utentes e funcionários de lares e PSP.

Entretanto se, pois, que um adequado plano nacional haja existido, ao pelo menos não tenha conferido prioridade ao Partido e ao Nónio, precisamente a região do País, onde se regista o maior número de casos de Covid-19 e onde estão sempre, há uma maior exposição da população idosa, como são exemplos Porto, Vila Nova de Gaia, Maia, Gondomar ou os casos específicos Ovar e das instituições de Vila Real, Vila Nova de Fafe e de Bragança. Afinal, qual é o contexto?

Parceiro que o País, nem em pleno estado de emergência tem a humildade de se ter em conta o todo e a coesão territorial, em nome da solidariedade que o momento impõe.

Outro facto que também não deixa de ser estranho é o plano disponibilizar apenas 10 mil testes, claramente insuficientes, para uma população de 100 mil idosos em situação de isolamento.

Por outro lado, far em 2 de março que Portugal registou o primeiro infetado do novo coronavírus, mas só a 30 de março é que o Governo pôs em prática a primeira medida governativa, destinada a isolar que têm mais de 70 anos, a base etária onde, como no resto do mundo, se verifica 90% das mortes, por Covid-19. Realizar testes aos idosos e aos funcionários de lares de todo o País e estar mais um passo à frente de um plano que explore todas as fragilidades da espécie humana, em particular o sistema imunitário mais debil, dos mais idosos.

O Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que tem a competência sobre o funcionamento dos lares e centros de terceira idade, apresenta naturalmente com a medida, decidida da iniciativa que já havia sido implementada por vários municípios. Porém, de novo, de indiferença à forma e a dimensão como uma crise de saúde pública, onde o Estado central ora hesita ou decide tardiamente, ora não dá passos de decisão na adoção de medidas.

Foram os nossos pais e avós que ajudaram a fazer Portugal, e os filhos e os netos não lhes podem falhar. Temos de retribuir. Essa geração de homens e de mulheres que, para podermos hoje ser uma vida melhor, fizeram muitos sacrifícios. Por isso, é preciso fazer por eles, com cuidado de sustentabilidade desde epidemia, em nome de tudo o que nos deram. Como se já não lhes bastassem as limitações físicas e demenciais e incapacidades mentais e físicas, agora, a velhice, dentro dos constrangimentos e das limitações impostos pelo estado de emergência, é um imperativo de consciência apoiar aqueles que mais precisam de nós. A colheita, por um lado, e a solidariedade, por outro, são as melhores armas para vencer esta guerra.

Os idosos são um ativo do nosso percurso de vida, de que não podemos abdicar.



Em entrevista à RTP, no domingo, 29 de março de 2020, Rui Rio afirmou algumas “falhas” à situação do Governo, nomeadamente na proteção dos profissionais de saúde, que carecem em muitos casos da “proteção necessária”, e na resposta demasiado tardia. Neste momento, investimento público estratégico é proteger os profissionais de saúde, conseguir mais testes, conseguir mais ventiladores”, referiu.

Rui Rio salienta que “se os portugueses continuarem a cumprir com civismo como têm feito”, Portugal vai “ganhar este combate com o mínimo de baixas possíveis”.

Quando a questão da recuperação económica se tornar a prioridade, após a resolução da crise sanitária, Rui Rio admite que vai ter de se debater a composição de um Governo de salvação nacional. “Quando vier a economia para a primeira lugar, então estou convencido de que a sociedade portuguesa vai ter de debater efetivamente a composição de um Governo de salvação nacional. O Governo que vier – pode ser o mesmo, como é lógico – vai ser sempre de salvação nacional. (...) Neste momento a prioridade não é pensar sobre isto”, alegou.

O Presidente do PSD alerta que Portugal vai viver “tempo muito penoso”, acrescentando que a dívida que o Estado possa contrair nesta fase vai ter de ser paga mais tarde. “Estamos a assinar a um subsídio para isto, a um subsídio para aquilo, para garantir o rendimento – e tem de ser. Mas é preciso que se pense não todos em direção, seja ele qual for, não vamos pagá-lo. O Estado vai pagar, e o Estado somos nós. Vamos pagar tudo”, sublinhou.

Nesse sentido, Rui Rio insiste: “em tom pedagógico”, que as pessoas e o Governo nunca se esqueçam que, embora o Estado se ter de se endividar “para garantir o rendimento às pessoas”, essa “dívida brutal” vai ter um custo para todos os contribuintes.



Para relançar a economia e para garantir uma resposta à crise provocada pela atual situação de paragem da atividade das empresas, o Conselho Estratégico Nacional do PSD já está a preparar um conjunto de medidas que devem de ser estas “como um contributo”. No momento, observa Rui Rio, a preocupação é “assegurar liquidez” das empresas e garantir “um rendimento às pessoas”.

Do ponto de vista técnico, Rui Rio admitiu que Portugal venha a ter orçamentos suplementares, porque, “como o nome indica, orçamentos suplementares é para reter qualquer coisa”, ao passo que “um orçamento suplementar é para acrescentar”.

Rui Rio espera mais solidariedade da União Europeia com a crise gerada pelas medidas de combate à pandemia. Neste ponto, Rui Rio critica as posições assumidas pelo ministro das Finanças holandês sobre a necessidade de investigar Espanha, mas separa a atuação do governo de Haas e o executivo alemão da chanceler Angela Merkel “o que disse o ministro das Finanças holandês, e a forma como disse, não é aceitável. (...) Se num cenário desastrosos, que não é uma guerra, mas é semelhante, não conseguimos ser solidários, penso que a Europa, a médio prazo, terá problemas muito sérios”, alertou.

Tal como o Governo português, o Presidente do PSD defende a emissão de dívida europeia conjunta para responder à crise económica que se vai instalar no continente. “A palavra koronabondi é uma palavra politicamente interessante. É dizer assim: a Europa, no plano financeiro, por causa do coronavírus, por causa da Covid-19, está junta. E, portanto, do ponto de vista político, e um bom nome, para ver se somos ou não somos capazes de estar juntos aqui”, afirmou.

## Anexo II – Edições do jornal analisadas entre 4 de dezembro de 2019 e 29 de janeiro de 2020

 <p><b>23 de dezembro de 2019</b></p> <p>Ler online    Descarregar</p>	 <p><b>18 de dezembro de 2019</b></p> <p>Ler online    Descarregar</p>	 <p><b>11 de dezembro de 2019</b></p> <p>Ler online    Descarregar</p>	 <p><b>04 de dezembro de 2019</b></p> <p>Ler online    Descarregar</p>
---	---	--	---

**POVO LIVRE PSD** n.º 2091

**PSD APRESENTA ALTERAÇÕES A UM "ORÇAMENTO MAU"**

**29 de janeiro de 2020**

Ler online      Descarregar

**POVO LIVRE PSD** n.º 2090

**"COMEÇAR A GANHAR O PAÍS"**

**22 de janeiro de 2020**

Ler online      Descarregar

**POVO LIVRE PSD** n.º 2089

**ORÇAMENTO PROJETA UM PORTUGAL QUE ANDA "A VIVER DE ILUSÕES"**

**15 de janeiro de 2020**

Ler online      Descarregar

**POVO LIVRE PSD** n.º 2088

**ORÇAMENTO DO ESTADO "NÃO TEM UM RUMO ESTRATÉGICO"**

**08 de janeiro de 2020**

Ler online      Descarregar

**POVO LIVRE PSD** n.º 2086

**DRAMATIZAÇÕES E MENTIRAS DESGASTAM O GOVERNO**

**26 de fevereiro de 2020**

Ler online      Descarregar

**POVO LIVRE PSD** n.º 2084

**"ENTENDIMENTOS PARTIDÁRIOS" PARA REALIZAR "REFORMAS VITAIS EM 2020"**

**19 de fevereiro de 2020**

Ler online      Descarregar

**POVO LIVRE PSD** n.º 2083

**TODOS POR PORTUGAL**

**12 de fevereiro de 2020**

Ler online      Descarregar

**POVO LIVRE PSD** n.º 2082

**GOVERNO AGE DE "MÁ-FÉ" NO IVA DA ELETRICIDADE**

**05 de fevereiro de 2020**

Ler online      Descarregar